

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS DO LAZER**

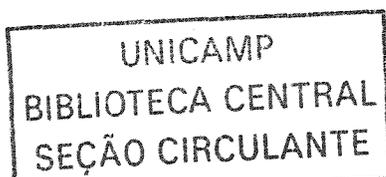
**RECREAÇÃO E LAZER COMO INTEGRANTES DE
CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FÍSICA**

Este exemplar corresponde à redação final da tese de doutorado defendida por Hélder Ferreira Isayama e aprovada pela Comissão Julgadora em 25 de junho de 2002

Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino
Orientador

COMISSÃO JULGADORA:

Eustáquia Salvadora de Sousa
Gisele Maria Schwartz
Jocimar Daolio
Silvio Ricardo da Silva



**CAMPINAS
2002**

UNICAMP

Nº CHAMADA T/UNICAMP
IA 1 R
V _____ EX _____
TOMBO BCI 50705
PROC 16-887102
C _____ DX _____
PREÇO R\$ 11,00
DATA 10/09/02
Nº CPD _____

CM00172904-5

BIB ID 256579

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA-FEF-UNICAMP

Is1r Isayama, Hélder Ferreira
Recreação e lazer como integrantes dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física / Hélder Ferreira Isayama. – Campinas, SP : [s. n.], 2002.

Orientador: Nelson Carvalho Marcellino
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.

1. Educação Física-Currículos. 2. Recreação. 3. Lazer. 4. Universidades e faculdades-Currículos. 5. Formação profissional. I. Marcellino, Nelson Carvalho, 1950-. II. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física. III. Título.

AGRADECIMENTOS

Vários limites e dificuldades foram enfrentados durante a realização desse curso, no entanto, pude contar, nesta trajetória, com o carinho, o apoio e o incentivo de muitas pessoas. Apesar de correr o risco de esquecer alguém, gostaria citar todas as pessoas que de alguma forma contribuíram com o êxito deste trabalho.

Ao orientador e amigo, Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino, que muito contribuiu com a minha formação acadêmica, abrindo muitas portas no campo do lazer. Sua orientação segura, competente e carinhosa me deixaram muito tranquilo durante esse percurso. Obrigado por possibilitar tudo isso.

Aos membros da banca examinadora e amigos, Profa. Dra. Eustáquia Salvadora de Sousa, Profa. Dra. Gisele Maria Schwartz, Prof. Dr. Jocimar Daolio e Prof. Dr. Silvio Ricardo da Silva, pela leitura crítica, cuidadosa e atenta e pela simplicidade e carinho com que conduziram o processo. Tenho grande admiração por vocês.

Para alguns dicionários o significado de família é o “conjunto de pai, mãe e filhos, pessoas do mesmo sangue”. No entanto, gostaria de ampliar esse entendimento é dizer meu muito obrigado a minha família ampliada que me fizeram acreditar nesse sonho, mesmo não entendendo muito o seu significado: aos meus pais, Maria das Graças e Sumio; aos meus irmãos, Elson, Edson e Letícia; aos meus tios, Haruo, Flora, Satiko e Fran e aos amigos irmãos: Kity, Adilson, Chris, Dudu e Edmur. Amo vocês!!!

Aos meus alunos e amigos, Adriana, Adrilene, Amanda, Cláudia, Cristiane, Cristine, Érika, Geise, Glênia, Malabi, Marília, Marina, Nayara, Ricardo, Rodrigo, Rose e Sander, por tornarem a minha chegada e vida em Belo Horizonte muito mais fácil. Vocês foram sujeitos fundamentais nesse processo, com quem pude aprender muitos conhecimentos, mas que acima de tudo me ensinaram a ser cada vez mais humano, sensível e alegre. Sem vocês isso não seria possível.

Aos amigos Rose, Flávio e Lia pelo carinho, apoio e aconchego na cidade de Campinas.

Ao Prof. Dr. Antonio Carlos Bramante pelas contribuições neste trabalho na oportunidade do exame de qualificação.

Aos amigos de BH, especialmente ao Marcellinho, Paulinho, Denise, Ana Flávia, Claudinha, Angela, Teca e Ricardo, pelo apoio, compreensão e ombro para as “choradeiras” e por respeitarem (mais ou menos) todos os momentos de ausência.

Aos amigos Leila, Patrícia, Vaninha, Marilita e Victor pelo apoio desde o início desse processo e pelo auxílio em todos os momentos deste empreendimento, demonstrando grande carinho e compreensão. Vocês têm me ensinado muito sobre o lazer e a vida.

20242550

Aos amigos do Departamento de Educação Física da UFMG pela tranquilidade para o desenvolvimento do curso e pelas contribuições a cada dia, especialmente a Meily, Tatá, Ronaldão, Túlio, João Ribas, Luciano, Zé Alfredo, Belzinha, Cinira e Miriam.

A Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e a CAPES pela oportunidade que me concederam para a realização dos meus estudos.

Às instituições pesquisadas, e principalmente aos seus coordenadores de cursos, que gentilmente concordaram em participar desse estudo cedendo as informações solicitadas e demonstrando grande disponibilidade.

Aos funcionários da FEF/Unicamp, especialmente a Taninha, Márcia, Kleber, Fátima e Dulce pela forma carinhosa e competente que desenvolvem os seus trabalhos.

Aos membros do Grupo de Pesquisa em Lazer – FACEF/Unimep, Santista, Mônica, Luli, Stelinha, Luzinha, Débora, Liana, pelas ricas discussões, pelo apoio nos momentos difíceis e pela torcida para o sucesso deste trabalho.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa consistiu em diagnosticar e analisar os conteúdos desenvolvidos nas disciplinas relacionadas à recreação e ao lazer nos currículos de cursos de graduação em Educação Física de Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas de nosso país. Os encaminhamentos metodológicos foram baseados na combinação das pesquisas bibliográfica e documental. Além da revisão de literatura, na pesquisa documental foram analisados programas de disciplinas que tinham, como eixo temático, a recreação e o lazer. Para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica de análise do conteúdo. A partir das reflexões estabelecidas foi possível perceber a falta de clareza quanto ao enfoque utilizado nas disciplinas analisadas. Muitas delas apresentam a idéia de recreação com ênfase na reprodução de atividades diversas, através do ensino de uma variedade de jogos e brincadeiras, não superando a tradição prática e com dificuldades de fomentar a sistematização de conhecimentos teórico-práticos. O sentido que muitas vezes é atribuído ao lazer está relacionado à sua consideração como algo não sério, válvula de escape, fonte de consumo de bens/serviços e meio compensador de frustrações advindas dos problemas gerados em nossa sociedade. Muitos cursos afirmam em seus objetivos que a recreação e o lazer constituem um campo de atuação para o profissional de Educação Física, além do treinamento desportivo e do ensino escolar. No entanto, fica difícil formar profissionais qualificados para atuar nesse campo se esses conhecimentos são trabalhados de forma rápida e superficial, em virtude da pequena abertura que têm nesses cursos, em termos de carga horária, número de disciplinas, abordagem dentro de outros componentes do currículo. A discussão realizada auxilia na busca de novas propostas curriculares que possam suscitar um redimensionamento da recreação e do lazer no interior destes currículos, superando a tradição supostamente prática arraigada e possibilitando um delineamento com mais coerência dos programas das disciplinas desenvolvidas nesse âmbito. É necessário lidar com esses saberes não apenas a partir da oferta de disciplinas, mas através de uma série de ações que possam contribuir com uma formação sólida e que possibilite orientar a formação e a intervenção profissional com base na perspectiva da animação sociocultural. Esta perspectiva tem como objetivo a participação efetiva da população, por meio da ênfase na autogestão e na busca de uma formação mais crítica e consciente das pessoas, em suas vivências de lazer. Além disso, pode comprometer-se com um projeto transformador de sociedade, com a intenção de tornar a realidade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e crie novas possibilidades de participação cultural e de democratização social. Para que este projeto seja concretizado, é necessário que os currículos sejam vistos a partir de uma perspectiva cidadã, ampliando as chances de que as discussões presentes em seu interior constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político.

ABSTRACT

The objective of this research was to diagnose and analyze the contents of disciplines related to recreation and leisure which have been developed within the curricula of graduate programs in Physical Education at both public and private Universities in Brazil. The methodological procedures used were based upon a combination of both bibliographic and documentary research. Besides a review of the literature, the documentary part of the research analyzed programs of courses that treated recreation and leisure as their central themes. The data was analyzed according to the technique of "content analysis." Based upon established considerations, it was possible to perceive that the analyzed disciplines lacked clarity of focus. This lack of focus is already evident in the titles given to these disciplines: in some institutions the term "recreation" is used, others prefer the term "leisure," and in still others we find the two terms used together. Many of the courses present the idea of recreation with an emphasis on the reproduction of diverse activities through the teaching of a variety of sports and games. These courses do not overcome traditional practices and thus have difficulties in producing a systematization of practical-theoretical knowledge. The meaning frequently given to "leisure" considers it as something not serious, as an escape valve, as a source of consumption of goods and services, and as a kind of compensation for the frustrations that come from the problems generated by society. Many courses affirm in their objectives that recreation and leisure constitute a field of activity for the professional in Physical Education besides that of sports or academic training. However, it is difficult to train qualified professionals to perform in this field if the knowledge is transmitted in a rapid or superficial way. This happens because of the limited course hours, the small number of courses, the treatment of the area within other disciplines, and because of the curriculum itself. The issues raised in this research might help in the search for new proposals that could suggest a new way of approaching recreation and leisure in the curriculum -- a way that could overcome the supposedly deeply-rooted and practical way of looking at recreation and leisure and instead, could more coherently convey the objectives of the curricula developed within this context. However, it is not only necessary to change the curriculum, but also to deal with the issues raised here through a series of actions that could contribute to a more solid education and orient professional training and intervention based upon a perspective of sociocultural stimulation. This action takes as its objective the effective participation of the whole population by way of an emphasis upon self-improvement and by way of the search for a more critical and conscious education for people in their leisure experiences. Another important point is that this perspective could trigger a transformative project for society, with the intention of making reality more fair and equal -- a reality that might create respect for individual differences and possibilities for more cultural participation and social democratization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
CAPÍTULO I.....	14
1. Currículo, Educação Física e Lazer.....	14
1.1. Compreendendo as Teorias sobre Currículo.....	15
1.2. Os Currículos dos Cursos de Graduação em Educação Física.....	30
1.2.1. Recreação e Lazer.....	44
CAPÍTULO II.....	54
2. Recreação e Lazer nos Currículos dos Cursos de Graduação em Educação Física.....	54
CAPÍTULO III.....	90
3. O Profissional de Educação Física como Intelectual: Formação e Atuação no Âmbito do Lazer.....	90
3.1. A Formação e a Atuação do Profissional de Educação Física no Âmbito do Lazer na Perspectiva Tradicional.....	92
3.2. A Formação e a Atuação do Profissional de Lazer na Área de Educação Física: a Busca de Subsídios.....	101
3.3. A Formação e a Atuação do Profissional de Educação Física no Âmbito do Lazer na Perspectiva da Animação Sociocultural.....	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	123
ANEXOS.....	130

LISTA DE ANEXOS

ANEXO 01: Carta enviada aos coordenadores de curso, solicitando nome e ementa de todas as disciplinas do curso.....	131
ANEXO 02: Carta enviada aos coordenadores de curso solicitando os programas das disciplinas selecionadas.....	132
ANEXO 03: Critérios para a análise dos programas das disciplinas vinculadas as temáticas recreação e lazer.....	133
ANEXO 04: Ementa de todas as disciplinas sobre recreação e lazer analisadas.....	134

INTRODUÇÃO

O meu primeiro contato com a recreação e o lazer deu-se durante o desenvolvimento do curso de graduação em Educação Física, quando passei a atuar como agente direto, ministrando vivências para crianças e adolescentes de diferentes faixas etárias, em espaços específicos de lazer (acampamento, hotéis, clubes, festas de empresas e festas infantis). Naquela época, início da década de 90, tinha uma percepção restrita acerca dos significados de recreação e lazer, decorrente, principalmente, de minha visão de senso comum e influenciada pela pequena ênfase atribuída a esses conhecimentos em meu curso de formação profissional.

Em razão desses aspectos, a minha atuação profissional era centrada no “fazer por fazer” as atividades propostas e baseava-se em aspectos puramente “técnicos”, o que contribuía para o consumo acrítico e descontextualizado por parte do público-alvo da ação pedagógica. Nesse ponto, concordo com SEVERINO (1986) que afirma que a prática docente, quando não fica à mercê do espontaneísmo, decorrente de um suposto dom natural, está entregue a um tecnicismo didático demasiadamente mecânico.

Além disso, o desenvolvimento do trabalho nesses locais, muitas vezes levava-me a reproduzir as atividades que já eram realizadas. Faltava espaço que pudesse auxiliar na decisão sobre “o que fazer” e “como fazer”, e o mais importante ainda, restringiam-se as

possibilidades de criação tão importantes para o desempenho da função de “monitor” (denominação utilizada para essa atuação). Na maioria das vezes, sentia que era necessário apenas conhecimento das atividades ditas “recreativas”, bem como a concordância com as normas estabelecidas para o trabalho e o bom humor, freqüentemente utilizado para compensar a falta de competência dos profissionais.

Após o término do curso de graduação, iniciei o curso de mestrado na área de Educação Motora e, paralelamente, fui contratado para lecionar a disciplina Recreação e Lazer num curso de graduação em Educação Física de uma faculdade privada no interior do Estado de São Paulo. Durante o exercício do magistério superior, percebi a importância de compreender melhor determinados conceitos relacionados à recreação, ao lazer, à formação profissional e, especificamente, ao campo de estudos do currículo. A necessidade de estudar aspectos relativos a essas questões surgiu tanto da preocupação em tornar mais claro o meu entendimento sobre o tema quanto do interesse em possibilitar um diálogo de qualidade entre os meus alunos, numa perspectiva teórico-prática, ampliada sobre a recreação e o lazer. Foi, portanto, como um agente indireto do lazer que percebi ser urgente a busca de subsídios que possibilitassem uma práxis, orientada para a reflexão/ação/reflexão das diferentes vivências que desenvolvia com meus alunos. À medida que aprofundava os estudos na área, várias questões relativas à formação e à atuação dos profissionais da Educação Física como animadores socioculturais (perspectiva adotada neste estudo e que será tratada no terceiro capítulo) foram emergindo.

Com o avançar dos estudos, comecei a compreender que o lazer tem despertado grande interesse em diferentes segmentos de nossa sociedade atual. No entanto, esse termo vem sendo utilizado de diversas formas, carregado de preferências e juízos de valor, o que, na maioria das vezes, dificulta a sua compreensão (MARCELLINO, 1983). Além disso, o lazer

vem sempre associado a descanso, a entretenimento alienado ou a possibilidade de consumo de conteúdos culturais passivamente¹. Essa forma de entender o lazer, muitas vezes, é resultante das barreiras presentes em nossa sociedade, que, em decorrência do modo de produção vigente, mercantiliza essa vivência, tornando-a inacessível nos mais diferentes aspectos.

Vivemos em uma sociedade que ainda supervaloriza o trabalho e que entende o lazer como algo não sério, descompromissado e destituído do seu valor como possibilidade de descanso, divertimento e desenvolvimento. Frequentemente ele é associado apenas à fuga da realidade, já que é considerado como um espaço para esquecer os problemas cotidianos ou para combater o estresse derivado do trabalho desgastante, o qual está presente na vida da maioria dos brasileiros.

Outro aspecto a ser destacado sobre a vivência do lazer em nosso contexto é a sua associação ao consumo exacerbado e alienado de bens materiais e de serviços “recreativos”. Portanto, a sociedade caracterizada pela valorização da produção e do consumo alienado de bens e de serviços entende o lazer como mais uma de suas valiosas mercadorias, um produto rentável da sociedade de consumo, que objetiva, principalmente, a fuga dos problemas surgidos em nosso cotidiano, bem como a distração e o entretenimento alienados (WERNECK, 1998).

Nessa ótica, o lazer vai ao encontro da ideologia dominante, desconsiderando os conflitos e as contradições presentes em nosso meio. Essa forma de apropriação do lazer geralmente tem os seus significados incorporados aos valores que imperam em nosso contexto, direcionando para a manutenção de uma estrutura social injusta e desigual.

¹ MARCELLINO (1983), apoiado em Dumazedier, fala-nos que atividade e passividade no lazer dependem dos níveis de desenvolvimento da atividade. Assim, se o lazer for realizado no nível conformista estará presente a passividade e, caso se trabalhe nos níveis crítico e criativo, poderá ser caracterizado com uma vivência ativa.

Discordo dessa visão, chamada de funcionalista por MARCELLINO (1987)² e penso que o lazer se pode constituir, também, em espaço possível de lutas contra as injustiças presentes em nosso contexto, em busca de mudanças na ordem social e cultural, e na intenção de concretizar uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças, e que crie possibilidades de participação cultural e de democratização social. Por isso, sem abrir mão de suas características fundamentais de descansar e divertir, ao invés de disfarçar as contradições sociais presentes em nosso meio, o lazer pode auxiliar a desmascarar e aguçar a consciência dessas contradições. Isso demanda, como pontua SEVERINO (1986), contribuir na gestação de uma nova consciência – que vai do natural para o reflexivo, do dogmático para o crítico.

O lazer, neste estudo, está sendo compreendido como espaço privilegiado para vivências lúdicas de conteúdos culturais em patamares críticos e criativos, o que o caracteriza como uma esfera abrangente, que tem profundas relações com o trabalho, com a educação, com a família, dentre outras dimensões da vida do homem. É por isso que o considero como um dos elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida dos sujeitos.

Cabe lembrar, portanto, que o lazer não pode ser desvinculado de toda a problemática social e que, sozinho, não é capaz de transformar a nossa vida e de torná-la qualitativamente melhor. Assim, pensar o lazer numa perspectiva abrangente não significa desconsiderar a possibilidade de que ele também possa constituir-se em estratégia de manipulação e controle social, e é este o sentido que muitas vezes é a ele atribuído. Por isso, é necessário repensar essas visões, por meio da sistematização de conhecimentos e da realização de pesquisas que tratem o lazer de maneira ampla e contextualizada, concepção que

² O autor afirma que, na ótica funcionalista, o lazer é compreendido como recurso para a manutenção da “ordem social estabelecida”, visando mascarar as contradições presentes em nossa vida social. Ele pondera, ainda, que essa visão pode ser observada em quatro diferentes abordagens: romântica, moralista, compensatória ou utilitarista.

se vem avolumando em algumas universidades, grupos de pesquisa e órgãos públicos dispersos pelo País.

Apesar de a discussão sistematizada sobre o lazer ter sido introduzida em nosso país aproximadamente na década de 70, nos meios acadêmicos isso se deu somente no decorrer das décadas seguintes, quando este objeto, bem como suas implicações no contexto social, cultural, político e econômico, passou a ser difundido em currículos de cursos de formação profissional (Educação Física, Turismo, Pedagogia, Administração etc.) de muitas universidades brasileiras.

Um aspecto importante a ser ressaltado é que no Brasil, desde 1998, já vêm sendo ofertados dois cursos de graduação específicos sobre o lazer³, e outros estão em via de implantação, como indica BRAMANTE (2000), demonstrando uma nova tendência que se abre no mercado. Esse autor aponta alguns desafios para o desenvolvimento desses cursos, tais como: a necessidade de buscar referências locais que norteiem a construção curricular; a falta de recursos humanos especializados e qualificados e, ainda, a inadequação das estratégias de implantação e difusão geralmente adotadas nesses cursos. Além disso, do meu ponto de vista, em termos do conhecimento veiculado nessas propostas, percebe-se que muitas vezes ocorre um forte vínculo com o turismo, que representa apenas uma das possibilidades de formação e intervenção profissionais no campo do lazer, mas não a única.

Apesar da criação e da possível ampliação do número de cursos específicos sobre o lazer em nosso país, atualmente observo que estudantes, profissionais e pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento vêm investindo em vários projetos e ações relacionados ao lazer. Esse tema vem-se constituindo em um campo possível de formação e de intervenção profissional, que pode apresentar um caráter multidisciplinar. Dessa forma, o lazer pode ser

³ O primeiro curso a ser criado foi o da Faculdade Anhembí Morumbi, no primeiro semestre de 1998, e no segundo semestre desse mesmo ano, a Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALE) criou o seu curso.

enfocado em diferentes perspectivas, com contribuições de diversas áreas do conhecimento, como Turismo e Hotelaria, Pedagogia, Psicologia, Artes, Arquitetura, Educação Física.

Dentre essas áreas, a Educação Física⁴ vem prestando expressiva contribuição ao incremento da produção científica, pedagógica e cultural específica sobre o lazer no Brasil, especialmente no ensino superior. Surgem diversas iniciativas nos níveis de graduação e pós-graduação em Educação Física, que inserem as questões referentes ao lazer⁵, como disciplinas específicas e aprofundamento de estudos nos currículos de formação profissional em Educação Física; cursos de pós-graduação em nível de especialização, mestrado e doutorado; realização de eventos científicos; publicação de periódico específico sobre o tema; desenvolvimento de projetos de extensão com a comunidade; laboratórios de estudos e projetos de pesquisa sobre o lazer, dentre outras ações relevantes.

Vale destacar, ainda, que no Brasil há uma presença majoritária de profissionais da Educação Física atuando com o lazer, conforme estudos de BRAMANTE (1988). Essa questão é decorrente da associação do lazer com às atividades físicas e esportivas, o que possibilita a apropriação de um amplo mercado de trabalho que se abre a cada dia. Há, portanto, um crescimento nas possibilidades de atuação nessa área, mobilizando novas oportunidades e desafios no mercado de trabalho, voltado principalmente para as frentes do consumo. Assim, há uma demanda crescente da prestação de serviços de lazer, o que leva a aumento no número de ofertas para pessoas que desejam atuar na área. Se por um lado representa expansão e conquista para a atuação dos “bons” profissionais, por outro, pode-se

⁴ Concebo a Educação Física como uma área de conhecimento sobre a cultura corporal de movimento que sistematiza e critica estudos científicos e filosóficos, apresentando uma relação dialética entre a prática, as ciências e a filosofia, conforme considerações de BETTI (1998). A Educação Física é, assim, resultante da estreita relação entre pesquisa científica e reflexão filosófica, propiciando a constituição de novas formas de compreender e transformar a prática pedagógica cotidiana, que também pode ser encaminhada e, vislumbrando no lazer um campo possível de aplicação para os profissionais formados na área.

⁵ No Brasil, muitos cursos de graduação vêm ofertando disciplinas relacionadas à recreação e ao lazer nos seus currículos. No entanto, a Educação Física se destaca por ser uma das áreas que prevêem um aprofundamento na graduação.

tornar um risco, caso o trabalho seja desenvolvido numa abordagem mercantilizada, que prioriza a ação numa perspectiva abstrata e tradicional.

Esse aumento nas ofertas para o trabalho com lazer tem resultado no aparecimento de uma diversidade de funções que se pode assumir, desde a administração até a organização e a execução das atividades. Podemos observar o aparecimento de um promissor mercado de trabalho em lazer, o que nos permite destacar a presença de profissionais com formação diversa trabalhando em várias instituições privadas (acampamentos, clubes, colônias de férias, hotéis, empresas de eventos, empresas de turismo, academias de ginástica) e públicas (prefeituras, centros comunitários, parques, universidades, secretarias, museus). Isso sugere aumento das exigências no que diz respeito à formação de recursos humanos para atuar nos vários locais, com pessoas e grupos diferenciados.

Devemos considerar que, para os profissionais formados em Educação Física, a intervenção exige conhecimentos específicos sobre o lazer ou relacionados a ele, tais como a recreação, o lúdico, o prazer. Esse aspecto é visualizado, dentre outras possibilidades, no seu trabalho com o esporte escolar, com a dança, com a ginástica, com os jogos e com outros conteúdos culturais que propiciam vivências lúdicas, prazerosas e significativas para os sujeitos envolvidos.

Do meu ponto de vista, essas discussões colaboraram para que esses conhecimentos passassem a integrar, de forma sistematizada, os currículos de formação profissional em Educação Física na década de 60. Foi com a aprovação da Resolução n. 69, de 6/11/1969, que a *recreação* passou a fazer parte do rol de disciplinas que integram o currículo mínimo dos cursos de graduação em Educação Física em nosso país.

Inicialmente, utilizava-se apenas o termo *recreação*; mas com o avançar dos estudos, principalmente no decorrer dos anos 90, adotou-se a associação entre os termos

recreação e lazer, sendo ainda possível encontrar disciplinas com nomenclaturas diversas. No interior dos cursos de graduação em Educação Física, é cada vez maior o interesse de alunos e professores pela discussão da temática *lazer*, tendo em vista as diferentes opções de estudo e de atuação profissional que o campo de trabalho vem abrindo nesse âmbito para profissionais graduados.

Com a aprovação, pelo Conselho Federal da Educação, da Resolução n.03/87 (BRASIL, 1987), a Educação Física foi a primeira área cuja legislação passou a prever, além da formação básica, um aprofundamento na graduação. O significado de *aprofundamento de conhecimentos*, de acordo com o art. 3º, parágrafo 3º dessa resolução, refere-se ao atendimento de interesses dos alunos, possibilitando trocas com o mercado de trabalho, e respeitando as peculiaridades de cada região, bem como os perfis profissionais desejados.

Essa resolução determina que uma área de conhecimento deve ser composta por disciplinas ministradas por Institutos Superiores de Educação (IES) e desenvolvidas com caráter teórico-prático, permitindo a vivência de experiências no campo real de trabalho. Com a incorporação das idéias presentes na Resolução n.03/87 e com os avanços apresentados pelos estudos do lazer no Brasil, esse campo passou a ampliar o espaço ocupado no interior dos currículos de formação profissional em Educação Física.

Em 1997, por meio da publicação do Parecer n.776/97, o Conselho Nacional de Educação (CNE) resgatou a discussão sobre a reformulação curricular dos diferentes cursos de graduação oferecidos no País. Uma série de críticas estavam sendo feitas e justificaram a necessidade de tal discussão pela comunidade acadêmico-profissional, vinculada ao ensino superior brasileiro. Foi a partir desse debate que surgiu a primeira proposta de diretrizes amplamente divulgada, mas que não foi aprovada.

A proposta tinha como base que a formação dos profissionais conferiria-lhes o título de graduado em Educação Física e possibilitaria-lhes o aprofundamento em um ou mais campos definidos de aplicação profissional. No interior dessa proposta, vale destacar que o lazer podia ser vislumbrado como uma das áreas de aprofundamento, conforme destacado pela Comissão de Especialistas, responsável por essa discussão.

Atualmente, com a aprovação da Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em cursos de licenciatura de graduação plena, no nível superior, a formação de docentes para atuar na educação básica deverá acontecer em cursos de licenciatura plena. Essa resolução colaborou com as idéias propostas nas Leis de Diretrizes e Bases aprovadas no ano de 1986. Assim, a licenciatura é uma exigência de formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental e no ensino médio.

A partir disso, novas diretrizes curriculares para os cursos de Educação Física começaram a ser formuladas e foram recentemente aprovadas. O documento elaborado sugere a possibilidade de dois tipos de formação: a do licenciado em Educação Física, que segue pareceres e resoluções específicos do Conselho Pleno do Conselho Nacional de Educação; e a do graduado em Educação Física, que é orientada por essas novas diretrizes. Com relação ao lazer nesse contexto, do meu ponto de vista as novas diretrizes restringem o entendimento de lazer e recreação como um conteúdo ou uma atividade pertencente às manifestações da atividade física/movimento humano (termo utilizado no documento).

Nesse contexto, cabe perguntar: como se têm desenvolvido os conhecimentos sobre a recreação e o lazer nos currículos de formação profissional em Educação Física, tanto em instituições de ensino superior públicas como em instituições privadas, no Brasil? Qual a

especificidade sobre a recreação e o lazer nos cursos de formação profissional em Educação Física? Que tipo de conteúdo(s) a(s) disciplina(s) da área de recreação e lazer estão disseminando na formação de profissionais da Educação Física? Qual a importância atribuída à recreação e ao lazer pelos currículos desses cursos?

Diante dessas indagações, o objetivo deste estudo foi diagnosticar e analisar o conteúdo que vem sendo desenvolvido sobre a recreação e o lazer no interior dos currículos dos cursos de formação profissional em Educação Física nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas do País. Nesse sentido, procurei analisar programas de disciplinas, buscando extrair elementos que pudessem auxiliar na discussão sobre a inserção da recreação e do lazer nos currículos de cursos de formação profissional.

Como justificativa para a realização desta pesquisa, pode-se destacar a escassez de estudos que envolvam as discussões sobre recreação, lazer e currículos de preparação profissional em Educação Física, o que cria lacunas sobre o tema e permite que muitas questões não sejam aprofundadas. Nesse contexto, é importante considerar a dinâmica do tema currículo, o que sugere a realização de estudos constantes, tendo em vista compreendê-lo em diferentes momentos, na tentativa de contribuir com avanços em sua concepção e implementação.

Outra contribuição que pode advir deste estudo está relacionada à discussão sobre os currículos dos cursos de graduação em Educação Física, de modo geral, e que, neste momento, está ocorrendo por meio da recente aprovação das novas Diretrizes Curriculares pelo Ministério da Educação (MEC).

Em termos metodológicos, este estudo caracteriza-se pela combinação das pesquisas bibliográfica e documental.

Com relação ao método como trajetória de raciocínio, foi trabalhado o materialismo histórico-dialético, na concepção de Antonio GRAMSCI (1979; 1982), em especial nos conceitos de hegemonia, contra-hegemonia e de intelectuais. A intenção de apoiar-me nesse autor quer dizer que sua linha de pensamento, a partir de uma análise atualizada, contribui de forma positiva ao objetivo deste trabalho, que, no entanto, não se limita a ela, e pode vir a ser reforçado por uma pluralidade de autores que, dentro de uma perspectiva comum, podem colaborar para a minha análise. Acredito que a contribuição dos estudos de GRAMSCI (1979; 1982), coadjuvada por outros autores, pode permitir-nos uma leitura mais aproximada da realidade.

Como modo de investigação, foi utilizado o estudo comparativo que, de acordo com BRUYNE, HERMAN, SCHOUTHEETE (1977), prioriza a ultrapassagem da unicidade e da constatação de regularidades ou de constâncias entre várias organizações cujas semelhanças e diferenças são analisadas. Esse tipo de método nos permite conhecer as relações entre um grande número de aspectos no contexto de uma amostra de organizações.

Para a obtenção dos dados, foi utilizada como técnica para pesquisa bibliográfica a revisão de literatura (SEVERINO, 1991), tendo em vista a possibilidade de discutir os termos-chave para a pesquisa: Lazer, Recreação, Educação Física, Currículo, Formação e Atuação Profissional. Essa revisão de literatura foi realizada a partir de leitura de livros, artigos científicos, teses e dissertações, relacionados à questão central do estudo.

Para a pesquisa documental, a técnica empregada foi a análise documental (BRUYNE, HERMAN & SCHOUTHEETE, 1977), que teve o objetivo de diagnosticar e compreender como as disciplinas relativas às áreas de recreação e lazer são abordadas nos currículos dos cursos de formação profissional em Educação Física do nosso país. Para tanto,

foi solicitado ao Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADID)⁶ uma lista com os nomes e endereços de todas as instituições brasileiras públicas e privadas⁷ que oferecem cursos na área.

Posteriormente, foi enviada uma carta dirigida ao coordenador do curso de todas essas instituições, solicitando o envio do nome e das ementas de todas as disciplinas ofertadas no currículo do curso de graduação em Educação Física (ANEXO 1).

De posse desses primeiros dados, realizei uma análise do material e selecionei, dentre todas as disciplinas oferecidas pelos currículos, aquelas que tinham relação com a recreação e o lazer. O critério de seleção levou em conta a existência das palavras recreação e/ou lazer na(s) ementa(s) da(s) disciplina(s) e foi utilizado pela dificuldade de análise do eixo temático da disciplina somente a partir das ementas apresentadas. Portanto, mesmo a disciplina não tendo como eixo temático a discussão sobre recreação e lazer, mas apresentando uma dessas palavras em sua ementa, ela foi selecionada e, posteriormente, desprezada com base nos dados constantes nos programas dessas disciplinas.

Após essa etapa, foi enviada uma nova correspondência aos coordenadores de curso, solicitando os programas das disciplinas selecionadas inicialmente, contendo ementa, objetivos, conteúdos, bibliografia e período de oferta (ANEXO 2). A partir do recebimento desses dados, o critério utilizado para a escolha das disciplinas analisadas foi o de apresentação da recreação e/ou do lazer como eixo temático fundamental dos documentos.

⁶ O SIBRADID, cuja unidade central está sediada na Escola de Educação Física da UFMG, presta serviços e fornece produtos de Informação em Ciências do Esporte, Educação Física, Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Lazer, Recreação e afins. Tem como objetivo promover e disseminar o uso das informações na área desportiva, possibilitando a prestação de serviços de acesso a documentos, até mesmo por meio da comutação bibliográfica. Entre os seus principais projetos, temos: 1) o controle da produção científica nacional e dos países de língua portuguesa, através da manutenção da *Base de Dados Bibliográficos*; 2) a organização e a atualização do *Diretório de Ciências do Esporte* - Base de Dados que contém o registro do endereço de instituições nacionais que correspondem à Comunidade Desportiva do País (como é o caso das instituições que ofertam regularmente cursos de graduação e pós-graduação em Educação Física).

⁷ No final do ano 2000, o SIBRADID contava com 143 instituições brasileiras cadastradas, que ofereciam o curso de graduação em Educação Física.

Para a realização da análise proposta, organizei os programas das disciplinas visando identificar elementos internos comuns e buscando relacionar e organizar os itens apresentados. Assim, o material foi analisado, procurando-se levar em conta algumas categorias que serão explicitadas nos parâmetros teóricos deste estudo.

A amostragem da pesquisa documental foi, portanto, do tipo não probabilística (BRUYNE, HERMAN & SCHOUTHEETE, 1977), mediante o critério de acessibilidade. Assim, o universo dessa fase da pesquisa se constituiu de todas as instituições que enviaram as informações solicitadas, tratadas no capítulo 2 deste estudo. Ao todo foram 25 instituições estudadas, por meio de 44 programas de disciplinas enviados pelos coordenadores de curso.

Para a compreensão dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo proposta por TRIVIÑOS (1987), que se constitui em um conjunto de técnicas que privilegia a descrição do conteúdo das mensagens, permitindo a obtenção de indicadores qualitativos e quantitativos, que possibilitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção de tais mensagens. Para a realização dessa análise, foram estabelecidos critérios que auxiliaram a discussão dos resultados (ANEXO 3).

O trabalho foi dividido em três capítulos. No primeiro, procurei abordar as discussões sobre as teorias do currículo e, mais especificamente, a construção histórica dos currículos dos cursos de Educação Física no Brasil, tendo em vista buscar a fundamentação e a contextualização do objeto de estudo. No segundo, examino as relações da recreação e do lazer com esses currículos, com o auxílio dos dados coletados nos programas de disciplinas de diferentes instituições de ensino superior. Finalmente, no terceiro capítulo, a partir da análise anterior, procuro apontar subsídios para uma construção curricular que possa auxiliar na formação de profissionais dentro da perspectiva do animador sociocultural.

CAPÍTULO I

1. CURRÍCULO, EDUCAÇÃO FÍSICA E LAZER

Nos dias atuais, é cada vez mais crescente a possibilidade de formação e de atuação profissional no âmbito do lazer. Apesar de muitas iniciativas reforçarem o aspecto mercantil, existem outras comprometidas com o avanço teórico-prático do conhecimento relacionado a esse objeto, buscando alternativas consistentes para a atuação de profissionais no mercado.

Muitas são as áreas que vêm envidando esforços para promover novos conhecimentos nas questões referentes ao lazer de forma mais abrangente. No entanto, é preciso ampliar essa discussão nos cursos de formação. Esse aspecto se faz relevante já que, na maioria das vezes, se acredita não ser necessária uma formação aprofundada para atuar nesse campo. Atualmente, é imprescindível apreender uma série de questões gerais sobre essa problemática, bem como mapear como cada área poderá contribuir com os seus saberes específicos, e intervir nesse campo. Esse mapeamento, apesar de ser incipiente na realidade brasileira, já vem acontecendo em alguns cursos de graduação, tais como Educação Física, Turismo, Pedagogia, Psicologia, Administração, Arquitetura, Sociologia.

Na área da Educação Física, foco central deste estudo, o debate sobre a formação de profissionais para atuar no campo do lazer carece de maiores estudos, já que a cada dia esse tema vem ampliando a sua inserção dentro dos currículos desses cursos. Além disso, o mercado de trabalho no campo do lazer tem possibilitado uma significativa participação de profissionais da Educação Física para a realização de trabalhos.

Objetivando discutir as relações entre currículo, Educação Física, recreação e lazer, este capítulo será dividido em três partes inter-relacionadas. Na primeira parte, o foco central de análise diz respeito às teorias do currículo, considerando as diferentes perspectivas de compreensão desse objeto e buscando salientar, por fim, a concepção de currículo aqui adotada. Na segunda parte, o objetivo é compreender, especificamente, os currículos de formação profissional em Educação Física, apresentando um debate sobre a construção histórica desses currículos em nosso país, a partir das legislações que auxiliam (e auxiliaram) a sua construção. Na terceira parte, discuto a construção do conhecimento no campo da recreação e do lazer especificamente na área da Educação Física, voltando a discussão para as ações e projetos que são desenvolvidos no âmbito da formação profissional.

1.1. Compreendendo as Teorias sobre Currículo

Com o objetivo de contribuir com a compreensão sobre os currículos dos cursos de graduação em Educação Física, inicialmente gostaria de apontar algumas considerações sobre a área de estudos do currículo, centrando a discussão nas chamadas *teorias críticas e pós-críticas*, a partir da contribuição de autores como APPLE (1982), GIROUX (1987; 1997), GOODSON (1995), MOREIRA (1995; 1997), SACRISTÁN (2000), SANTOMÉ (1995) e SILVA (1992; 1995; 1999a; 1999b).

A emergência do tema *currículo* como um campo de estudos está estreitamente ligada a processos como a constituição de um corpo de especialistas em currículo, a formação de disciplinas e departamentos universitários, a institucionalização de setores especializados sobre currículo na burocracia educacional do Estado e o surgimento de revistas acadêmicas especializadas sobre o tema.

Em termos gerais, identifiquei três formas de conceber o currículo e a teoria curricular: a primeira está associada a uma perspectiva tecnicista e tradicional, na qual o currículo possui uma dimensão instrumental e utilitarista, baseando-se em aspectos conservadores de escola e educação; a segunda tem como alicerce os estudos neomarxistas e é denominada de teorias críticas do currículo; apresenta uma análise do currículo como um espaço possível para a reprodução das estruturas de classe da sociedade capitalista. Já a terceira é denominada de *pós-críticas* e que enfatiza o currículo como prática cultural e de significação. Dessa forma, o currículo é visto como um texto, como uma trama de significados que tem caráter fundamentalmente criativo.

De acordo com SILVA (1999a), foi provavelmente nos anos vinte que, pela primeira vez, o currículo aparece como um objeto específico de estudo e pesquisa nos Estados Unidos. Interligado com os processos de industrialização e de urbanização, que intensificavam a massificação da escolarização, houve um impulso, por parte de pessoas ligadas sobretudo ao campo da administração educacional, para racionalizar o processo de construção, desenvolvimento e testagem de currículos no interior das escolas. Foi naquela época que surgiu uma primeira forma de compreender o currículo; assim, ele era visto como um processo de racionalização de resultados educacionais, cuidadosa e rigorosamente especificados e medidos.

Um marco no estabelecimento do currículo como campo especializado de estudos foi a publicação da obra *The Curriculum*, escrita por Bobbit, datada de 1918. Na perspectiva desse autor, o currículo estava relacionado com a questão de organização, entendida como atividade mecânica, na qual a especificidade de um especialista dessa área não passava de tarefas burocráticas (SILVA, 1999a). Essa visão propiciou o surgimento de uma tendência denominada *tecnicismo*.

Em 1949, foi publicado o livro de Ralph Tyler que difundia uma compreensão de currículo baseada nos princípios de organização e desenvolvimento. Esse modelo auxiliou na consolidação definitiva da visão apresentada por Bobbit, influenciando fortemente o campo do currículo no Brasil (SILVA, 1999a). O paradigma curricular técnico-linear, apresentado por Tyler, tinha como perspectiva preparar os indivíduos para o desempenho de funções em situações definidas, e baseava o currículo na análise dessas funções e situações. Comparando o sistema educacional a uma indústria, o currículo deveria ser capaz de especificar claramente quais objetivos pretendiam alcançar. Assim, a educação e, conseqüentemente, os currículos deveriam ser tão eficientes quanto qualquer indústria ou empresa econômica. O paradigma curricular baseado nesse modelo “técnico-linear” tem como base um currículo que visa preparar os indivíduos para desempenhar funções em situações definidas socialmente.

Em seu livro “Princípios básicos de currículo e ensino”, Tyler se esforça por atribuir um importante papel à filosofia e aos diferentes especialistas que trabalham na escola para as discussões curriculares. No entanto, sua ênfase é na psicologia da aprendizagem, já que apresenta um modelo tecnológico e behaviorista do currículo. Para atender a esse objetivo, Tyler propõe um quadro gráfico de dupla entrada; assim, de um lado, ordenam-se os aspectos referentes ao conteúdo e, de outro, os pertencentes aos comportamentos esperados. Nesse contexto, fica nítido o reducionismo do currículo e o da função da escola, pois só existe

o planejado e o previsto. Os docentes devem concentrar-se em atingir tais objetivos sem questioná-los acerca do seu valor e muito menos alterá-los ou substituí-los.

SILVA (1999b) caracteriza essas teorias como tradicionais, pois entendem o currículo como algo neutro, desinteressado. Pode-se dizer que esse tipo de currículo privilegia os conhecimentos dominantes, mediante a conformação com o *status quo*. Por isso, o currículo, nessa perspectiva, é associado às teorias de aceitação, de ajuste e de adaptação, que se baseiam numa concepção conservadora de cultura (fixa, estável, herdada) e do conhecimento (como fato, como informação); uma visão que, por sua vez, se apóia numa perspectiva conservadora das funções social e cultural da educação.

Essa visão convencional de currículo ainda é muito presente em diferentes instituições educacionais. Nesse entendimento, o currículo é apenas a cultura que deve ser transmitida e passivamente absorvida, e, portanto, preocupa-se primordialmente com a organização do conhecimento escolar, implicando as relações assimétricas de poder no interior da sociedade e da escola.

Como o interesse dessa perspectiva de currículo é o de pesquisar e mapear as habilidades necessárias para as diversas ocupações presentes em nossa sociedade, a função do especialista em currículo é fazer o levantamento dessas habilidades. A partir daí, ele pode planejar estratégias para o seu desenvolvimento e também organizar e elaborar instrumentos de avaliação que possibilitem detectar se elas realmente foram aprendidas.

Embasado nesse entendimento de currículo, surgiram no Brasil inúmeros “pacotes curriculares”, nos quais os especialistas relacionam os objetivos, os conteúdos determinados e o material didático que deve ser utilizado. Além disso, especificam as atividades que devem ser desenvolvidas pelos professores e qual a resposta esperada dos alunos para cada situação. Por último, indicam como o desempenho deve ser avaliado, apresentando os testes

diagnósticos e de rendimento, que, na maioria das vezes, são reduzidos a comportamentos e habilidades esperados.

Em geral, essa forma de compreender o currículo apresenta uma tendência de considerá-lo, a partir do entendimento de que o poder está separado do conhecimento, e a cultura é independente da política (no seu sentido mais amplo). Ignora-se, portanto, a análise de como o poder distribuído numa sociedade funciona a favor de interesses, e de formas de conhecimentos específicos, contribuindo, assim, para manter as prioridades econômicas e políticas de classes e grupos sociais particulares.

Conseqüentemente, esse entendimento de currículo constitui um significativo instrumento, utilizado por diferentes sociedades e culturas para desenvolver os processos de conservação e adequação dos sujeitos aos valores tidos como desejáveis para a manutenção de nossa realidade opressora. Por isso, a discussão do currículo assume, cada vez mais, lugar de destaque no conhecimento pedagógico, tanto com o intuito de conservar a situação atual como na perspectiva de transformação e de renovação de nossa sociedade.

Foi com o intuito de transformação que, nos anos 70, principalmente nos Estados Unidos e na Europa, abriram-se novas possibilidades para os estudiosos do campo do currículo. Nesse período, foi muito marcante o aparecimento de uma segunda forma de conceber o currículo, por meio de uma abordagem mais crítica, que buscava a superação do caráter técnico-prescritivo até então dominante (MOREIRA, 1997). Vários autores, inconformados com as injustiças e as desigualdades sociais, com interesse em denunciar o papel da escola e o do currículo na reprodução da estrutura social e, ainda, apreensivos com a construção de currículos que se preocupassem com os interesses dos grupos dominados, buscaram um embasamento nas teorias sociológicas para auxiliar suas reflexões e suas propostas, originando, assim, as chamadas *teorias críticas do currículo*.

Apenas recentemente, portanto, os estudos deixaram de compreender o currículo somente como uma área meramente técnica, voltada para questões relativas a procedimentos, técnicas e métodos. E, nesse sentido, já se pode falar em uma tradição crítica de currículo, guiada por aspectos sociológicos, políticos e epistemológicos. Embora questões relativas ao “como” do currículo continuem importantes, elas só adquirem sentido dentro de uma que as considere em sua relação com questões como a do “porquê” das formas de organização do conhecimento escolar.

Para as *teorias críticas do currículo*, ele está relacionado a questões de “identidade” e de “subjetividade”. Recorrendo à etimologia da palavra *currículo*, verifica-se que ela vem do latim “curriculum”, que significa “pista de corrida”, e, assim, relaciona-se com o curso da “corrida” de nossas vidas, determinando o que somos (SILVA, 1999a). No entanto, a idéia de currículo está, na maioria das vezes, atrelada apenas ao conhecimento, ignorando-se seu envolvimento com aquilo que somos, com a identidade e com a subjetividade dos sujeitos.

Cabe lembrar, ainda, que as *teorias críticas do currículo* indicam que nenhuma teoria é desinteressada – como preconiza a tendência tradicional –, pois está intrinsecamente associada às relações de poder. Na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, essas teorias não deixam de envolver questões de poder. Nesse sentido, SILVA (1999a) argumenta que selecionar é uma operação de poder. Assim, privilegiar um tipo de conhecimento e não outro é uma operação de poder; ou seja, destacar entre as múltiplas possibilidades uma identidade ou uma subjetividade como sendo a ideal constitui-se, necessariamente, num exercício de poder.

Não entendo o exercício de poder somente como a imposição de alguns princípios e, portanto, como algo meramente negativo. O poder está presente em todas as práticas

construídas socialmente, sendo um elemento integrante do processo de conhecimento. E, dessa maneira, pode reforçar as estruturas rígidas e excludentes, como ampliar suas possibilidades por meio de construções mais democráticas, comprometidas com valores mais abrangentes do homem, da sociedade e do conhecimento.

Dessa forma, como esclarece SACRISTÁN (2000), é fundamental compreender o currículo como uma práxis que sofre intervenções de diferentes ações, sendo constituído no interior de inúmeras interações culturais e sociais. O processo de criação de um currículo não se refere à algo natural ou espontâneo, pois está intimamente relacionado às questões de poder que permeiam o processo. Entender sua construção social significa, dessa forma, prestar atenção nas práticas políticas e administrativas que integram o seu desenvolvimento; nas condições organizativas, estruturais e materiais; na qualificação dos profissionais envolvidos; na diversidade de idéias e de significados que moldam os passos de sua transformação.

APPLE (1982) entende o currículo em termos estruturais e relacionais, desde que esteja estreitamente vinculado às estruturas econômicas e sociais mais amplas. Assim, a seleção que acontece no currículo é o resultado de um processo que reflete os interesses particulares das classes sociais e dos grupos dominantes. Na visão desse autor, portanto, para que o currículo possa ser compreendido e transformado, é necessário questionarmos: de quem é o conhecimento que está sendo trabalhado no currículo? Quais os interesses envolvidos na escolha desse conhecimento particular? Quais as relações de poder que estão envolvidas no processo de seleção que resultou nesse ou naquele currículo em particular?

O que torna a análise de Apple “política” é, precisamente, essa centralidade atribuída às relações de poder. Currículo e poder formam a equação básica que estrutura a crítica do currículo desenvolvida por esse autor. A questão central é a da conexão entre produção, distribuição e consumo dos recursos materiais e econômicos, de um lado, e

produção, distribuição e consumo de recursos simbólicos, como a cultura, o conhecimento, a educação e o currículo, de outro.

Muitas vezes, o currículo está ativamente envolvido na garantia do consenso, buscando a obtenção da hegemonia. Nesse caso, o currículo é baseado na cultura dominante, pois é transmitido através do código cultural dominante. Os sujeitos das classes privilegiadas podem facilmente compreender esse código, por estarem imersos nesse meio por toda a vida, percebendo-o como um código “natural”. Em contraste, os indivíduos das classes dominadas têm dificuldades para decifrar esses códigos, não sabendo do que tratam esses conhecimentos. O resultado é que as pessoas das classes dominantes são bem sucedidas pelo sistema educacional, enquanto que as das classes dominadas só podem encarar o fracasso. As classes dominantes vêem o seu capital cultural reconhecido e fortalecido, ao passo que as classes dominadas têm sua cultura nativa desvalorizada, ao mesmo tempo em que o seu capital cultural, já inicialmente baixo ou nulo, não sofre qualquer aumento ou valorização. Complete-se, assim, o ciclo da reprodução cultural. É através desse processo que as classes dominantes se mantêm tal como existem, garantindo a reprodução social, como nos apresenta Bourdieu e Passeron em sua *teoria da reprodução* (SILVA, 1992).

APPLE (1982), fundamentado em Antonio Gramsci, enfatiza o conceito de hegemonia, atentando para a questão de que essa reprodução social não acontece de forma tranqüila. As pessoas precisam ser convencidas da legitimidade da estrutura social vigente. No entanto, esse convencimento não se dá sem oposição, conflito e resistência. Assim, o campo social e cultural se concretiza como espaço de luta em torno de valores e propósitos sociais, o que impulsiona a resistência e a oposição. É nesse ponto que também considero o currículo como campo de resistência e de subversão, podendo oferecer importantes bases para um trabalho contra-hegemônico.

Por esse enfoque, entendo o conflito e a contradição como “forças propulsoras” para as transformações no currículo e não como algo fundamentalmente indesejável e que precisamos esforçar-nos para eliminá-lo dentro das instituições escolares e sociais como um todo. Assim, concordo com CURY (1995), quando ele cita a importância de compreendermos o conflito e a contradição como forma de superarmos a nós próprios, o que proporciona o enriquecimento e a reconquista em nova unidade de nível superior.

Outro autor que muito vem contribuindo com as *teorias críticas do currículo* é Henry Giroux. Para ele, o currículo deve ser entendido a partir dos conceitos de emancipação e libertação. Os conhecimentos desenvolvidos por meio dos currículos permitem às pessoas conscientizarem-se sobre o papel de controle de poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais e, assim, podem auxiliar na emancipação ou libertação desse poder ou controle (GIROUX, 1987).

Essa compreensão do currículo como uma possibilidade emancipatória supera a idéia de conjunto de conteúdos e métodos que devem ser aprendidos pelos alunos e apresenta o currículo como um esforço de introdução a um determinado modo de vida. Portanto, a interação entre os diferentes sujeitos e textos, que se dão no interior do currículo, proporcionam uma organização do aluno com relação aos seus sentimentos de identidade, aos seus valores e às suas possibilidades.

De acordo com GIROUX (1997), a pedagogia e o currículo devem ser entendidos mediante a noção de “política cultural”, pois envolvem a construção de significados e valores socioculturais. Esses significados não simplesmente situam-se no âmbito da consciência pessoal ou individual; eles estão ligados a relações sociais de poder e desigualdade. Trata-se de significados em disputa, de significados que são impostos, mas também contestados. Compreendido nesses termos, o currículo apresenta dupla tarefa aos educadores, que, em

primeiro lugar, precisam analisar como a produção cultural é organizada dentro das relações assimétricas de poder nas instituições de ensino; e, em segundo, necessitam construir estratégias políticas de participação nas lutas sociais, destinadas a lutar pelas escolas como esferas públicas democráticas.

Qualquer mudança na organização curricular implica também transformações nos princípios de poder. Por isso, concordo com MOREIRA, SILVA (1995) quando nos falam que a luta pela transformação levará não a uma situação de não-poder, mas sim a novas relações de poder. O currículo é entendido, portanto, como campo de construção e de produção de significados culturais, tornando-se central na luta de transformação das relações de poder. É por isso que se torna tão difícil a implementação de alterações nos currículos dos cursos de formação profissional, porque isso resulta, necessariamente, em ganhos e perdas de poder para as diferentes esferas (administradores, professores e alunos), envolvidas nesse processo.

Nesse contexto, é importante ressaltar que o currículo envolve os projetos, os planos e as propostas, que são chamados de *currículo prescrito*, e as ações que acontecem nas escolas e nas salas de aulas, bem como todas as relações que se estabelecem nesses espaços, que são denominados de *currículo oculto*. Isso mostra que existem interesses, disputas e alianças diversas no interior do currículo; portanto, ele se constitui num campo de lutas e conflitos em torno de símbolos e significados e, por isso, a mudança se torna um processo complexo.

Sobre o *currículo oculto*, SILVA (1992) afirma que ele é constituído por todos aqueles aspectos do espaço escolar que, sem fazer parte do currículo prescrito, contribuem, de forma implícita, para aprendizagens sociais relevantes. Para alguns autores, o *currículo oculto* configura-se nas atitudes, nos comportamentos, nos valores e nas orientações que

permitem que os alunos se ajustem da forma mais conveniente às estruturas e ao funcionamento injusto e desigual de nossa sociedade atual.

Apesar de incidir no reforço de conhecimentos, procedimentos, valores e expectativas mais de acordo com as necessidades e os interesses das ideologias hegemônicas dos diferentes momentos sócio-históricos, o currículo oculto nem sempre encaminha para a consolidação dos interesses dos grupos sociais dominantes e das estruturas de produção e distribuição vigentes. A análise do *currículo oculto* em situação concreta nos possibilita entender que a vida dos estudantes na escola não se caracteriza por uma submissão “cega” às normas, às tarefas e aos significados que lhes são impostos. Os alunos costumam resistir e alterar as mensagens a que a instituição os submete (SANTOMÉ, 1995).

Por isso, o *currículo oculto* pode ser consolidado pelas relações sociais da escola: as relações entre professores e alunos, entre administração e alunos, entre alunos e alunos. A estruturação do espaço escolar é outro dos componentes por meio dos quais os alunos aprendem certos comportamentos sociais: o espaço rigidamente organizado da sala de aula tradicional transmite uma realidade; o espaço frouxamente estruturado da sala de aula mais aberta, outra. Além disso, é possível pensar no ensino do tempo, através do qual se aprende a pontualidade, o controle do tempo, à divisão do tempo em unidades discretas, a destinação do tempo para cada tarefa etc. O *currículo oculto* ensina, ainda, mediante rituais, regras, regulamentos, normas. Aprende-se por meio das diversas divisões e categorizações explícitas ou implícitas próprias da experiência escolar: entre os mais “capazes”, entre meninos e meninas, entre um currículo acadêmico e um currículo profissional (SILVA, 1999a).

O *currículo oculto*, portanto, pode ser compreendido como normas e valores que são implicitamente transmitidos pelas escolas e que habitualmente não são mencionados na apresentação dos objetivos feita pelos professores. MOREIRA (1997) nos fala que esse

conceito aponta para a questão de que o “aprendizado incidental”, durante o desenvolvimento do curso, pode contribuir mais para a socialização do aluno do que o próprio conteúdo ensinado.

SILVA (1992) compreende que o *currículo oculto* está relacionado ao conformismo, à obediência e ao individualismo. Essa idéia é muito marcante em estudos sobre o currículo e a escola; no entanto, para além do terreno de controle social, esse conceito vem sendo ampliado, já que também representa um espaço no qual se travam lutas ideológicas e políticas, sendo, passível de abrigar intervenções que visem a mudanças sociais. Dessa forma, a afirmação do autor precisa ser repensada, pois acredito que o *currículo oculto* pode constituir-se numa forma de resistência às imposições ideológicas que estão presentes no *currículo prescrito*. Ainda assim, penso na necessidade de superarmos as contradições e os conflitos apresentados pelo *currículo oculto*; é necessário “desocultarmos” o currículo ao máximo, para que ele tenha possibilidade de se apresentar de maneira mais justa e democrática. Assim, devemos trabalhar na conscientização, procurando torná-lo menos eficaz, o que poderá permitir alguma possibilidade de mudança. Para SILVA (1999a, p.80), “*tornar-se consciente do currículo oculto significa, de alguma forma, desarmá-lo.*”

Toda essa discussão sobre o *currículo oculto* não pode ser feita sem considerar o *currículo prescrito*, já que este é um testemunho visível, público e sujeito a mudanças. O *currículo prescrito* se constitui numa lógica escolhida para legitimar um tipo de escolarização; por isso é importante compreendê-lo, a fim de conhecer os interesses e as influências atuantes nesse nível. E nesse sentido, concordo com GOODSON (1995, p.22) quando esse afirma que “*entender a criação de um currículo é algo que deveria proporcionar mapas ilustrativos das metas e estruturas prévias que situam a prática contemporânea*”.

Dessa forma, é possível compreender que no currículo se confrontam diferentes culturas e linguagens. Professores, alunos e administradores, freqüentemente, divergem a respeito das experiências e práticas que devem ser escolhidas e valorizadas. Assim, questões referentes à produção, seleção, distribuição, aprendizagem e avaliação do conhecimento escolar configuram-se relacionadas a controle e dominação, o que implica afirmar a existência de elos íntimos e complexos entre Universidade, conhecimento, poder, ideologia e subjetividade.

O currículo é colocado na moldura mais ampla de suas determinações sociais, de sua história, de sua produção contextual. Assim, não é um elemento inocente e neutro de transmissão desinteressada do conhecimento social. O currículo está relacionado à relações de poder, transmite visões particulares e interessadas e o currículo produz identidades individuais e sociais particulares. O currículo não é um elemento transcendente e atemporal – tem uma história, vinculada à formas específicas e à contingentes de organização, da sociedade e da educação (MOREIRA, 1997).

Complementando as posições assumidas pelas teorias críticas do currículo, surgiu, na década de 90, uma terceira forma de conceber o currículo, denominada *teorias pós-críticas*. Na realidade, essas teorias sobre o currículo estenderam nossa compreensão acerca dos processos de dominação; nesse sentido, suas análises se tornam mais complexas na medida em que, além da ênfase nas questões de classes sociais, sugerem a necessidade de entendimento da dinâmica de poder, envolvida nas relações de gênero, etnia, raça, sexualidade, dentre outras.

As teorias pós-críticas enfatizam a necessidade de incorporar grupos e culturas diversas ao suposto núcleo cultural comum de nossa sociedade. Assim, o significado de educar é, basicamente, a incorporação cultural. Essa incorporação, no entanto, não pode

ocorrer na perspectiva da introdução a uma cultura comum, mas como uma socialização forçada numa cultura particular à custa da repressão e da exclusão dos valores e das dimensões culturais dos grupos assim submetidos.

É a partir dessas questões que surge a idéia de multiculturalismo nas teorias curriculares pós-críticas. O debate sobre multiculturalismo, movimentos e identidades sociais coloca muitos e importantes desafios e oportunidades para a discussão sobre o currículo e sobre a escola. As análises apresentadas por esses movimentos e teorizações podem ser de extrema relevância para o currículo e para a produção do conhecimento na escola, além de propiciar a transformação das posições de poder no interior das instituições e na sociedade como um todo.

É importante ressaltar que o multiculturalismo não pode ser compreendido apenas como uma convivência entre culturas diversas; deve considerar, sobretudo, as relações de poder existentes nas relações sociais. Dessa forma, um multiculturalismo crítico não deve propor um fechamento cultural, mas sim pontos de contato entre as culturas, capacidades de tradução entre elas, identidades de fronteira; no entanto, a ênfase é a identificação e a transformação das relações de poder existentes entre as diferentes culturas.

Segundo SILVA (1995) o multiculturalismo deve repensar o chavão pedagógico: “partir da cultura dominada”, deve sim interrogá-la, questioná-la, históriá-la, da mesma forma que deve fazer com a cultura dominante. Segundo o autor, não é apenas superar a cultura dominada para entrar em outra, mas apontar reflexões que revelem a história que produziu as atuais identidades sociais e que as colocou subordinadas na configuração social existente.

Para a concretização de um currículo multicultural, é necessário um contexto democrático de decisões sobre o ensino, no qual os interesses de todos sejam representados; para torná-lo possível, é necessária uma estrutura curricular diferente da dominante e uma

outra mentalidade por parte dos sujeitos que estão envolvidos com o contexto escolar. Essa mentalidade, essa estrutura e esse currículo têm de ser elaborados para fazer da escola um espaço aberto, no qual tenhamos uma cultura que seja um local de diálogo e de comunicação entre os diversos grupos sociais.

A visão de currículo pensada sob os conhecimentos das teorias pós-críticas reafirma a dimensão política presente em todo currículo. Nessa perspectiva, a idéia de currículo multicultural é coerente com os valores de uma sociedade democrática que respeita o pluralismo – uma de suas fundamentações éticas. Implementar um currículo multicultural significa ter procedimentos democráticos para sua decisão, desenvolvimento e avaliação, que possam levar os alunos à capacidade de opinar, criticar e participar das decisões que são tomadas.

Construir um currículo numa visão multicultural apresenta uma série de dificuldades e deverá ser uma prioridade para os educadores críticos, tendo em vista que as culturas minoritárias, marginalizadas ou rejeitadas são patrimônios de grupos com pequeno poder de participação e decisão. De acordo com SACRISTÁN (2000), é necessário inicialmente que o debate sobre o currículo saia do âmbito das decisões meramente burocráticas e do campo restrito de perspectivas e interesses dos especialistas nas matérias, das pressões de grupos profissionais e econômicos, do tecnicismo presente na discussão sobre o currículo, que vem mascarando os problemas cruciais sobre os quais se tomam decisões políticas e culturais. As questões curriculares na sociedade democráticas, portanto, têm que ser analisadas pela ótica das opções culturais.

Diante das considerações aqui analisadas, entendo o currículo como uma construção social, ou seja, como uma “invenção social” resultante de um processo histórico, no qual se estabelecem lutas diversas, que incitam processos de disputa e conflito social, o

que resulta em certas formas curriculares, e não em outras, tornando-se consolidadas como o currículo. É apenas uma contingência social e histórica que faz com que o currículo se distribua seqüencialmente em intervalos de tempo determinados, e que esteja organizado hierarquicamente. Não podemos nos esquecer de que é também através de um processo de invenção social que certos conhecimentos acabam fazendo parte do currículo, e não outros.

Assim, o currículo é compreendido como prática cultural e como prática de significação, que tem caráter fundamentalmente produtivo e criativo. O currículo é uma forma de ter acesso ao conhecimento, o que amplia o seu significado como algo dinâmico, constituindo-se em condições e possibilidades particulares de entrar em contato com o projeto de socialização cultural das instituições de ensino.

Mas como foi o processo de construção curricular dos cursos de formação profissional em Educação Física no Brasil? Quais as relações de poder estabelecidas para a consolidação desses currículos? Quais os conhecimentos que historicamente foram aceitos nesses currículos?

1.2. Os Currículos dos Cursos de Graduação em Educação Física

A formação de profissionais de Educação Física surgiu em nosso país, primeiramente, no interior das instituições militares, provavelmente com a fundação da primeira Escola de Educação Física do Centro de Esportes da Marinha, em 1926. No final da década de 20, entra em funcionamento o Curso Provisório de Educação Física que, posteriormente, se tornaria a escola de Educação Física do Exército. Esse curso de formação profissional era dominado intelectualmente pelos médicos; empiricamente, pelos militares. Tinham como alunos, além de militares indicados, vários professores de escolas públicas que atuavam no ensino primário.

De acordo com TAFFAREL (1993), foi somente no final da década de 30, durante o Governo Vargas, é que foram criados os primeiros currículos do meio civil: o da Escola de Educação Física do Estado de São Paulo e o da Escola Nacional de Educação Física da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. A Escola Nacional de Educação Física do Rio de Janeiro foi criada a partir do Decreto-Lei n. 1.212, de 1939, que fixou, também, um modelo curricular que deveria ser seguido por todo o País. O curso tinha dois anos de duração, caracterizado pela formação curta, que enfatizava a técnica desportiva e os aspectos médicos, militares e higienistas, tão presentes no cenário nacional da época. FARIA JUNIOR (1987) nos lembra que a formação profissional em Educação Física tinha de estar em consonância com a ideologia de suas instituições de origem. Seu objetivo, portanto, era auxiliar no aprimoramento da raça e no fortalecimento do Estado, pelo seu caráter militar.

Essa estrutura de formação curta só passou por uma revisão trinta anos após, em 1969, quando foi instituído o currículo mínimo, com carga horária de 1800 horas/aula, ministrada em, no mínimo, três anos e, em, no máximo cinco anos (OLIVEIRA, COSTA, 1999). O Conselho Federal de Educação (CFE) aprovou a Resolução n. 69, em 06/11/1969, que conferia ao profissional formado o título de “Licenciado em Educação Física”. Além disso, era possível obter o título de “Técnico Desportivo”, desde que fossem cursadas mais duas disciplinas da área esportiva dentre as possibilidades oferecidas pelas Instituições de Ensino Superior (IES).

Outro ponto que merece destaque nesse período foi a publicação do Parecer 894, de 02/12/69 do CFE, que atribuiu aos cursos de graduação em Educação Física o mesmo *status* que atribuiu às demais formações em licenciatura da área educacional, a partir da definição de que as grades curriculares dos cursos de graduação em Educação Física deveriam inserir as matérias pedagógicas comuns a todas as licenciaturas (COSTA, 1999).

O currículo mínimo trouxe a possibilidade de descentralização e de flexibilização, que foi importante para a Educação Física naquela época, na medida em que constituía-se em um recurso para a descaracterização do espírito centralizado do Estado Novo. Dessa forma, as Escolas de Educação Física não necessitavam de aprovação do Congresso Nacional para realizar alterações em seus currículos.

Desse período em diante, multiplicou-se, em nosso país, o número de escolas de formação profissional em Educação Física nas universidades e, principalmente, nos Institutos de Ensino Superior isolados. A aptidão física tornou-se o paradigma que orientava não apenas as práticas da Educação Física, mas também, parte significativa da sua produção teórica. Observou-se, nessa época (década de 70), um grande desenvolvimento científico nas áreas de Fisiologia do Esforço, Treinamento Desportivo, Aprendizagem e Desenvolvimento Motor e Biomecânica e um investimento, por parte do governo, na criação de centros esportivos e na implementação de laboratórios de fisiologia do esforço nessas escolas, demonstrando a ênfase nos conhecimentos técnicos e biológicos.

Somente no final dos anos de 70 é que a discussão sobre os currículos tomou força na área da Educação Física, vinculada ao momento de abertura política em nosso país. Segundo SOUSA et al. (1995), essa iniciativa surgiu da necessidade de debater as determinações aprovadas sobre o currículo mínimo, por buscarem a ampliação de demanda profissional e a superação da idéia simplista de currículo como rol de disciplinas. Para tanto, foram realizados vários fóruns nacionais de debate sobre o currículo, promovidos pelo Ministério da Educação (MEC), abrindo, pela primeira vez na História, a oportunidade de participação de todas as Escolas de Formação Profissional em Educação Física nessas discussões.

O primeiro seminário foi realizado no Rio de Janeiro, em 1979, tendo como temática as *Bases Científicas e Problemas da Teoria de Currículos*, no qual foi apresentada a reforma curricular, construída pela Secretaria de Educação Física e Desporto do MEC (SEED/MEC), com o auxílio de várias escolas de Educação Física. O segundo seminário aconteceu em Florianópolis, em 1981, cujo tema foi a *Discussão do Currículo Mínimo para os Cursos de Graduação em Educação Física*. O terceiro encontro foi realizado em Curitiba, em 1982, e teve como objetivo discutir o *Currículo Mínimo para Formação de Docentes de Educação Física*. Nesse espaço, foram exaustivamente discutidos os princípios da Resolução n.03/87. O quarto e último encontro realizou-se em São Paulo, em 1984, e propunha-se a discutir a proposta que seria enviada ao CFE. No entanto, os participantes restringiram-se aos diretores das escolas de Educação Física. Nesses fóruns surgiram várias propostas, que apresentavam desde a idéia da criação de um currículo comum para todo o Brasil até a de liberdade total na estruturação de um currículo de acordo com os interesses, as necessidades e as condições de cada região e de cada Instituição de Ensino Superior (PINTO et al., 1997).

Nesse contexto, uma série de fatores vinha influenciando as discussões sobre os currículos de formação profissional em Educação Física, dentre eles podemos citar: a mudança de paradigma, que se deu a partir da década de 80, possibilitando um novo olhar vinculado ao campo da Pedagogia; a criação e a evolução dos primeiros cursos de pós-graduação em Educação Física no Brasil; a expressiva realização de encontros, congressos e cursos nesse campo.

Assim, em 16 de junho de 1987, a Resolução n.03/87 foi aprovada, fixando o mínimo de conteúdos (áreas de conhecimento) e de duração (2.880 horas/aula) a serem considerados na elaboração dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física (BRASIL, 1987). Além disso, estabeleceu que o currículo deveria conter dois segmentos: um

deles a formação geral, baseado na formação humanística⁸ e técnica, e um outro, pelo aprofundamento de conhecimentos. Outro aspecto importante é a instituição da modalidade de bacharelado, além da licenciatura que já existia. A Resolução determinou, ainda, o prazo de dois anos para a implementação da proposta em todas as IES.

Para OLIVEIRA, COSTA (1999), a grande inovação dessa proposta, do ponto de vista qualitativo, foi a autonomia curricular conferida às IES. A noção de “currículo mínimo”, que muitas vezes “engessava” as estruturas acadêmicas, foi extinta com a aprovação da Resolução n.03/87. Assim, cada curso de graduação teve a liberdade para estruturar seus currículos de acordo com o perfil profissional desejado, o que representava uma medida bastante significativa. Por outro lado, como os currículos se tornaram bastante diversificados, os autores chamam a atenção para a questão de que essa autonomia acabou dificultando o acompanhamento da formação do profissional de Educação Física pelo Ministério da Educação (MEC) e por diferentes segmentos preocupados com essa formação profissional no Brasil.

Um ponto bastante polêmico da Resolução n.03/87 foi a criação dos cursos de bacharelado em Educação Física. Os argumentos apresentados para implantação desses cursos estavam centrados na crescente e diversificada demanda, que levaram os cursos de licenciatura a incorporar em seus currículos várias disciplinas de fundamentação – em atendimento ao amadurecimento científico da área –, e de intervenção – atendendo à referida expansão e diversificação do mercado e da cultura do movimento (KUNZ et al., 1998). Para esses autores, essa incorporação de disciplinas, além de levar a uma descaracterização da especificidade (formação para atuar na educação escolar) dos cursos de licenciatura plena, tampouco auxiliou na formação das competências específicas, requeridas para atuação

⁸ De acordo com a Resolução n.03/87, a formação de cunho humanístico engloba conhecimentos filosóficos do ser humano e da sociedade.

profissional nos diferentes campos de trabalho que se abriam fora do âmbito escolar. O que vinha ocorrendo é que os cursos de licenciatura passaram a desenvolver uma perspectiva, mais “ampliada”, tentando formar profissionais capazes de atuar tanto no mercado de trabalho escolar como no não escolar.

Assim, tínhamos dois grupos com visões divergentes sobre essa questão. Estudiosos como OLIVEIRA (1988); COSTA (1988); PELLEGRINI (1988) e MOREIRA (1988) defendiam a criação do bacharelado, acreditando que a implantação desse eixo poderia contribuir para a qualificação dos profissionais da área, com possibilidade de auxiliar na construção de sua produção científica, qualificando os cursos e propiciando o reconhecimento e a legitimidade da área. Esses autores acreditavam ser necessário concretizar e elevar o nível dos cursos para aqueles que desejavam atuar fora do contexto escolar.

Um outro argumento apresentado se refere a questão de que o licenciado deveria ter predominantemente uma formação pedagógica e que o bacharel enfatizaria a formação científica. Segundo TAFFAREL (1993), essa idéia permitiu interpretações equivocadas de que a formação pedagógica prescinde da ciência e vice-versa. Isso pode induzir a se pensar que, no âmbito da escola, a atuação do profissional da Educação Física não trata com conhecimento científico, e que, até mesmo, não sejam necessárias atitudes científicas.

O outro grupo de especialistas, constituído por autores como CARMO (1988); FARIA JUNIOR (1992); BETTI (1992) e TAFFAREL (1993), defendia a manutenção da perspectiva ampliada, com caráter generalista, justificando que qualquer possibilidade de atuação (escolar e não-escolar) desse profissional se concretiza mediante uma intervenção que é essencialmente pedagógica. BORGES (1998) salienta que, embora reconheçam as pressões decorrentes da ampliação do mercado de trabalho e a própria fragilidade desses cursos, esses autores defendiam que a criação do curso de bacharelado poderia fragmentar mais ainda a

formação desses profissionais, promovendo a divisão entre os que produzem e os que transmitem conhecimentos. Eles afirmavam que o bacharelado poderia acarretar empobrecimento da área, decorrente da formação especializada.

Esses aspectos demandam um repensar sobre a diferença de especificidade entre os cursos de licenciatura e de bacharelado em nosso país. Em termos gerais, acredita-se que o licenciado é o profissional qualificado para atuar no âmbito da Educação Física formal – nos segmentos da educação infantil e do ensino nos níveis fundamental, médio e superior –, enquanto que o bacharel deve ser qualificado para intervir no campo não escolar – que abrange órgãos públicos, clubes, academias, centros comunitários, condomínios, hospitais, dentre outros espaços. KUNZ et al. (1998) criticaram essa compreensão sobre os dois títulos propostos, afirmando que isso pode trazer uma dicotomização da profissão. Além disso, os autores pontuam que o campo de atuação é apenas um dos fatores que irá determinar as especificidades da formação do licenciado e do bacharel, mas não o único.

Refletindo sobre o trabalho que as IES vêm desenvolvendo sobre esses dois cursos, os integrantes da Comissão de Especialistas – Secretaria do Ensino Superior – Sesu/MEC (KUNZ et al., 1998), ressaltam que muitas instituições, apesar de implantarem os dois cursos, caracterizam-se pela formação do que se tem denominado “dois em um”. Os cursos mantiveram basicamente a mesma estrutura curricular (a licenciatura ampliada) anterior à Resolução n.03/87, mas conferem os dois títulos concomitantemente. Grande parte dos cursos de Educação Física propõe as duas titulações com apenas uma estrutura curricular. Para os autores, poucas são as IES que realizam uma pequena diferenciação entre licenciatura e bacharelado no(s) último(s) período(s).

Podemos destacar, ainda, os cursos que preparam duas estruturas curriculares distintas (uma para a licenciatura e outra para o bacharelado), mas que, em consequência da

falta de compreensão dos professores sobre essas questões, levam à não-diferenciação das disciplinas de um curso para o outro. Assim, a estrutura curricular propõe uma disciplina para a licenciatura e outra, numa perspectiva diferente, para o bacharelado, mas o professor trabalha as mesmas vivências e os mesmos conteúdos nas duas propostas. Também é muito forte a relação de poder estabelecida, o que dificulta a implementação de novas perspectivas. Nesse sentido, percebemos uma luta de forças entre as disciplinas biológicas e esportivas com as disciplinas ditas pedagógicas, vinculadas às áreas das Ciências Humanas e Sociais.

Temos também que pensar em um outro aspecto destacado por KUNZ et al. (1998), no que diz respeito à formação do licenciado. Segundo esses autores, se o licenciado não tem condições de atuar nos diferentes espaços que o mercado de trabalho em Educação Física abre, por ser ele amplo e exigir uma formação específica e voltada para a educação formal, o mesmo problema se aplica ao bacharelado. Em decorrência, os diferentes mercados de trabalho não escolar também requerem qualificações específicas e diferenciadas. Assim, a formação de um profissional que irá atuar com treinamento desportivo deveria ser diferente daquela que irá formar aquele que trabalha na perspectiva do lazer, por exemplo (KUNZ et al., 1998).

Nesse contexto, é importante ressaltar que geralmente há uma visão restrita presente na organização e na implementação de muitos currículos, já que muitos coordenadores e diretores de cursos de formação profissional, que poderiam ter entendimento amplo da questão, restringem os seus trabalhos a atividades meramente “técnicas”, vinculadas à inclusão e à exclusão de disciplinas na grade curricular, ou à análise de solicitações feitas pelos alunos, que estão relacionadas ao trancamento de matrículas e ao aceite de disciplinas, dentre outras. Nesse caso, quando se pretende reduzir os problemas de que se ocupam as

“teorias e práticas” curriculares no que se refere a questões de índole técnica, isso é, no mínimo, uma “ignorância culpável”.

Buscando repensar esses e outros problemas dos currículos de formação profissional em Educação Física, no ano de 1997, o Conselho Nacional de Educação (CNE) convocou a comunidade acadêmico-profissional, vinculada ao ensino superior brasileiro, a participar do processo de reformulação curricular dos cursos de graduação. Para tanto, o Ministério da Educação tornou pública a convocação para que todas as IES interessadas apresentassem propostas para novas diretrizes curriculares desses cursos de graduação. Além disso, organizou um processo de escolha de uma Comissão de Especialistas que pudesse assessorar o MEC na proposição de diretrizes e na organização curricular de suas respectivas áreas.

A Comissão de Especialistas⁹ escolhida (KUNZ et al, 1998) propôs ao Sesu/MEC diretrizes para os currículos dos cursos superiores de Educação Física, que pudessem substituir a Resolução n.03/87. Nesse sentido, os especialistas sugeriram que o título conferido fosse o de graduado em Educação Física, ao qual os currículos deveriam possibilitar uma sólida formação geral (dimensão generalista) e também uma sólida formação em termos de aprofundamento (dimensão especialista), em um dos campos de atuação profissional definido pelas IES. E seria no aprofundamento que o aluno iria definir o seu campo de atuação. Conseqüentemente as opções de aprofundamento deveriam ser definidas pelas IES, pois dependeria da qualificação de seu corpo docente, das especificidades do mercado de trabalho de cada região e do tipo de clientela que cada IES possuía, dentre outros aspectos.

⁹ Cabe destacar o trabalho desenvolvido por dois grupos de profissionais que conduziram o debate e a criação da proposta. O primeiro grupo iniciou as discussões em 1996 e foi composto pelos seguintes professores: Eustáquia Salvadora de Souza (UFMG); Hélder Guerra Resende (UGF), Valter Bracht (UFES) e Wagner Wey Moreira (Unicamp). O segundo grupo assumiu os trabalhos no ano de 1998, e contou com a participação dos professores: Elenor Kunz (UFSC), Emerson Silami (UFMG), Hélder Guerra de Resende (UGF), Iran Junqueira de Castro (UNB) e Wagner Wey Moreira (Unicamp).

Dessa forma, os currículos deveriam conter duas partes: a primeira, chamada de Conhecimento Identificador da Área (CIA); a segunda, de Conhecimento Identificador do Tipo de Aprofundamento (CITA). No entanto, caberia às IES a definição sobre as disciplinas que iriam integrar o CIA e o CITA. Aquelas que poderiam integrar o CIA deveriam assegurar sólida formação básica e aplicada à tradição da cultura de movimento, independentemente do aprofundamento que seria escolhido e também dos diferentes propósitos a que seriam aplicados (lazer, estética, saúde, rendimento etc.). O CITA deveria ser composto por disciplinas que apresentassem estreita relação de especificidade (seja no sentido da fundamentação, seja no de instrumentalização para a intervenção profissional) com o campo de aprofundamento a ser escolhido pelo graduando (KUNZ et al., 1998).

Em relação à carga horária, os currículos deveriam ter um mínimo de 2.880 horas/aula; 70% deste total (admitindo-se uma variação de mais ou menos 5%) deveriam ser destinados ao CIA e 30% (admitindo-se a mesma variação) ao CITA. Assim, para o aprofundamento, seria necessário desenvolver uma carga horária média de 864 horas/aula, incluindo a prática de ensino ou o estágio profissional supervisionado, além do trabalho de conclusão de curso.

Não se pode esquecer de destacar que essa proposta teve ampla contribuição de diferentes segmentos da área de Educação Física, não se constituindo, assim, num projeto específico de um grupo de especialistas contratados pelo Sesu/MEC. Nesse sentido, a construção dessa proposta ganhou contribuições de algumas IES que enviaram sugestões à Comissão de Especialistas; de pesquisas realizadas sobre os currículos de graduação em Educação Física; de algumas manifestações apresentadas nas diferentes listas de discussão do Centro Esportivo Virtual (CEV); de alguns documentos enviados espontaneamente à Comissão de Especialistas, dentre outras fontes que auxiliaram nesse processo.

Considero como grande contribuição dessa proposta a necessidade de um entendimento mais amplo sobre o currículo, que poderia deixar de ser visto apenas como um rol de disciplinas ou programas e passaria a ser compreendido como as diferentes vivências que são organizadas para contribuir com a formação de sujeitos críticos, criativos e sensíveis às mudanças históricas e culturais de nossa sociedade. Essa resolução estaria prevendo o reconhecimento, como o aproveitamento de créditos, de diferentes vivências: programas de monitoria; bolsas de iniciação científica; participação em eventos científicos, em cursos e disciplinas, realizados em outros institutos de áreas afins; presença em grupo de estudos e em projetos de pesquisa e extensão, dentre outras. Há que se destacar, ainda, a elaboração de um trabalho de conclusão de curso (monografia, artigo, resenha crítica de livros ou outro tipo de trabalho inédito) e o cumprimento de estágio supervisionado¹⁰, respeitando o campo de aprofundamento escolhido pelo graduando, conforme já era previsto na Resolução n.03/87. Isso faz-me pensar que essa proposta curricular poderia caminhar para a perspectiva apontada por GIROUX (1997), para que o currículo possa estar centrado na idéia de “política cultural”, significando, assim, um repensar em torno de seus programas e de suas práticas cotidianas.

Como já foi ressaltado, cada IES poderia definir os campos de aprofundamento que teria capacidade e potencial de desenvolver, e os alunos fariam sua escolha entre as opções possíveis. No entanto, a implementação dessa proposta encontraria uma série de barreiras, como a impossibilidade de contratar novos professores para lecionar disciplinas específicas sobre alguns desses campos (principalmente nas universidades públicas); a necessidade de qualificação do corpo docente. diante da reduzida oferta de vagas em cursos de pós-graduação; a preferência/demanda dos alunos por alguns campos de aprofundamento;

¹⁰ A prática de ensino ou o estágio profissional supervisionado deveria ser encaminhado na perspectiva de possibilitar o conhecimento/mapeamento da realidade, a co-atuação docente ou profissional, ou, até mesmo, a atuação docente ou profissional.

e a falta de disponibilidade de professores para acompanhamento do estágio supervisionado ou prática de ensino, bem como para orientação dos trabalhos de conclusão de curso dos alunos que optarem por um tipo de aprofundamento. Outro aspecto que precisaria ser considerado incide sobre a possibilidade de ser reduzido o número de alunos que optarem por um determinado aprofundamento, dificultando a operacionalização das propostas e a oferta de determinadas disciplinas ao longo do processo formativo.

Vários motivos dificultaram a aprovação dessas diretrizes curriculares, dentre elas podemos citar as disputas internas no próprio Conselho Nacional de Educação (CNE), envolvendo os Conselhos da Câmara do Ensino Superior e os Conselhos das Câmaras relativas à Educação Básica. O principal motivo refere-se ao tratamento conferido às áreas que têm licenciatura plena. As câmaras relativas à Educação Básica julgaram que as diretrizes não deram o devido valor às licenciaturas. Por isso, o movimento em prol dos Institutos Superiores de Educação agregariam todas as licenciaturas de uma dada IES, desvinculando-as dos departamentos especializados.

Existem também os descontentamentos internos de algumas áreas, como é caso da Educação Física, evidenciado com a apresentação de uma proposta alternativa pelo CONFEF (Conselho Federal de Educação Física), tendo em vista consolidar a formação do bacharel (preocupação maior desse órgão). A idéia é a formação de um bacharel com um sentido mais acadêmico, ou seja, aquele que domina os fundamentos que orientam a intervenção profissional, mas não cabendo ao bacharelado um processo sistematizado de instrumentalização para a intervenção profissional. No entanto, foi justamente por essa razão que as diretrizes apresentadas em 1999 propõem a eliminação do grau de bacharel, mantendo-se os aprofundamentos, assim buscando esclarecer o sentido dos aprofundamentos já estabelecidos com a Resolução n.03/87.

Em 2002, o Conselho Nacional de Educação aprovou a Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica em cursos de licenciatura de graduação plena. Esse documento exige a formação de licenciado em Educação Física para os profissionais que desejam atuar na educação infantil e nos ensinos fundamental e médio, colaborando com as idéias já propostas nas Leis de Diretrizes e Bases (LDB) aprovadas em 1996. Portanto, a licenciatura, de acordo com a resolução, deve ser um curso específico de formação na área da Educação Física.

Essa questão levou à necessidade de discutir novas diretrizes para os cursos de graduação em Educação Física. Apesar de não passar por ampla discussão, como aconteceu com a proposta anterior, as diretrizes foram recentemente aprovadas (abril de 2002)¹¹ e atribuem grande ênfase às relações entre a Educação Física e a Saúde, tendo em vista um conceito ampliado de saúde (BRASIL, 2002). De acordo com o documento, é possível existir, nas IES, dois tipos de formação: a do licenciado em Educação Física, que segue as diretrizes para a formação de professores; e a do graduado em Educação Física que segue essas novas diretrizes.

Do meu ponto de vista, o documento aprovado tem um caráter abrangente. No entanto, ao buscar estabelecer as diferentes visões do campo da Educação Física, limita-se ao uso dos termos atividade física, movimento humano e motricidade humana, não abordando outras tendências muito expressivas na área em nossa atualidade, como, por exemplo, a cultura corporal de movimento. Além disso, o termo motricidade humana aparece em alguns momentos e deixa de constar em outros, o que atribui maior atenção a termos vinculados aos

¹¹ É importante ressaltar que tive acesso a essas Diretrizes a poucos dias da data de entrega dessa pesquisa junto ao Programa de Pós-graduação da Faculdade de Educação Física da Unicamp. Portanto, as considerações efetuadas aqui são iniciais e necessitam ser ampliadas e aprofundadas em um momento posterior.

conhecimentos biodinâmicos e comportamentais, podendo ser considerado como um exercício de poder no interior dessa proposta.

Um aspecto interessante, e que já havia sido destacado na discussão sobre a proposta anterior, é a necessidade de sensibilização para as atividades profissionais da área, por meio das práticas pedagógicas que deverão ser inseridas dentro das disciplinas curriculares ao longo do curso. Além disso, é importante ressaltar o destaque às atividades complementares que deverão ser incrementadas durante todo o curso, com o aproveitamento das monitorias e estágios; dos programas de iniciação científica; e da participação em eventos técnico-científicos, e em grupos de estudos, dentre outras possibilidades.

Com relação à recreação e ao lazer, acredito que a proposta deixa muitas lacunas e muitos aspectos a serem repensados. Uma primeira questão está relacionada ao entendimento da recreação e lazer como manifestações da atividade física/movimento humano. Segundo o documento, a recreação e o lazer estão no mesmo plano dos jogos, esporte, ginástica, danças, lutas, dentre outros conteúdos e atividades trabalhadas na área da Educação Física. Esse aspecto me faz entender a recreação e o lazer como mais um conteúdo ou atividade, idéia que questiono no desenvolvimento deste trabalho.

Outra questão que ressalto é a atenção que se dá às diretrizes da saúde, da educação e do esporte. Nesse contexto, sinto falta do lazer como uma outra possibilidade que os currículos poderiam estar enfatizando, tendo em vista uma compreensão ampliada de lazer e as possibilidades de estudo, de formação e de atuação que oferece na área da Educação Física. Dessa forma, quando o documento trata no art. 5º das competências e habilidades específicas do profissional, entendo que, além da formação, poderia também auxiliar na compreensão de políticas de saúde, de educação, de esporte e de lazer no contexto das políticas sociais; assessorar órgãos, empresas e instituições em projetos de saúde, educação,

esporte e lazer, dentre outros elementos que já vêm ocorrendo na atuação desse profissional, mas que não foram destacados pelas diretrizes.

Apesar da pequena importância dada pelas novas Diretrizes Curriculares, nesse histórico sobre a construção dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física no Brasil, a recreação e o lazer vêm sendo anunciados como uma das possibilidades de estudos que integram a proposta de muitos desses cursos.

1.2.1. Recreação e Lazer

Em nosso contexto, com o avanço dos conhecimentos referentes aos estudos do lazer na Educação Física, são nítidas as íntimas relações construídas entre esses dois campos em diferentes âmbitos, como a produção teórica acerca do tema, a compreensão da sociedade sobre o assunto e, principalmente, a observação do crescente mercado que se abre para profissionais da Educação Física na perspectiva do lazer.

Nesse sentido, é importante ressaltar o volume de projetos que vêm sendo implementados por esses profissionais do lazer. Inicialmente gostaria de destacar o expressivo número de grupos de estudo/pesquisa que estão sendo criados. PIMENTEL (2000) procura analisar a contribuição de grupos de estudo/pesquisa para a constituição de saberes reflexivos. Dentre os grupos citados pelo autor, resalto os seguintes: Grupo de Estudos em Lazer e Cultura (GLEC) – coordenado pela Profª. Heloísa Bruhns (Faculdade de Educação Física/Universidade Estadual de Campinas – FEF/Unicamp); Grupo de Estudos sobre Administração, Lazer e Entretenimento (GALE) – coordenado pelo Prof. Antonio Carlos Bramante (Faculdade de Educação Física/Universidade Estadual de Campinas – FEF/Unicamp); Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR) – coordenado pelos Profs. Christianne Werneck e Hélder Isayama (Departamento de Educação Física da Universidade

Federal de Minas Gerais – DEF/UFMG); Núcleo de Estudos do Lazer (NIEL) – coordenado pela Prof.^a Tereza França (Universidade Federal de Pernambuco – UFPE); Grupo de Estudos sobre o lazer (GEL) – Coordenado pelo Prof. Giuliano Pimentel (Centro de Ensino Superior de Maringá/PR – Cesumar). Além desses, ressalto a importância do Laboratório de Estudos do Lazer (LEL) – coordenado pela Prof.^a Gisele Maria Schwartz (Universidade Estadual Paulista/Rio Claro – Unesp/RC – SP), e o recém-criado Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL) – coordenado pelo Prof. Nelson Carvalho Marcellino (Faculdade de Educação Física/Universidade Metodista de Piracicaba – FACEF/Unimep). Todos estão lotados em faculdades, escolas, departamentos ou cursos de Educação Física.

Um outro foco importante de discussão do lazer na Educação Física é o Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE)¹². Essa entidade científica realiza, de dois em dois anos, o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (CONBRACE) e conta com um Grupo de Trabalho Temático (GTT) específico sobre recreação e lazer, que agrega estudantes, profissionais e pesquisadores interessados em discutir questões referentes ao tema. Além disso, muitos trabalhos relacionados aos campos da recreação e lazer têm sido apresentados em outros Grupos de Trabalho (escola, políticas públicas, movimentos sociais, pós-graduação etc), demonstrando as amplas possibilidades de discussão do tema. Cabe lembrar, ainda, que o CBCE edita a Revista Brasileira de Ciências do Esporte, que apresenta uma série de artigos sobre a recreação e o lazer, dedicando, até mesmo um de seus exemplares a essa discussão¹³.

O Centro Esportivo Virtual (<http://www.cev.org.br>) mantém uma série de listas de discussão na internet, uma delas se destina a pessoas interessadas no debate sobre as questões

¹² O CBCE é uma entidade científica da área de Educação Física/Ciências do Esporte, criada em 1978, e que, durante os seus 23 anos, tem sofrido inúmeras mudanças tanto em sua estrutura, como nas disputas de poder em seu interior. Atualmente, sua estrutura conta com a Direção Nacional, com as Secretarias Estaduais e com os 12 Grupos de Trabalhos Temáticos (GTTs).

¹³ Ver Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 12, n. 1,2,3, 1990.

da recreação e lazer (cevlazer). Seus objetivos são de atualização, troca de conhecimentos e experiências e informes sobre diferentes assuntos relacionados à temática da lista.

Anualmente, tem sido realizado o Encontro Nacional de Recreação e Lazer (ENAREL)¹⁴ que, desde sua criação, conta com a participação de muitos profissionais da área da Educação Física¹⁵. Esses eventos têm contribuído sobremaneira para um avanço quantitativo e qualitativo nas questões referentes ao lazer e suas relações com a Educação Física. Além desse encontro, podemos destacar outros espaços de debate, que vem acontecendo regularmente, nesse contexto: o Fórum de Debates sobre Lazer¹⁶, o Ciclo de Debates Lazer e Motricidade¹⁷, o Encontro de área do Congresso Internacional de Educação Física e Motricidade Humana¹⁸, o Seminário “O Lazer em Debate”¹⁹ e o Seminário de Políticas Públicas de Esporte e Lazer²⁰.

¹⁴ Até hoje, foram realizados 13 encontros nas seguintes cidades: de 1989 a 1991, em Brasília; 1992, no Rio de Janeiro; 1993, em Bertioga/SP; 1994, em Brasília; 1995, em Recife; 1996, em Porto Alegre; 1997, em Belo Horizonte; 1998, em São Paulo; 1999, em Foz do Iguaçu; 2000, em Balneário Camboriú e, finalmente, em 2001, em Natal.

¹⁵ Esta questão pode ser verificada em rápida avaliação dos trabalhos publicados em seus Anais e Coletâneas. Até o ano de 1996, foram publicados anais com os resumos dos trabalhos apresentados; desde 1997, as instituições organizadoras têm-se esforçado para efetuar a publicação de textos completos dos trabalhos apresentados. No entanto, em 1998, o ENAREL realizou-se juntamente com o Congresso Mundial de Lazer, o que resultou num grande volume de trabalhos apresentados. Neste ano, somente os resumos dos trabalhos foram publicados, e, posteriormente, editou-se uma nova publicação com os textos completos dos palestrantes, mas que não foi distribuída a todos os participantes do evento.

¹⁶ Realização conjunta entre a Faculdade de Educação Física da Unicamp e o Serviço Social do Comércio (Sesc de Campinas/SP). Dois fóruns foram realizados: um, em 1994, e, outro, em 1995, com o objetivo de discutir as questões referentes ao mercado de trabalho e sua relação com a formação profissional no lazer.

¹⁷ Desde 1999, o Departamento de Estudos do Lazer da FEF/Unicamp vem desenvolvendo este Ciclo de Debates, que tem como objetivo reunir profissionais que estejam desenvolvendo pesquisas pertinentes ao lazer a à motricidade, bem como discutir pensamento de autores e/ou escolas de pensamento, que possam servir de base para a construção ou reflexão dessa temática.

¹⁸ Este evento é realizado a cada dois anos pela Unesp de Rio Claro/SP e, a partir de 2001, contou com o encontro de área sobre lazer, organizado pelo Laboratório de Estudos do Lazer, e teve como intuito criar oportunidade e fomentar reflexões referentes ao campo do lazer, bem como estimular o contato entre pessoas interessadas nesse debate.

¹⁹ Até o momento, foram realizados dois seminários (março de 2000 e maio de 2001), promovidos pelo Centro de Estudos de Lazer e Recreação (CELAR/DEF/UFGM). Este evento tem como objetivo ampliar o intercâmbio entre acadêmicos, profissionais e pesquisadores interessados em aprofundar conhecimentos sobre o lazer e contribuir com o debate sobre o lazer no âmbito da formação/atuação profissional, em uma perspectiva sociocultural.

²⁰ O primeiro seminário realizado em abril de 2001, promovido pela Pró-Reitoria de Extensão, teve como objetivo propiciar a discussão entre Universidade, órgãos executivos comunidade em geral, sobre diretrizes que possam nortear políticas públicas em esporte e lazer, levando em conta um contexto sociocultural mais amplo.

Vários periódicos da área de Educação Física vêm publicando, com certa frequência, trabalhos dedicados à discussão do lazer. No entanto, desde 1998, o Centro de Estudos de Lazer e Recreação do Departamento de Educação Física da UFMG vem realizando esforços para a publicação da Revista *Licere* (atualmente único periódico específico sobre o lazer no País). Essa revista tem como objetivos registrar o conhecimento produzido na área de recreação e lazer, bem como contribuir com o avanço qualitativo dos estudos e experiências desenvolvidos nesse campo.

Além disso, o conhecimento sobre o lazer tem sido ampliado nos diferentes cursos de formação profissional em Educação Física, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

Em termos de graduação, observo um aumento na oferta de disciplinas sobre o lazer em currículos dos cursos de Educação Física. Como destacado anteriormente, foi a Resolução n.69, de 1969, que incluiu os conhecimentos sobre a recreação nesses cursos de formação profissional. Por isso, durante muitos anos, a ênfase recaía sobre a recreação e até era este o nome atribuído à grande maioria das disciplinas.

Apesar de a discussão sistematizada sobre o lazer ter sido introduzida, no Brasil, aproximadamente na década de 70, foi somente no decorrer das décadas seguintes que esse objeto (bem como suas implicações sociais, culturais, políticas e econômicas, entre outras) passou a ser disseminado nos currículos dos cursos de Educação Física em muitas universidades brasileiras. Estudos de PINTO (1995) e de PEIXOTO, BARLETTA (2000) indicam que o termo lazer começou a fazer parte dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física no início da década de 90. Essa introdução foi impulsionada pela reformulação dos currículos desses cursos, que ocorreu em função da Resolução n.03/87, passando a denominar muitas disciplinas com os termos “recreação e lazer”.

Apesar do avanço observado com relação ao tema lazer nesses currículos, COSTA (1999) ao analisar os currículos a partir das reformulações propostas por essa resolução, destaca a falta de opções relacionadas diretamente ao campo do lazer. Nesse ponto, o autor pressupõe um distanciamento entre os currículos dos cursos de Educação Física e as demandas locais específicas do campo do lazer e, também, a carência de profissionalização nesse âmbito. Isso pode significar a necessidade de maior atenção dos currículos ao campo do lazer, tendo em vista o destaque desse tema na Educação Física brasileira.

Outro dado importante que eu gostaria de levantar é sobre a discussão suscitada pelo Ministério da Educação (MEC) para a construção de novas diretrizes curriculares para os cursos de Educação Física. Essas diretrizes foram apresentadas pela Comissão de Especialistas de Ensino em Educação Física em 1999. Apesar de não terem sido aprovadas pelos motivos expostos anteriormente, tiveram uma importante contribuição para o lazer, já que sugeriam as *atividades físico-esportivas de lazer* como uma das áreas de aprofundamento possíveis, demonstrando preocupação com a formação de professores de Educação Física para atuar no âmbito do lazer. No entanto, acredito que essas ações não precisariam ser, necessariamente, ligadas apenas às *atividades físico-esportivas de lazer* – como sugere a proposta de Diretrizes Curriculares –, o que representaria um aprofundamento muito específico, restrito a um único campo de interesse.

Atualmente, as Instituições de Ensino Superior devem se discutir as novas orientações apresentadas pela Sesu/MEC, pois, de acordo com o Conselho Nacional de Educação (CFE), a licenciatura não se pode constituir em campo de aprofundamento do curso de Educação Física, e poderá ser escolhida quando o estudante ingressa no curso superior. Com isso, novas diretrizes para a graduação foram aprovadas, o que propicia nova reflexão

dos especialistas do campo do lazer para uma análise da maneira pela qual a recreação e o lazer poderiam integrar essa nova proposta.

Com relação aos cursos de pós-graduação, temos a oferta regular de cursos de pós-graduação *lato sensu* específicos sobre o lazer por escolas e Departamentos de Educação Física (como os oferecidos pela Universidade Federal de Minas Gerais/MG, Universidade Estadual de Londrina/PR, Centro de Educação Federal e Tecnológica/RN, dentre outros). Atualmente, no nível *stricto sensu*, temos 13 cursos de pós-graduação em Educação Física, mas o único que possui uma área de concentração em “Estudos do Lazer” é a Faculdade de Educação Física da Unicamp. No entanto, outros programas têm linhas de pesquisa e orientadores que possibilitam a realização de estudos sobre o lazer; dentre os programas, cito: o mestrado em Ciências da Motricidade da Unesp, em Rio Claro/SP; o mestrado e o doutorado em Educação Física da Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro; o mestrado em Educação Física da Unimep, em Piracicaba/SP e o mestrado em Educação Física da UFSC, em Florianópolis/SC.

Apesar de crescente, a produção de pesquisas nesses cursos ainda é insuficiente e alguns trabalhos carecem de um maior aprofundamento teórico, como apontado por FONSECA, MELO (1997), em virtude da própria história recente das pesquisas sobre o lazer no Brasil. No entanto, é justamente nesses cursos de mestrado e doutorado que têm sido desenvolvidas pesquisas relevantes que se preocupam em discutir as relações estabelecidas entre recreação, lazer e Educação Física, na perspectiva da formação profissional, que é o foco deste trabalho.

Dentre as pesquisas já desenvolvidas sobre a formação de profissionais para o lazer no âmbito da Educação Física, podemos citar as seguintes: PRADO (1988), “Educação Física de tempo livre: tendências para a capacitação profissional”; PINTO (1992), “A

recreação/lazer e a Educação Física: a manobra da autenticidade do jogo”; e VALENTE (1993), “Lazer e recreação no currículo de Educação Física”. A seguir, passo a apresentar o entendimento que esses trabalhos têm sobre essas relações.

PRADO (1988) procura compreender a importância da formação profissional acadêmica e não acadêmica para o atual desempenho dos especialistas em Educação Física nas vivências de tempo livre. Partindo dessa questão, o autor discute as competências, as atitudes e as habilidades necessárias para atuação desse profissional.

Esse autor considera a recreação como um conjunto de atividades culturais que requer um engajamento voluntário, visando ao divertimento, ao descanso ou ao desenvolvimento em um determinado tempo livre. Já o lazer é caracterizado como um tempo humano (livre), como um comportamento humano (jogo), como uma atividade humana (recreação) e como um espaço ou equipamento (centros de atividades). Dessa maneira, seu entendimento de lazer inclui, naturalmente, o elemento recreação. No entanto, no decorrer do trabalho, ele demonstra falta de clareza em relação aos conceitos e aos vínculos estabelecidos entre a recreação e o lazer.

Como conclusões, PRADO (1988) afirma que os programas de formação de profissionais em Educação Física não têm claro que tipos de competência são necessárias para a atuação no mercado do “tempo livre”. Ele sugere que as escolas de Educação Física precisam estar atentas para uma reorganização e para um aperfeiçoamento de seus currículos de cursos de graduação, especialização e mestrado. Finaliza apontando como caminhos a ampliação dos conteúdos trabalhados nos cursos; a organização e a dinamização que possibilitem a circulação de literatura especializada sobre recreação e lazer; a implementação de abordagens multidisciplinares no interior do currículo desses cursos; e a consolidação de

convênios entre instituições públicas e privadas, interessadas na formação de especialistas de Educação Física para atuar com as vivências de recreação e lazer da população.

PINTO (1992) buscou identificar as relações estabelecidas entre recreação/lazer e Educação Física por meio dos seus limites e significados no interior da formação e da atuação de profissionais de Educação Física. É importante ressaltar a abordagem conjunta dos termos recreação/lazer que representa:

“uma área de conhecimento cuja preocupação central é a vivência de conteúdos culturais que possibilitem ao sujeito experimentar o jogo em sua vida, com chances de se apropriar do seu desejo de ser e do espaço-tempo e espaço-lugar em que vive” (p.22).

Recreação/lazer, portanto, exprimem as diferentes manifestações de conteúdos culturais vivenciados pelas pessoas no seu tempo liberado de obrigações, em especial do trabalho remunerado, no qual são caracterizados pela essência lúdica. Nessa perspectiva, a autora ressalta a importância da recreação/lazer no resgate da qualidade de vida humana e compreende sua contribuição no projeto de auto-realização conquanto ser humano e ser cultural-histórico, embora, sozinha, não dê conta da globalidade de toda a problemática sociocultural.

Na leitura do cotidiano do curso em questão, PINTO (1992) aponta mudanças interessantes na formação profissional por meio de iniciativas, como: discussão sobre a dissociação entre ensino teórico e prático; realização de diagnósticos sobre a realidade; reflexão sobre a extensão universitária; ampliação de estudos sobre recreação/lazer para os diferentes grupos etários; implementação de grupos de estudos, dentre outros. Ela finaliza afirmando que a área vem buscando inovações mediante a assimilação de discurso crítico e filosófico.

VALENTE (1993) procurou analisar como os professores de disciplinas relacionadas à recreação e ao lazer em faculdades de Educação Física trabalhavam com os conhecimentos que, recentemente, estão sendo produzidos pelas pesquisas científicas da área. A autora levantou uma série de fatores que dificultam a produção e a apropriação desse conhecimento nessas disciplinas. No entanto, ressalta que algumas iniciativas interessantes vêm sendo desenvolvidas pelos professores.

Após a análise da produção teórica de autores que se têm destacado nesse campo, a autora procurou compreender como três universidades da Região Nordeste do Brasil estão se apropriando desse conhecimento, que é social e culturalmente produzido. Suas apreciações foram realizadas num, primeiro momento, por meio dos programas das disciplinas específicas da área de recreação e lazer, e, posteriormente, por meio da realização de entrevistas com os professores das instituições pesquisadas. Observou, inicialmente, que essas disciplinas se encontravam de forma isolada dentro do currículo, não interagindo com os demais componentes curriculares nem proporcionando uma discussão ampla sobre as novas possibilidades construídas na área. No entanto, ela percebeu avanços significativos por meio da inserção da recente produção teórica da área no contexto da disciplina.

A autora apresenta a visão de alguns estudiosos sobre as relações estabelecidas entre recreação e lazer, e concorda com o conceito de lazer apresentado por MARCELLINO (1987). Para VALENTE (1993, p.25), o lazer é a “cultura vivenciada no tempo disponível, que está vinculada a adesões espontâneas, ao prazer propiciado pelas atividades e a não utilidade dessas atividades”, e recreação é uma atividade realizada no tempo de lazer.

Apesar de efetuar uma apreciação relevante para o entendimento da importância dessas disciplinas na formação em Educação Física, VALENTE (1993) salienta que sua pesquisa deve servir de subsídio para outros estudos que possam aprofundar as questões por

ela sinalizadas. Além disso, não se pode esquecer de que o trabalho dessa autora foi desenvolvido no início da década de 90 e que muitas modificações durante esse período aconteceram em nosso contexto, mais especificamente nos currículos dos cursos que foram estudados. Outro ponto que não foi aprofundado nesta pesquisa está relacionado à discussão sobre as teorias de currículo, que seria fundamental para o enriquecimento do debate sobre a relação aqui proposta. Assim, acredito que outros trabalhos devam-se ater a essas questões, procurando iluminar pontos ainda obscuros nessa relação entre lazer e currículos de formação profissional em Educação Física.

A partir das considerações expressas neste primeiro capítulo, passo a discutir como a recreação e o lazer vêm integrando os currículos dos cursos de graduação em Educação Física, tendo como suporte a pesquisa documental, realizada nas Instituições de Ensino Superior públicas e privadas.

CAPÍTULO 2

2. RECREAÇÃO E LAZER NOS CURRÍCULOS DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

A partir da discussão sobre a perspectiva de currículo adotada neste trabalho e da construção histórica dos cursos de graduação em Educação Física, este capítulo tem como objetivo discutir a integração dos conhecimentos sobre recreação e lazer com esses currículos. Para tanto, além do estudo da bibliografia existente sobre o assunto, foi realizada análise de programas de disciplinas que têm como eixo temático a recreação e o lazer, em instituições de ensino superior públicas e privadas de nosso país.

Para a realização da pesquisa documental, inicialmente identifiquei, por meio de um cadastro no Sistema Brasileiro de Documentação e Informação Desportiva (SIBRADID), as Instituições de Ensino Superior, públicas e privadas, que desenvolvem cursos de graduação na área de Educação Física. Assim, foram levantadas 143 instituições de acordo com esse cadastro e, a partir daí, enviadas cartas aos coordenadores desses cursos, solicitando o nome e as ementas de todas as disciplinas ofertadas pelo currículo do curso (ANEXO 1).

Dessas 143 instituições pertencentes ao cadastro do SIBRADID, 72 (setenta e duas) ou 50,34% estão situadas na Região Sudeste; 37 (trinta e sete) ou 25,87%, na Região Sul; 20 (vinte) ou 13,99%, na Região Nordeste; 8 (oito) ou 5,6%, na Região Centro-Oeste e 6 (seis) ou 4,2%, na Região Norte. Como pode-se observar há uma concentração de cursos de graduação em Educação Física na Região Sudeste.

Com relação ao número de instituições públicas e privadas, a Região Sudeste apresenta 58 (cinquenta e oito) cursos em instituições privadas e 14 (quatorze) em escolas públicas; a Região Sul tem 25 (vinte e cinco) instituições privadas e 12 (doze) públicas; a Região Nordeste apresenta 6 (seis) instituições privadas e 14 (quatorze) públicas; a Região Centro-Oeste tem 3 (três) cursos em instituições privadas e 5 (cinco) em públicas; e, por fim, a Região Norte apresenta 2 (dois) instituições privadas e 4 (quatro) em públicas. Portanto, no Sudeste existe um maior número de instituições privadas que oferecem curso de graduação em Educação Física, enquanto que nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste o número de instituições públicas é superior ao de privadas.

Do total de 143 instituições para as quais foram enviadas correspondências, 35 responderam a essa primeira solicitação; no entanto, uma se recusou a participar da pesquisa, e enviou uma carta formal com justificativa. Dessas 34 instituições (23,61% do total), 15 (quinze) ou 44,11% estão situadas na Região Sudeste; 11 (onze) ou 32,35%, na Região Sul; 6 (seis) ou 17,64%, na Região Nordeste; 1 (uma) ou 2,95%, na Região Centro-Oeste e 1 (uma) ou 2,95%, na Região Norte.

Após análise de todas as ementas desses cursos de graduação em Educação Física, selecionei de cada uma das 34 instituições as disciplinas que apresentavam os termos recreação e lazer em suas ementas. Dessa forma, enviei uma segunda carta a esses

coordenadores de curso, solicitando o programa completo das disciplinas e informações como: ementa, objetivos, conteúdos, bibliografia e período de oferta (ANEXO 2).

O retorno dessa segunda correspondência foi expressivo, já que 25 das 34 instituições enviaram as informações solicitadas. Dessa forma, tivemos 11 (onze) ou 44% das instituições pertencentes à Região Sudeste; 8 (oito) ou 32%, à Região Sul; 4 (quatro) ou 16%, à Região Nordeste; 1 (uma) ou 4%, à Região Norte e, finalmente 1 (uma) ou 4%, à Região Centro-Oeste. Para a análise, foram selecionadas apenas as disciplinas que apresentavam como eixo temático fundamental às discussões sobre a recreação e o lazer. Dessa forma, alguns programas foram descartados, pois, na maioria das vezes, apenas mencionavam ou faziam menção a esses termos nos documentos.

Os dados foram analisados a partir da técnica de análise de conteúdo, proposta por TRIVIÑOS (1987). Assim, o trabalho foi dividido em 3 (três) etapas básicas para a análise de conteúdo: pré-análise, descrição analítica e interpretação inferencial. Na primeira fase dessa técnica – de pré-análise –, apenas organizei o material recebido, mediante a formatação dos programas das disciplinas e da leitura do material.

Na segunda etapa, de descrição analítica, realizei um estudo aprofundado do conteúdo das mensagens, sempre buscando embasamento teórico, bem como procurando realizar sínteses quanto à coincidência e à divergência de idéias entre os programas analisados. Nessa etapa, elegi algumas categorias que pudessem auxiliar a análise, tais como: ementa; objetivos; conteúdo; avaliação; bibliografia; significados de recreação e lazer; relação entre os conteúdos propostos com o mercado de trabalho e com as questões sociais mais amplas. Na última etapa – de interpretação referencial –, analisei o conteúdo latente das mensagens, ou seja, relacionei as informações obtidas com o contexto sociocultural e

histórico mais amplo, procurando identificar ideologias, tendências e influências no desenvolvimento dos programas analisados.

Cabe ressaltar que cada uma das instituições pesquisadas tem um formato para apresentação de seus programas de disciplinas e, por isso, em alguns deles, temos informações mais completas, enquanto que outros apresentaram um menor número de elementos para a análise. No entanto, todas foram consideradas, desde que apresentassem a ementa, o conteúdo trabalhado e uma bibliografia básica.

Optei em colocar todos os programas das disciplinas analisadas na íntegra, em vez de simplesmente eleger trechos, cuja discussão poderia estar comprometida com a minha visão de currículo, de Educação Física, de recreação e de lazer. Isso para que o possível leitor pudesse comparar a sua compreensão com a análise que realizei (ANEXO 4).

Não é objetivo deste estudo traçar uma análise profunda dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física; no entanto, a partir do levantamento do nome e das ementas de todas as disciplinas dos currículos, gostaria de pontuar algumas questões referentes ao trabalho desenvolvido:

- Diversidade de compreensão sobre a Educação Física, presente nos currículos dos cursos, aliada à falta de discussão sobre essa diversidade e suas implicações no currículo. Isso leva à falta de clareza sobre o perfil do profissional a ser formado;
- Ênfase, na maioria dos currículos estudados, nas disciplinas técnicas que oferecem orientações para atividades e nos conteúdos das ciências biológicas, principalmente naqueles relacionados ao campo esportivo de alto rendimento;
- Existência de um grande número de disciplinas com carga horária excessiva, conforme já exposto por KUNZ et al. (1998);

- Separação entre os conhecimentos específicos da área da Educação Física e os conhecimentos pedagógicos; estes, muitas vezes, desenvolvidos nas Faculdades de Educação das instituições que oferecem os cursos;
- Compreensão tradicional de currículo, entendido apenas como rol de disciplinas, e que, muitas vezes, acabam sobrepondo conteúdos, demonstrando nítida falta de discussão e interação entre disciplinas, professores etc.;
- Desarticulação entre teoria e prática dentro das disciplinas e entre elas. Muitas vezes o conhecimento chamado “teórico” antecede aos denominados “práticos”;
- Interesse em atender às demandas que surgem no mercado de trabalho, o que vem contribuindo com o aumento excessivo de disciplinas e de conteúdos, já que as práticas no mercado mudam constantemente.

Com relação às questões sobre recreação e lazer, nas ementas das instituições pesquisadas, identifiquei várias disciplinas que demonstravam alguma preocupação com tais questões: por isso, os programas completos também foram solicitados. No entanto, quando analisei o eixo temático do programa da disciplina, constatei que a discussão não se restringia a esse campo, o que impediu a utilização dos programas na segunda fase do estudo. De qualquer maneira, esses dados fizeram-me evidenciar que o conhecimento sobre a recreação e o lazer está presente em outras disciplinas dos currículos.

De todos os documentos recebidos, foram utilizados para essa pesquisa 44 programas, das 25 instituições que se dispuseram a colaborar. Isso representa uma média de 1,76 disciplinas por curso, já demonstrando, inicialmente, o pequeno espaço para a difusão do conhecimento sobre a recreação e o lazer no interior desses currículos. Certamente, essa discussão está presente em outras disciplinas, no entanto, penso ser necessário uma ampliação

da carga horária e disciplinas para auxiliar em uma formação qualificada do profissional de Educação Física que deseja atuar no âmbito do lazer.

Se forem considerados, os objetivos propostos para muitos desses cursos não vislumbram a importância devida a esse campo, tendo em vista que muitos projetos de curso procuram formar profissionais para atuar, principalmente, em três frentes: treinamento desportivo, Educação Física escolar e recreação e lazer. Há uma exceção: uma instituição que oferece um aprofundamento na modalidade recreação e lazer²¹, e, por isso, além das 17 disciplinas com esse eixo temático, ela ainda mantém outras que, de certa forma, inserem alguns conhecimentos sobre a recreação e o lazer. De modo geral, isso ainda se exclui da regra, já que a grande maioria dos currículos apresenta de uma a três disciplinas que aprofundam conhecimentos sobre a recreação e o lazer.

Nesse contexto, é importante ressaltar que essa instituição que oferece 17 disciplinas específicas no âmbito do lazer teve importância grande no cenário nacional. Além de ser a primeira instituição a ofertar um aprofundamento em recreação e lazer, contribuiu, de forma efetiva, com o debate sobre o desenvolvimento do lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física. Isso pode ser verificado, por meio da realização de eventos científicos, de publicações, da oferta de cursos de aperfeiçoamento e de pós-graduação, tanto em nível de *lato* como de *strictu-sensu*, dentre outras ações. Apesar de ainda realizar algumas ações nesse campo, várias dificuldades se fazem presentes no trabalho dessa instituição, levando e disseminando, até mesmo, o foco da discussão para outras instituições, conforme pode ser identificado em conversas informais com professores e alunos desse curso.

²¹ Apesar de oferecer 17 disciplinas específicas sobre o tema, essa instituição enviou apenas 9 programas completos, que foram utilizados, pois continham um material que julguei suficiente para o entendimento do campo no interior do currículo da instituição.

Outro ponto que gostaria de destacar está relacionado à questão da nomenclatura das disciplinas; várias possibilidades são apresentadas nas diferentes Instituições de Ensino Superior, dentre elas: “*Recreação; Recreação e Lazer; Recreação Musicada; Introdução à Recreação e aos Estudos do Lazer; Teoria e Prática da Recreação e do Lazer; Lazer; Introdução aos Estudos do Lazer; Fundamentos do Lazer*”. Importante salientar que as palavras recreação e lazer são utilizadas separadamente e se misturam no contexto dessas disciplinas. Por isso, entendo como necessário compreender os significados de recreação e de lazer, presentes nesses programas de disciplinas analisadas.

A origem etimológica do termo recreação pode ser ressaltada a partir de duas posições diferenciadas. A primeira, proposta por MARINHO et al. (1952), aponta que a palavra recreação foi proveniente do latim *recreatio* (que representa recreio, divertimento), sendo derivada do vocábulo *recreare*, com o sentido de reproduzir, restabelecer, recuperar. Nesse âmbito, destaca-se a idéia de que o objetivo da recreação era a renovação/recuperação para o trabalho. A segunda posição, expressa pelo “Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa” e por alguns estudiosos do assunto (BRÊTAS, 1997; MARCELLINO, 1990), relaciona a origem etimológica do termo recreação com *recreare* – que significa recreio, divertimento, mas com outro sentido dos destacados acima. Nessa ótica, a recreação pode estar ligada à possibilidade de “recriar, criar de novo, dar novo vigor”. Enquanto a primeira interpretação encaminha o significado de recreação para o divertimento, com finalidades específicas de reprodução e de restabelecimento, a segunda, em contrapartida, é tomada na perspectiva da recriação, que de qualquer maneira não deixa de considerar a questão do divertimento.

Nos dias de hoje, impera o significado de recreação como a *reprodução de jogos e brincadeiras*. Devido à sua tradição histórica e cultural em nossa sociedade, a recreação continua sendo perpetuada a partir da ênfase em aspectos técnico-operacionais, em detrimento

de outros. As conseqüências dessa compreensão são visíveis em algumas propostas de disciplinas ofertadas nos cursos de graduação em Educação Física analisadas. Evidencia-se, portanto, uma prática sem reflexão, com ênfase na reprodução de atividades diversas (principalmente voltadas aos conteúdos físico-desportivos), mediante o ensino de uma variedade de jogos e brincadeiras. Várias disciplinas privilegiam esse enfoque, e pode ser evidenciado no conteúdo desenvolvido, conforme os exemplos dos trechos abaixo:

“...Planejamento, organização e aplicação de atividades; atividades recreativas no meio líquido; acampamentos; colônias de férias, esportes não formais; gincanas; manhã de recreio” (Disciplina Recreação II ministrada na Instituição 03)

“...Recreação para Pré-escolares: sugestão de abordagens, manejo e uso de sucata; rodas e brinquedos contados, atividades de motricidade ampla e fina; Recreação para escolares de 1º grau: quadrinologia, teatro em sala de aula, recreio escolar...; Recreação para idosos: proposta de jogos, ginástica recreativa, dança e atividades festivas; Recreação em meio líquido: sugestões de atividades em praia, piscina para hotéis, colônias de férias, etc.” (Disciplina Recreação II ministrada na Instituição 11)

“Recreação para as diversas faixas etárias; atividades recreativas; atividades rítmicas; teatro, dramatizações; atividades criadoras; jogos...” (Disciplina Recreação ministrada na Instituição 05)

“...Atividades rítmicas: música, canto, dança, folclore, cantiga de roda, brinquedo cantado; atividades culturais: teatro, fantoches, marionetes, cinema pantomímicas; recreação: parques, ruas de recreio, colônias de férias, gincanas, visitas com atividades recreativas em asilos, creches, etc.; atividades de massa: micro e macro ginástica, atividades formadas e não formal, diferença entre esporte de alto nível e de massa...” (Disciplina Recreação ministrada na Instituição 20)

Nesse sentido, observei, em alguns programas desses currículos, que a recreação é amplamente difundida como uma “receita” de atividades e propostas, não superando a tradição prática, e, ainda, com dificuldades de fomentar a sistematização de conhecimentos efetivamente teórico-práticos. Nesse sentido, há uma ênfase nos desenvolvimento de

conhecimentos técnico-operacionais, conforme pode ser exemplificado através dos trechos abaixo:

“...Brinquedos cantados. Recreação hospitalar. Colônia de férias. Histórias. Teatro, rua de recreio. Centro e parques de recreação. Excursões. Acampamento.” (Ementa da disciplina Recreação e lazer ministrada na instituição 09)

“Traçar diretrizes na realização de eventos como acampamento, rua de lazer, colônia de férias, excursões, parques e centros de recreação. Selecionar as atividades para recreação em escolar, condomínios, hotéis, hospitais, navios, creches e asilos. (Ementa da disciplina Recreação II ministrada na instituição 10)

“Generalidades, elaboração, execução e avaliação de planos e programas esportivos aplicados na Educação Física Adaptada.” (Ementa da disciplina Organização de atividades físicas e de lazer ministrada na instituição 22)

Portanto, muitos programas vinculam a recreação às atividades “práticas” desenvolvidas e atuam no intuito de que os alunos desses cursos se tornem meros executores de atividades, e tenham como objetivo aprender tais atividades, para que seja possível facilitar a vivência do público-alvo de sua ação. Tolerância, animação e prazer pelo trabalho são os pilares básicos para a atuação dos recreadores, e, por isso, a formação profissional é fundada na cooperação e no amor ao trabalho assistencialista. Por esse motivo, criou força a idéia de que, para ser um recreador, é necessário um “dom”; dessa forma, mesmo que formados pela Universidade, nem todos detêm o poder do saber recrear (PINTO, 1995). Essa visão reproduz em nosso contexto a compreensão de que o recreador nasce, basicamente, pronto. Essa discussão pode ser exemplificada no trabalho desenvolvido em algumas disciplinas quando discute a questão do profissional por meio de itens que dão ênfase à questão da personalidade:

“...O recreacionista: a personalidade e a liderança: o espírito recreativo e estímulos; reconhecimento e aproveitamento de líderes em recreação; a recreação e o professor de Educação Física...” (Disciplina Recreação I ministrada na instituição 08)

“recreacionista – personalidade, espírito recreativo” (Disciplina Recreação ministrada na instituição 20)

Por isso, ao refletir sobre os princípios que caracterizaram o desenvolvimento da recreação nas disciplinas do curso de graduação em Educação Física em nosso país, percebo que o sentido salientado por MARINHO et al. (1952), acerca do seu significado como divertimento vinculado não apenas com a recuperação da força de trabalho (escolar ou produtivo), mas também com a reprodução de práticas culturais, obteve grande penetração em nosso contexto. Isso evidencia que a construção social da recreação no Brasil esteve (e está, na maioria das vezes) muito ligada à questão da recuperação/reprodução, baseada na produção teórica sobre o tema e também no estudo do desenvolvimento da recreação conquanto uma disciplina integrante do currículo dos cursos de graduação em Educação Física.

Apesar das críticas efetuadas sobre a tradicional visão de recreação, resalto a importância de diferentes práticas culturais disseminadas até mesmo nessa perspectiva para a compreensão de seu processo de construção. Penso, entretanto, ser necessário buscar um entendimento ampliado sobre essas práticas, por meio da análise dos significados sociais, pedagógicos e culturais por elas incorporados em nossa realidade.

Nas décadas de 70 e 80, surge um entendimento diferente de recreação, influenciado principalmente pelo conceito apresentado por DUMAZEDIER (1975), que a considera como uma das funções do lazer. Para esse autor, a função recreativa (que tem o sentido de divertimento) está relacionada com as outras funções de descanso e desenvolvimento do lazer, e orientada para a criação permanente do indivíduo por si mesmo. Respaldados por essa idéia, alguns autores (BRÊTAS, 1997; MARCELLINO, 1987) têm expressado o entendimento de que a recreação não pode mais ser pensada apenas como uma atividade acríca, e sim deve ser compreendida num sentido mais amplo, como uma das possibilidades de lazer.

Segundo BRÊTAS (1997), recreação pode ser entendida como o criar, o recrear e o recriar-se, que está intimamente atrelado à ação do homem sobre o mundo. Constitui-se, assim, num espaço privilegiado para a construção coletiva de novos conhecimentos e, ainda, em possibilidade de influenciar educadores mais comprometidos com as mudanças necessárias para o surgimento de uma sociedade pautada em valores mais humanos.

MARCELLINO (1987) afirma a necessidade de recuperarmos o sentido de recreação como “recreare”, que significa criar de novo, dar vida nova, com novo vigor. E seguindo essa trilha, podemos reconhecer na recreação uma outra possibilidade, diferente da que vem sendo construída historicamente em nosso contexto. A recreação pode ser compreendida como maneira de reflexão e de interação consciente com a nossa realidade, o que nos pode auxiliar no encaminhamento de mudanças. É nesse sentido que acredito no trabalho com a “recreação”, compreendendo-a como a “recriação” que inclui o divertimento, mas não de uma forma alienada e dominadora e sim numa perspectiva de educação inovadora, que possibilite a criação, a recriação e, também, o divertimento.

É importante salientar que ainda existe pouco material escrito sobre essa concepção de recreação, ou seja, a produção sobre esse tema ainda se tem restringido a um rol de atividades que devem ser seguidas, e não como um repertório de vivências críticas e criativas, que deve ser usado com sensibilidade e com as adaptações que se fizerem necessárias para os diferentes sujeitos e grupos sociais envolvidos. Em virtude desses problemas, reconheço a dificuldade de trabalhar com essa proposta no interior dos currículos de graduação em Educação Física; o que pode ser verificado é a mescla entre essas duas perspectivas de recreação, com predominância para o trabalho na visão tradicional.

No contexto desta pesquisa, ressalto que, em 9 (nove) das 14 (quatorze) instituições privadas pesquisadas, a preponderância está sobre o termo recreação, e que, nas

instituições públicas, há maior diversidade no nome e, conseqüentemente, no enfoque dado a essas disciplinas. A idéia principal de recreação de alguns programas está mesmo associada ao conhecimento técnico-operacional, que objetiva, nesse caso, instrumentalizar o futuro profissional para que ele possa planejar, organizar e, acima de tudo, animar as atividades, conforme apresentado nos objetivos da instituição 1: “*Apresentar fundamentos para que o profissional de Educação Física possa conhecer as diversas atividades recreativas; oferecer ao aluno condições de elaborar e aplicar atividades recreativas, dentre outros.*”

Dessa forma, ante as reflexões realizadas sobre os significados incorporados pela recreação, no contexto dos cursos de graduação em Educação Física, é que considero fundamental repensar os pressupostos norteadores dessa formação profissional. Isso demanda avaliar, em primeiro lugar, até que ponto essa formação está comprometida com o que tradicionalmente se entende por "recreação"; e, em segundo lugar, o seu comprometimento com uma outra perspectiva de recreação, que esteja alicerçada em uma prática pedagógica ou social em constante busca pela fundamentação teórico-prática, o que a leva a lançar mão de diferentes conteúdos culturais para alcançar seus objetivos. Diante das considerações aqui levantadas sobre os significados da recreação nos currículos dos cursos de Educação Física, e das duas possibilidades acima, fico com a segunda opção.

Se, por um lado, a recreação é muito forte no contexto de algumas disciplinas estudadas, por outro, encontramos instituições que dão maior ênfase ao termo lazer. Inicialmente, é preciso ressaltar que os estudos da área associam a origem etimológica da palavra lazer ao termo latino *licere*²², que significa lícito, permitido.

Na história de nossa sociedade, observamos que, com a diminuição das horas de trabalho e com a crescente preocupação com a melhoria da qualidade da vida urbana, o lazer é

²² Sobre a origem e a pronúncia da palavra *licere* é esclarecedor o artigo do Pe. Ricardo Dias Neto, intitulado “Lissére...Lichére...Likére: afinal, o que é lícito?”, publicado na *Revista Licere*. v. 2, n.1, 1999. p.11-15.

valorizado, e para ele dirige-se o interesse dos estudiosos de assuntos sociais. São pesquisadas e analisadas suas contribuições na vida dos indivíduos, diante da riqueza de possibilidades que ele oferece. Segundo DUMAZEDIER (1979), a *sociologia do lazer* foi fundada nos Estados Unidos, mas foi nas décadas de 20 e 30 que os primeiros estudos da *sociologia empírica do lazer* surgem nos Estados Unidos e na França, buscando relacionar os fenômenos do lazer aos outros campos da realidade social. No entanto, foi somente a partir da Segunda Guerra Mundial que a *sociologia do lazer* e uma série de pesquisas sobre o assunto se proliferaram por outros países e passaram a se relacionar de modo mais freqüente com outras áreas sociais, tais como: política, urbanismo, planejamento econômico, saúde e assistência social.

Vários autores (REQUIXA, 1977; MARCELLINO, 1996; BRAMANTE, 1998) afirmam ser a obra de FERREIRA (1959), "*Lazer operário: um estudo da organização social das cidades*", um marco inicial da preocupação com essas questões em nosso país. O autor realizou uma pesquisa com trabalhadores assalariados da cidade de Salvador (BA), destacando a importância e os benefícios das atividades de lazer para a vida das pessoas, mas difunde uma perspectiva de lazer compensatória.

No estudo realizado por FERREIRA (1959), percebe-se novamente a idéia de que lazer é um tempo, e de que a recreação está relacionada às atividades nele desenvolvidas. A recreação representava a possibilidade de organização racional do lazer, sendo capaz de auxiliar na manutenção do equilíbrio da sociedade diante dos grandes problemas apresentados pelas mudanças decorrentes da industrialização e do crescimento desordenado das cidades.

Em 1969, o lazer passa a ser tratado de forma institucional, com a realização de um seminário que visava à análise crítica sobre a situação do lazer no Brasil. O "Seminário de 1969" foi realizado, em São Paulo, pela Secretaria do Bem-Estar Social da Prefeitura de São

Paulo e pelo Serviço Social do Comércio (Sesc/São Paulo). Na oportunidade, vários temas debatidos apresentaram diversidade de enfoques possíveis para a questão do lazer.

Para REQUIXA (1977), esse seminário representou um avanço e um alerta para as discussões sobre o lazer em nossa sociedade. Como principais resultados desse evento, o autor destacou as seguintes questões: a identificação de um grande número de pessoas (profissionais ou voluntários) que atuavam no campo do lazer; a possibilidade de conhecer a produção teórica da área e a conseqüente troca de experiências; a ampliação da concepção de lazer, extrapolando a faixa etária infantil; o despertar do interesse de outras regiões do Brasil em organizar seminários sobre o tema.

Demonstrando a importante contribuição da cidade de Porto Alegre (RS) para os campos de recreação e lazer, em setembro de 1973 foi criado o Centro de Estudos de Lazer e Recreação – CELAR, promoção conjunta da Pontifícia Universidade Católica e da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (REQUIXA, 1977). O CELAR tinha como objetivo principal auxiliar na educação para o lazer, por meio da conscientização em novas dimensões, impostas pelo mundo contemporâneo. Difundindo uma visão de recreação e de lazer presentes na época, o centro procurava formar uma mentalidade consciente sobre a importância do lazer e da formação de profissionais para programar e coordenar as atividades específicas de lazer, visando à saúde física e mental das comunidades. Apesar do pequeno tempo de existência (de 1973 a 1978), o CELAR teve grande contribuição na difusão dos conhecimentos, em âmbito nacional e internacional, sobre o lazer no Brasil.

No contexto brasileiro, cabe destacar também as contribuições de duas instituições para a disseminação de propostas de “recreação e lazer”: o Sesc (Serviço Social do Comércio) e o Sesi (Serviço Social da Indústria), pertencentes, respectivamente, aos segmentos do comércio e da indústria. Essas entidades tinham como preocupação central a

ação social e educacional por meio de vários projetos, dentre os quais os de lazer e recreação, referenciados por documentos internos de normas e diretrizes de ação.

Apesar da expressiva contribuição dessas instituições, os objetivos traçados vislumbravam o exercício da participação comunitária. No entanto, ao efetuar análises sobre os projetos e as ações desenvolvidos pelo Sesc e pelo Sesi, observo que esse tipo de participação se resumia ao oferecimento de atividades de lazer como bens residuais, a partir da hegemonia de determinados grupos sociais. Não havia preocupação com a participação mais efetiva no processo de distribuição de renda e de bens sociais, como se não existissem, também, diferenças de classes sociais, raças, etnias, credos, gêneros.

Com a vinda ao Brasil do sociólogo francês Joffre Dumazedier, em iniciativas do Serviço Social do Comércio (Sesc/SP) e do CELAR (Porto Alegre/RS), no final da década de 70, houve impulso para o desenvolvimento da *sociologia do lazer* no País. Nesse período, várias obras desse autor foram traduzidas: “Questionamento teórico do lazer”, em 1975; “Lazer e cultura popular”, em 1973; “Sociologia empírica do lazer”, em 1979; “Valores e conteúdos culturais do lazer”, em 1980, dentre outras. Essa época foi marcada pelo estímulo a intercâmbios de idéias e pesquisas empíricas sobre o lazer, concretizado em inúmeros encontros e cursos, organizados principalmente pelos técnicos que atuavam no Sesc/São Paulo. É importante ressaltar que, ainda hoje, o trabalho de Dumazedier tem exercido grande influência no desenvolvimento das disciplinas sobre recreação e lazer em nosso país, conforme análise do conteúdo e da bibliografia indicada nos programas das disciplinas analisadas neste estudo.

De acordo com SANT'ANNA (1994), essa produção sobre o lazer dos anos 70 auxiliou no desenvolvimento de novos instrumentos, mais precisos e diversificados, de descrição, avaliação, cálculo e organização dos “usos do tempo livre”, e é nela que se

evidenciam esforços mais amplos para transformar o nosso meio sociocultural. Emergem livros, artigos científicos, dissertação e teses, bem como se avolumam relatórios de observações das técnicas empregadas e dos resultados obtidos na aplicação dos programas de lazer, que, inicialmente, podem parecer um saber homogêneo isento de contradições, mas que, no fundo, perpetuavam uma série de problemas e de desigualdades sociais.

O conceito de lazer amplamente difundido foi o proposto por DUMAZEDIER (1979, p.12); apesar de sua importância para a área, apresenta uma série de questões que necessitavam ser repensadas. O autor nos fala que:

“...o lazer é o conjunto de ocupações, às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se e entreter-se ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”

Essa definição concebe o lazer como tempo liberado das obrigações, constituindo-se no tempo residual de nossas vidas. Assim, podíamos chamá-lo de “tempo livre”. Concordo com MARCELLINO (1987, p.29), quando afirma que o tempo não é “livre”, ou seja, *“tempo algum pode ser considerado livre de coações ou normas de conduta social.”* Esse autor propõe, então, o termo *tempo disponível*, porque é difícil pensar as vivências do ser humano desconectadas das influências de sua vida em sociedade.

A partir da década de 80 surgiram no cenário nacional autores que possibilitaram novo olhar sobre as questões do lazer. Alguns deles participaram do grupo constituído pelo Sesc e seus trabalhos tiveram influência direta de DUMAZEDIER (1979). Dentre os estudiosos, destaca-se a contribuição dos trabalhos de MARCELLINO (1983;1987;1990) para o avanço nas discussões do lazer a partir de uma abordagem crítica, fundamentando um grande número de trabalhos que vêm sendo realizados na atualidade. O autor tem auxiliado sobremaneira na construção do campo de estudos do lazer no Brasil, destacando-se, dentre a

sua obra, como as mais relevantes: “*Lazer e humanização*”, de 1983; “*Lazer e educação*”, de 1987; “*Pedagogia da animação*”, de 1990; “*Lazer: formação e atuação profissional*”, de 1995, e “*Estudos do lazer: uma introdução*”, de 1996.

Na obra de MARCELLINO (1987), ressaltamos a crítica da visão funcionalista do lazer²³, que esteve presente em muitos textos publicados em nosso país. Essa perspectiva aponta o lazer como algo altamente conservador, que busca a “paz social” e a manutenção da “ordem”, destacando-o também como instrumento para suportar a disciplina e as imposições de nossa vida em sociedade.

Repensando esse tema numa visão crítica, MARCELLINO (1987) situa o lazer como esfera da vida gerada historicamente, da qual emergem valores questionadores da sociedade como um todo, e que também pode exercer influências na estrutura social vigente.

O autor afirma que o lazer é a

“cultura – compreendida no sentido mais amplo – vivenciada no tempo disponível. Não se busca, pelo menos fundamentalmente, outra recompensa além da satisfação provocada pela situação. A disponibilidade de tempo significa a possibilidade de opção pela atividade prática ou contemplativa” (p.31).

Muitos programas de disciplinas dos cursos de graduação em Educação Física, que se preocupam com a discussão do lazer, têm utilizado os estudos desse autor para fundamentar o seu curso. Essa questão pode ser evidenciada em algumas ementas que apresentam discussões e termos presentes na obra de Marcellino:

“História do lazer. Teoria do lazer. Barreiras sócio-culturais no lazer. Vivência de lazer. Tópicos Especiais.” (Ementa da disciplina Estudos do lazer I ministrada na instituição 15)

“Conceitos e significados de lazer, considerando os diferentes conteúdos culturais e as barreiras sócio-culturais e econômicas em nosso contexto. A

²³ O autor apresenta quatro vertentes diferentes da visão funcionalista de lazer: romântica, moralista, compensatória ou utilitarista. Essa classificação é feita somente para fins de análise, pois elas não se encontram isoladamente, e sim interligadas no pensamento dos vários teóricos.

formação e ação do profissional do lazer, suas características e possíveis locais de atuação, tendo em vista a busca de competência técnica específica e o compromisso político-pedagógico do profissional, bem como o caráter interdisciplinar do lazer.” (Ementa da disciplina Tópicos em Educação Física: Formação e atuação do profissional no lazer ministrada na instituição 17)

Nesse sentido, é importante ressaltar sua contribuição para uma mudança que vem ocorrendo desde a década de 90, quando seus trabalhos começaram a ter maior inserção na área da Educação Física. Baseados nessa concepção, atualmente, diferentes estudos vêm pensando o lazer como espaço de reprodução, recriação e criação de cultura, mediante o desenvolvimento de diferentes conteúdos culturais, que nos podem possibilitar um olhar crítico e criativo sobre o contexto sociocultural em que vivemos. Além disso, essa abordagem crítica nos auxiliou a pensar o lazer como direito social, que deve ser concebido como conquista de todos e não como privilégio de poucos. Baseado na concepção de MARCELLINO (1987), entendo o lazer de modo amplo e com características abrangentes, fruto da sociedade contemporânea. É um espaço privilegiado para vivências críticas e criativas de conteúdos culturais. É importante também avançar no seu entendimento apenas como descanso e divertimento, e pensar na possibilidade de proporcionar desenvolvimento pessoal e social, por meio das diferentes vivências. Torna-se fundamental entender as estreitas relações existentes entre o lazer e as outras dimensões da vida do homem (trabalho, economia, educação, família, política etc), podendo ser espaço para o questionamento das contradições existentes em nosso meio sociocultural.

As relações estabelecidas entre a recreação e o lazer, especialmente no contexto da Educação Física na realidade brasileira, recebem diferentes interpretações, mas, na maioria das vezes, não são efetuadas a partir de estudos mais profundos, conforme observado nos programas analisados. A discussão dessa questão é muito importante no contexto da Educação Física porque, desde sua inclusão nos currículos (final da década de 60), a ênfase das

disciplinas ministradas na graduação nessa área recaía na recreação – vista, sobretudo, como sinônimo de jogos e brincadeiras – conceito ainda muito difundido em nossa realidade. No entanto, em muitas universidades e instituições diversas vem sendo acentuada a importância da discussão sobre o lazer como fenômeno amplo, cuja abordagem vai além da realização de atividades brincantes, uma das características principais atribuídas à recreação.

Analisando, de maneira geral, os trabalhos publicados sobre recreação e lazer, datados das décadas de 40 até 70, percebo que é marcante a idéia de que lazer é um tempo livre conquistado entre duas jornadas consecutivas de trabalho e os repousos obrigatórios (descanso semanal e férias anuais); recreação, forma de organizar racionalmente e adequadamente esse tempo. Essa idéia foi muito difundida por parte de alguns autores (BRUHNS, 1997; BRAMANTE, 1998), o que levou ao entendimento, dentro dos programas de algumas disciplinas analisadas, de que a recreação está relacionada às atividades desenvolvidas dentro do lazer. Nesse sentido, BRUHNS (1997) nos fala que a recreação é uma atividade exclusiva do lazer e o jogo acontece em inúmeras outras situações. Nesse sentido, alguns programas apresentam essa visão, conforme o trecho abaixo:

“...Saber elaborar atividades para ocupação do tempo livre.” (Objetivo da disciplina Teoria e prática da recreação e do lazer ministrada na instituição 07)

Outro ponto de vista encontrado nos programas, e apresentado por alguns autores (PINTO, 1992; 1995), sobre a relação entre os termos recreação e lazer, é o de seu entendimento como sinônimos. Segundo PINTO (1992), em nosso país é comum o uso da recreação e do lazer com o mesmo sentido conceitual, indicando iniciativas de uma área de conhecimento que se preocupa com as experiências lúdicas no tempo disponível das pessoas. Para a autora, a preocupação central dessa área é a experiência de conteúdos culturais que possibilitem ao sujeito vivenciar possibilidades lúdicas, com chances de se apropriar do seu

desejo de ser, e do espaço-tempo e espaço-lugar em que vive. O objetivo da recreação e do lazer seria, então, resgatar a expressão humana, condição básica para a melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Apesar de apresentar essa visão sobre a relação entre os termos recreação e lazer, PINTO (1992) afirma que, do ponto de vista da abrangência, eles têm significados diferenciados, já que o lazer é articulado com propostas políticas ou com estudos, enquanto que a recreação é, comumente, associada às ações institucionalizadas.

Esses dados permitem a percepção de que são inúmeras as possibilidades de tratamento sobre essa relação; no entanto, retomo a idéia proposta por MARCELLINO (1987, p.142) de que devemos recuperar o sentido da palavra “*recreação como 'recreare' – recriação, criar de novo, dar nova vida – como novo vigor*”. Nesse caso, não entendo que a recreação seja uma das possibilidades que devam ser trabalhadas dentro do lazer, e que não signifique o próprio lazer. Assim, o lazer pode (e deve) incluir a recreação, mas que, além dele, outras esferas trabalham na perspectiva da recreação, como é o caso da escola, ou mesmo do trabalho.

Esses enfoques diferenciados poderiam ser interessantes se as relações entre a recreação e o lazer fossem analisadas com profundidade e compreendidas; mas, como isso nem sempre acontece na atualidade, a questão fica de difícil entendimento. Não proponho visão consensual, mas acredito ser fundamental compreender as relações estabelecidas entre a recreação e o lazer, especialmente no âmbito da Educação Física brasileira, para promover avanços significativos na área.

Um aspecto que merece destaque no desenvolvimento dessas disciplinas é a idéia de oferta de uma gama de atividades prazerosas, que poderiam ser aplicadas, principalmente, no contexto escolar para as crianças. Fortemente influenciada pelas idéias da *Escola Nova*, no

qual o ensino da recreação adotava como modelo o mundo do adulto e, era compreendido como meio importante para a educação de crianças (“seres imaturos”), segundo valores de harmonia, de rendimento e do controle da alegria, que eram indispensáveis para a manutenção da estrutura social hegemônica.

Duas questões devem ser relevantes para essa discussão: a primeira, referente à ênfase atribuída às questões educacionais e, principalmente, ao desenvolvimento da recreação no meio escolar; e a segunda, relacionada à opção por privilegiar a criança e o adolescente na discussão traçada nos cursos de graduação em Educação Física. Essas idéias têm raízes históricas, desde o surgimento da recreação em nosso contexto sociocultural mais amplo. Como exemplo dessas relações é possível destacar alguns fragmentos dos programas analisados:

“A disciplina mostrará ao aluno a possibilidade de trabalho com atividades recreativas na escola, dentro e fora das aulas de Educação Física, com possibilidade de projeção para outros campos de atuação. (Ementa da disciplina teoria, prática e metodologia da recreação ministrada na instituição 01)

“...Selecionar brincadeiras tradicionais e ensiná-las nas escolas.” (Objetivo da disciplina recreação II ministrada na instituição 10)

“Despertar no acadêmico o aspecto da recreação, capacitando-o a identificar, comparar, analisar, criar e aplicar atividades recreativas, atendendo ao interesse e necessidade das faixas etárias correspondentes à Pré-escola e Escola de 1º grau, numa perspectiva de valorização do ser humano nas dimensões individual e social.” (Objetivo geral da disciplina Recreação I ministrada na instituição 11)

“Recreação escolar: jogos motores; recreação escolar: rodas cantadas; recreação escolar: grandes jogos; recreação escolar: atividades com ritmo...” (conteúdos propostos pela disciplina recreação ministrada na instituição 12)

De acordo com os estudos de PINTO et al. (1999), com a fundação da Escola Normal do Brasil, em 1835, os jogos e as brincadeiras foram utilizados como meio de disciplinar os corpos e ocupar o “tempo livre” das crianças e dos adolescentes. Posteriormente, em 1892, por determinação legal, as aulas de “ginástica” foram designadas

para o desenvolvimento de atividades recreativas e de exercícios físicos no interior da escola. As chamadas atividades recreativas eram forma de manter a ordem, mediante o controle e a disciplina requerida pelo meio escolar.

Nesse período, marcado pelo pensamento médico higienista²⁴, a recreação necessitava ter caráter formativo, que possibilitasse estímulo ao corpo e ao espírito. A educação para a realização das atividades recreativas auxiliava na escolha “correta” e adequada das brincadeiras, dos jogos, dos brinquedos e do entretenimento.

A recreação, como estratégia educativa, esteve associada às idéias difundidas pela *Escola Nova*, aproximadamente nos anos 20, sendo destacada a importância dos jogos educativos para a formação das crianças. Nessa corrente pedagógica, o professor exercia o papel de facilitador do processo de ensino e, para tanto, deveria ter como base o respeito às necessidades e à personalidade da criança, visando desenvolver plenamente as suas aptidões²⁵. De acordo com BETTI (1991), a escola, segundo essa tendência, deveria ser democrática, utilitária e buscar auxílio no conhecimento científico. Além disso, deveria propiciar a participação ativa das crianças, considerando a atividade como fonte principal de aquisições e meios de expressão, por meio de desenho, trabalhos manuais, jogos, brinquedos e brincadeiras.

Nessa época, veiculava-se a necessidade de desenvolver (especialmente nas crianças e adolescentes) atitudes construtivas, que possibilitassem o ajustamento à vida em

²⁴ Segundo SOARES (1994), o pensamento médico higienista construiu um discurso normativo, disciplinador e moral, que tinha como base propostas de disciplinarização dos corpos, dos hábitos e da vida dos indivíduos. Nesse contexto, as ações empreendidas apresentavam os rótulos da saúde, da paz e da harmonia social, tudo em nome da chamada “civilização”.

²⁵ A *Escola Nova* foi um movimento fruto de idéias de autores americanos e europeus, como: Dewey, Durkheim, Decroly, Montessori e outros, que, a partir da década de 20, influenciaram a pedagogia brasileira, possibilitando um movimento de renovação da educação nacional. Em 1932, os escolanovistas publicaram o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nacional”, marco da história da educação brasileira; portanto, foi a década de 30 um dos momentos mais férteis de sua difusão no Brasil. Alguns dos princípios mais importantes, defendidos por essa tendência pedagógica, são: a laicidade, a gratuidade, a obrigatoriedade e a consideração da educação como função social, e, portanto, eminentemente pública.

sociedade. Era imprescindível, portanto, que tais valores fossem disseminados por meio de práticas consideradas espontâneas e prazerosas. De acordo com SCHMIDT (1964), isso era possível mediante a realização de atividades recreativas, as quais poderiam levar a algumas atitudes, tais como: saber assumir responsabilidades; conseguir auto-suficiência; ter o gosto da iniciativa; ser capaz de auto-expressão; adaptar-se satisfatoriamente aos grupos; amar a coragem; cultivar o seu interior.

Esses valores ultrapassaram o contexto formal de ensino algumas décadas mais tarde, instigando o desenvolvimento de projetos de recreação por parte do poder público e de outras instituições, assim como a publicação de várias obras sobre o tema (GOUVÊA, 1969; MARINHO, et al., 1952; MARINHO, 1957; SCHMIDT, 1964), empreendimentos que apresentavam princípios e fundamentos coerentes com os valores hegemônicos naquele momento histórico. Essa produção buscava discutir como as atividades recreativas poderiam auxiliar e minimizar os problemas gerados na sociedade, muitos dos quais relacionados à industrialização, à urbanização, aos perigos da ociosidade e da delinqüência, ao desejo de constituir uma nação saudável do ponto de vista físico, moral, social. SCHMIDT (1964, p.39) nos fala que *“a recreação bem supervisionada arranca a criança e o adolescente da sua atitude de base que é a agressividade e restaura a paz com o adulto, dando-lhe assim confiança nos homens e na ordem do mundo.”*

Seguindo essa perspectiva, bastante difundida em nosso meio, recrear significa educar, pois permite criar e satisfazer o espírito estético do ser humano, oferecer ricas possibilidades culturais e assegurar que os indivíduos diminuam a tensão emocional. Assim, a recreação é vista como uma experiência complementar, uma atividade compensatória, que auxilia na descarga dos impulsos agressivos e na fuga da pressão social, que provocava a frustração, a monotonia e a ansiedade (GOUVÊA, 1969).

Mas com qual finalidade a recreação era difundida nessa perspectiva educacional? CURY (1995) nos fala que a educação pode, por um lado, assegurar definitivamente a reprodução do sistema atual por meio da adaptação e do ajustamento dos indivíduos à sociedade. Por outro lado, pode ser considerada como um “*fermento de transformação*”, poderoso meio de mudanças na sociedade atual. A educação pode manter, portanto, as práticas da exploração e da dominação, tão presentes em nossa realidade, ou ainda, provocar, como momento dessa prática, um saber crítico e criativo.

A associação da recreação como prática educativa que enfatiza a dominação e o conformismo está presente em muitos textos que discutem o tema. SCHMIDT (1964) afirma que a recreação, quando é racional, é um fator educativo, já que se torna atividade indispensável ao desenvolvimento físico, mental e social do indivíduo. Para a autora, a recreação age como elemento de ajustamento ao tipo de sociedade existente e também é considerada como a felicidade que todos necessitam. Além disso, afirma que, “*satisfazendo as necessidades fundamentais do ser humano, leva o mesmo a atitudes sadias de adaptação ao meio*” (p.43).

No texto acima, observa-se que a ênfase na recreação, como instrumento de dominação, e o esquecimento de seu vínculo com as relações sociais acabam por auxiliar a ideologia dominante, contribuindo para a reprodução das relações existentes e excluindo o momento da resistência e da rejeição desse domínio. Muitas vezes, no contexto brasileiro do século XX, esses eram os valores difundidos pela recreação na perspectiva da educação. que se tornou tão expressiva em nossa sociedade – até mesmo nos dias de hoje, conforme pode ser visualizado no trecho abaixo:

“Estuda e analisa o papel que as atividades recreativas desempenham no desenvolvimento e manutenção das condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais do indivíduo em diferentes faixas etárias. Enfatiza a importância da recreação na prática educativa, mostrando seu valor para a vida cotidiana como

preenchimento das horas de lazer, contribuindo dessa forma para o ajustamento e relacionamento social dos indivíduos. (Ementa da disciplina recreação ministrada na instituição 25)

A relação entre recreação, lazer e Educação Física é outro ponto que merece destaque na análise dos programas. BRACHT (1999) afirma que a década de 70 parece ter sido decisiva para a área da Educação Física. É a partir do debate pedagógico brasileiro das décadas de 70 e 80, que profissionais da Educação Física passam a delimitar questões de estudo com o viés pedagógico. Independentemente da matriz teórica que esses profissionais adotavam, uma das características das reflexões é que passa a ser orientada pelas ciências humanas e sociais, por via do discurso pedagógico.

É então que, a partir da década de 70, grande número de iniciativas apresenta a perspectiva do lazer nas propostas de Educação Física. No que se refere aos órgãos públicos, percebe-se orientação para uma política nacional que pensava como a Educação Física poderia contribuir para o “tempo livre” da população. Assim, em 1975, o Departamento de Educação Física e Desportos (DED), do Ministério da Educação (MEC), por meio da Lei 6.251, de 8 de outubro de 1975, definiu os objetivos da Política Nacional de Educação Física e Desportos, e elaborou o Plano Nacional de Educação Física e Desportos (PNED). Analisando esse plano, percebe-se que o lazer estava presente, direta ou indiretamente, em pelo menos dois de seus objetivos: “III – *Implantação e intensificação da prática dos desportos de massa e IV - A difusão dos desportos como forma de utilização do tempo de lazer*” (BRASIL, 1976, p.7-8).

Para viabilizar essas metas, o governo federal implementou uma série de ações e programas de esporte e lazer, dentre elas: o movimento *Esporte Para Todos* (EPT), a campanha *Mexa-se*, os Jogos Escolares Brasileiros, os Jogos Universitários Brasileiros, além da construção de infra-estrutura esportiva na rede escolar, dos intercâmbios esportivos. Nesse

contexto, o esporte foi definido como um dos mais valiosos instrumentos para a formação do homem e de coesão nacional e social, que poderiam contribuir na solução dos problemas advindos da sociedade industrial. O esporte na perspectiva do lazer estava, então, sendo considerado um meio que pudesse auxiliar nas finalidades formativo-educativas e na identificação de talentos esportivos.

Dentre esses projetos, destaco a criação, em 1973, do movimento *Esporte para Todos* (EPT), que objetivava promover o esporte na perspectiva da educação permanente (termo utilizado nas propostas) e do desenvolvimento cultural. O discurso instituído nesse projeto era o da melhoria da saúde e o da humanização das cidades e seus habitantes, e afirmava os seguintes valores: o sentimento cívico e de vizinhança, a sociabilidade, o corpo esportivo. A intenção era a de produzir um “lazer verdadeiro” nas cidades e, para tanto, o movimento se concentrava nas proximidades da moradia e do local de trabalho dos participantes.

CAVALCANTI (1982) afirma que o EPT tinha como interesse a despolitização das massas. Essa nova metodologia para a prática da Educação Física atuou no âmbito das atividades físicas desenvolvidas no “tempo livre”, utilizando o esporte como meio de afastar a população de sua realidade concreta, mascarando e perpetuando as desigualdades sociais. No entanto, o EPT representava uma “nova religião” à medida que possuía leis, cultos e dogmas próprios: a forma física e a sociabilização pelo esporte tornaram-se verdadeiras leis e a idéia de que o esporte proporcionava “igualdade de oportunidades” e o “desenvolvimento de potencialidades” transformou-se em dogma.

O projeto denominado de *Mexa-se* foi criado pela União dos Bancos e pela Rede Globo de Televisão, em 1975, e tinha como intuito a valorização das atividades físicas e esportivas. As pessoas eram induzidas a exercitar-se em qualquer lugar: enquanto tomavam

banho, lavando pratos, andando nas ruas, enfim, em diferentes espaços que poderiam ser transformados para a realização de atividades físicas, além, é claro, da utilização dos próprios equipamentos esportivos (SANT'ANNA, 1994). Os *slogans* do projeto *Mexa-se* foram massivamente aproveitados por vários anunciantes. Assim, foi amplamente difundida a idéia de que seria possível quebrar as barreiras de diferentes naturezas, integrando os cidadãos pelo exercício e pelos cuidados ao corpo.

As transformações no campo da Educação Física e as diferentes ações desenvolvidas²⁶, que se vinculavam à perspectiva do lazer, demonstram que as questões referentes aos estudos do lazer somente passam a fazer parte, de maneira mais incisiva, do campo de estudos e de atuação da Educação Física ao final da década de 80 e início de 90. Até esse momento, a discussão sobre a recreação prevalecia, já que o aporte de conhecimentos científicos da área de Educação Física vinha principalmente das ciências biológicas; assim, as atividades físicas e esportivas eram estudadas como questões biológicas. Segundo BRACHT (1999), o campo da Educação Física era marcado menos como um campo acadêmico de produção do conhecimento e mais como de aplicação do conhecimento. A Educação Física era, portanto, mais relacionada à atividade do que a um campo de conhecimentos; o conceito de recreação concatenava-se muito mais com essa perspectiva do que o significado construído sobre o lazer em nossa realidade.

Os programas e as ações que fizeram parte da histórica relação entre recreação, lazer e Educação Física compõem o conteúdo de várias disciplinas dos currículos analisados. O EPT é um dos casos, mas esses conhecimentos, que já foram analisados de forma crítica por alguns autores (CAVALCANTI, 1982; SANT'ANNA, 1994), parecem ser trabalhados,

²⁶As primeiras publicações sobre lazer nos periódicos da área de Educação Física deram-se nessa época. Além disso, é nesse período, também, que os encontros científicos, seminários e congressos da área começam a apresentar temas, conferências e mesas-redondas, que têm como ênfase os estudos do lazer e suas relações com a Educação Física.

ainda, numa perspectiva tradicional no interior dessas disciplinas, conforme trechos que estão a seguir:

“...Esporte para todos: decálogo; entidades envolvidas na campanha; objetivos da campanha...” (Conteúdo programático da disciplina Recreação II ministrado na instituição 08)

“...Recreação comunitária/Esporte para todos/vida ativa: planejamento; características; objetivos; grupos de trabalho e suas atribuições; fluxo de um programa de lazer comunitário; fontes de avaliação.” (Conteúdo desenvolvido na disciplina lazer comunitário da instituição 10)

Sobre os conteúdos desenvolvidos, também pude perceber, em alguns programas, um entendimento restrito de cultura, associado, principalmente, às manifestações artísticas, aos espetáculos e à leitura. Um exemplo disto pode ser verificado nos conteúdos desenvolvidos pela disciplina *recreação* ministrada na instituição 20: *“...atividades culturais: história, conceito, objetivo, finalidade da história em recreação, valor educativo da história; teatro, fantoches, marionetes, cinema, pantomimicas; aplicação prática deste estudo...”*. No entanto, é fundamental a compreensão da cultura como um fenômeno amplo e de características abrangentes, que se relaciona não somente ao produto que é produzido pelo homem, mas também ao processo dessa produção. E, nesse sentido, o lazer pode ser compreendido como uma das dimensões da cultura, entendimento nem sempre apresentado nos programas, conforme exemplo dos objetivos da disciplina *teoria e prática de recreação e lazer* ministrada na instituição 07: *“...Saber quais as culturas que compõe o lazer? Quais os tipos de recreação?...”*

DAOLIO (1998) fala sobre a visão superficial de cultura na área da Educação Física, afirmando que isso traz dificuldades na atuação profissional, já que é uma área que a todo momento trabalha com o homem, sem desvinculá-lo de sua condição cultural. O autor defende o conceito de cultura como primordial para a área, pois as manifestações corporais

são produzidas no interior de determinada cultura e se manifestam de maneiras diferentes no contexto cultural dos grupos específicos. Por isso, visualizo a importância do entendimento ampliado de cultura no âmbito das disciplinas sobre o lazer nos currículos de graduação em Educação Física.

Em muitos programas não foi possível, pelos dados apresentados, diferenciar o que é ementa, objetivos e conteúdos. Esse aspecto mostra que há falta de critérios para a elaboração dos programas, considerando que esses são confeccionados a partir da competência de cada docente, sem a necessidade de se organizar um eixo comum ou uma unidade para a sua construção.

Uma questão que considero problemática, em termos de objetivos, diz respeito à idéia de que as experiências relacionadas à recreação e ao lazer, na formação dos profissionais de Educação Física, devem proporcionar atividades divertidas e prazerosas, com o intuito de integrar e descontrair os alunos, mesmo que sejam desconectadas da realidade social e dos conhecimentos construídos. No caso específico de uma das instituições pesquisadas, um dos objetivos da disciplina Recreação I é *“integrar os grupos, proporcionando o desafogo das tensões, a desinibição e a socialização através da prática a ser desenvolvida no período de ocorrência das aulas”*. Nesse caso, o que é ressaltado é a função da disciplina como momento de lazer para os estudantes e, conseqüentemente, o lazer é visto como válvula de escape e fator de compensação do desgaste decorrente do trabalho escolar, visão que considero frágil e limitada por se colocar a serviço de uma lógica excludente, injusta e alienante, que vem predominando em nossa sociedade.

Em muitos programas analisados, as disciplinas sobre recreação e lazer são ministradas nos primeiros períodos do curso. Uma das explicações possíveis fundamenta-se na idéia de que as vivências que podem ser desenvolvidas na disciplina têm um potencial

integrador com os alunos que estão iniciando uma nova etapa. Uma outra possibilidade de pensar essa questão está relacionada à importância atribuída a recreação e ao lazer como elementos que pode preparar o aluno para o desenvolvimento de atividades, aspecto muito enfatizado no percurso da formação profissional em Educação Física. De qualquer maneira, observo uma abordagem funcionalista, centrada nas visões compensatória e utilitarista, conforme destacado por MARCELLINO (1987).

Nesse contexto, é importante discutir o saber socializado e construído na disciplina e, para tanto, há necessidade de pensar vivências pedagógicas que possam ultrapassar a dimensão de meras atividades ou de válvula de escape. Dessa maneira, considero fundamental delinear com mais coerência os elementos e os conhecimentos dos campos da recreação e do lazer que poderão integrar os currículos dos cursos de graduação em Educação Física de nosso país.

Um ponto positivo que gostaria de ressaltar é a metodologia do trabalho nessas disciplinas, pois existe um esforço em propor formas de trabalhos diversificados, o que pode propiciar uma relação diferente entre o aluno, o professor e o conteúdo desenvolvido. Não tenho dúvidas de que o trabalho em sala de aula pode-se beneficiar dessa diversificação, levando, até mesmo, a um caráter mais lúdico como forma de abordagem. Abaixo, alguns trechos que demonstram essa preocupação, nos programas estudados:

“O curso será desenvolvido através de: aulas expositivas; leituras dirigidas; trabalhos em grupo; aulas práticas; trabalhos individuais.” (Método utilizado na disciplina lazer e recreação ministrada na instituição 04)

“Aulas teóricas; aulas práticas; trabalhos em equipes; projetos de recreação e lazer; técnicas de jogos; pesquisas bibliográficas; planos de aula (Metodologia utilizada na disciplina recreação e lazer ministrada na instituição 09)

“Aulas expositivas, seminários, debates, leitura orientadas, pesquisas de campo, participação voluntária na introdução do programa “A escola de esporte e lazer

para comunidade do parque Oziel de Campinas.” (Estratégias utilizadas na disciplina lazer e sociedade ministrada na instituição 14)

No entanto, é necessário lembrar o que nos fala MARCELLINO (1986) sobre a importância de tentarmos sair da rotina, mas isso não pode comprometer o trabalho em termos de discussão dos conteúdos propostos. Para o autor, não se deve “fantasiar de lúdico” o processo educativo, concentrando unicamente as atenções em metodologias, tecnologias e recursos audiovisuais, esquecendo-se do conteúdo e preocupando-se unicamente com o “aprender a aprender”. Nesse caso, as diferentes metodologias não podem ser uma forma de ocultar a falta de conhecimento dos profissionais sobre o assunto.

Com relação à bibliografia dos programas analisados, inicialmente gostaria de ressaltar a importância desse item no processo de construção do conhecimento no interior desses cursos de graduação. Como ressalta SANTOS (2001), desde os primeiros dias de aula dos cursos de Educação Física, os alunos buscam informações sobre os livros que contêm atividades “práticas”, na intenção de aprender um grande número de atividades para serem utilizadas em sua prática cotidiana, já que sua atuação profissional inicia-se muito cedo. Por esse motivo, a bibliografia utilizada e indicada pelo professor torna-se um elemento fundamental para a superação do conhecimento de senso comum apresentado pelos alunos.

Vale lembrar que grande parte do material sobre recreação, datado, principalmente, das décadas de 50 e 60, apresenta uma produção teórica voltada para os valores discutidos até o momento. No entanto, o que se percebe, atualmente, é uma lacuna em sua construção teórica e uma difusão de várias atividades recreativas, por meio dos “manuais de recreação”. Em vez de possibilitar a preservação da memória e dos significados sociais, políticos e culturais das diversas práticas que constituem nosso patrimônio cultural, esses manuais representam, sobretudo, uma compilação de jogos e brincadeiras. Como uma

"receita", apresentam as técnicas metodológicas necessárias para realizar diferentes jogos e brincadeiras de acordo com modelos preestabelecidos.

SANTOS (2001) desenvolveu um trabalho de análise sobre os livros que sugerem atividades "práticas", buscando contribuir com a proposta do ensino da recreação em faculdades de Educação Física. Vários problemas foram identificados pelo autor, tais como: um discurso e um debate que não vão além do conhecimento no nível de senso comum; falta de uma discussão clara sobre conceitos dos temas trabalhados; garantia de participação do professor como personagem central na administração das atividades recreativas, reforçando a heteronomia das crianças, dentre outros aspectos ressaltados.

Muitos livros analisados pelo autor estão presentes na bibliografia das disciplinas estudadas nesta pesquisa; algumas demonstram grande importância, já que se inserem na maioria dos programas. É claro que os professores e os alunos são os personagens que irão definir a forma como essa bibliografia será aplicada, mas esse é um fator preocupante, tendo em vista as possibilidades de simplificação do trabalho com as atividades. Provavelmente, um trabalho diferenciado com essa bibliografia ocorre em algumas disciplinas, já que é possível perceber outras referências que podem auxiliar na fundamentação desses "manuais", e, assim, trabalhar com a idéia de criação de um repertório e não com o aprendizado de um rol de atividades que pode levar à simplificação destacada acima.

Ainda sobre a bibliografia, identifiquei peculiaridades regionais, já que, dependendo da região do país, alguns autores são mais utilizados do que outros. No caso dos cursos da Região Sul, os livros e textos de Lênea Gaelzer²⁷ são bastante citados em sua

²⁷ Entre as décadas de 70 e 80, a profa. de Educação Física Lênea Gaelzer se destacou pela sua contribuição aos estudos do lazer, influenciada pelos trabalhos desenvolvidos por seu pai, Frederico Gaelzer. Dentre suas principais publicações, destaco: "*Lazer: bênção ou maldição?*", datado de 1979, e "*Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*", de 1985. Lênea Gaelzer, em seus estudos, enfatizou as mudanças sociais em relação ao tempo de trabalho e como elas se interrelacionavam com as questões do lazer, e procurou contribuir, ainda, com discussão sobre a educação para o lazer. Tomando como referência os estudos de Dumazedier, GAELZER (1979) entendia o lazer como diferente de tempo livre, assim, concebia-o como

bibliografia, demonstrando forte influência dos trabalhos realizados no Rio Grande do Sul para a região, mesmo se constituindo em textos das décadas de 70 e 80. Se, por um lado, esse aspecto auxilia na difusão das idéias desses autores em suas regiões e espaços de atuação, por outro, pode restringir a análise do campo da recreação e do lazer, não tratando da diversidade de posições existentes em nosso país.

Quanto ao conteúdo, na maioria dos programas analisados, percebo a preocupação com o aprofundamento de estudos sobre as relações entre a recreação e o lazer e o contexto sociocultural mais amplo, especificamente o mercado de trabalho, tendo em vista a unicidade entre teoria e prática e a reflexão/ação/reflexão. Isso pode ser observado em vários programas pesquisados:

“A disciplina será ministrada em dois momentos: aula de conhecimentos e a prática destes no ambiente hospitalar para elaboração dos exercícios físicos e jogos a serem propostos. Assim, as primeiras quatro semanas serão dirigidas ao conhecimento do funcionamento do hospital e dos procedimentos obrigatórios. As seguintes dirigidas a análise para adequação dos exercícios físicos e jogos pelo prisma das atitudes e regras que integrem os interessados as atividades prazerosas, criativas, etc. Os resultados e a observação da prática serão discutidos e analisados em conjunto com a equipe hospitalar que participa deste trabalho ao longo da disciplina. (Metodologia utilizada na disciplina Tópicos especiais de recreação e lazer II ministrada na instituição 14)

“...A ação comunitária e a pedagogia da animação: elementos para uma pedagogia da animação; pressupostos da ação comunitária: estruturas e canais de participação; projeto de ação comunitária: planejamento das etapas, comissões e tarefas; ação comunitária na prática.” (Conteúdo desenvolvido na disciplina recreação ministrada na instituição 18)

“uma forma de ser, uma condição humana que todos desejam e poucos alcançam. É um estado mental associado a uma situação de liberdade, de encontro, de habilidade e de prazer” (p.56). Para a autora, o lazer significa o engajamento em uma atividade livremente, sem compulsão de forças externas e internas, além de envolver espontaneidade de ação, liberdade de ser, prazer e relaxamento. GAELZER (1985) faz a distinção entre tempo livre e lazer: o primeiro é compreendido como uma forma de calcular uma determinada classe de tempo, e o segundo está associado a um estado de ser, uma atitude passível de formação individual. Sendo o lazer um estado de ser, podemos inferir que a autora entende o lazer, principalmente, vinculado à atitude, enfatizando apenas um aspecto dentre vários que envolvem sua vivência.

“...Promover estudos, debates, estágios que possam contribuir para o desenvolvimento da recreação e do lazer.” (Objetivo da disciplina lazer e recreação ministrada na instituição 19)

Em termos gerais, o mercado considera a Universidade como muito acadêmica e, por outro lado, algumas IES julgam o mercado como excessivamente pragmático, encarando o presente e esquecendo-se do futuro.

Penso que os programas e os currículos não se devam “render” à lógica imperante no mercado de trabalho, mas sim fazer uma análise sólida sobre ele, a fim de que se possa compreendê-lo criticamente e, a partir daí, buscar alternativas criativas para estabelecer mudanças coerentes com uma sociedade mais justa. Para que isso se torne concreto, é necessário, assim, estabelecer projetos durante o curso de graduação, que possibilitem ao aluno a experimentação e a reflexão sobre a sua intervenção. Sem a intenção de julgar a qualidade das ações desse tipo, desenvolvidas pelos currículos analisados, já que não fui a campo verificá-las, considero-as essenciais nesse processo de formação, desde que planejadas, executadas e avaliadas com o auxílio do professor responsável pelas disciplinas.

Esse tipo de ação, portanto, pode proporcionar a formação de profissionais críticos, por meio de uma prática de reflexão contínua sobre a intervenção profissional, na busca de possíveis soluções para os problemas reais do cotidiano. Além disso, possibilitam a socialização de experiências, que podem ser submetidas ao grupo, facilitando o processo de construção e apropriação dos conhecimentos no campo da recreação e do lazer. Dessa forma, a articulação entre teoria/prática constitui-se em importante instrumento para a formação desses profissionais.

Durante a análise dos programas, um aspecto que permeia toda a discussão é a possibilidade de realização de um trabalho efetivamente teórico-prático sobre a recreação e o lazer – uma ação que possibilite a construção de vivências pedagógicas fundamentadas,

coerentes e refletidas. Nesse sentido, é importante destacar que os chamados estudos críticos de lazer vêm avançando, como já abordado neste estudo. Vem sendo ampliada, dessa forma, a produção de conhecimentos sobre a temática do lazer e suas interfaces com a educação, com o trabalho, com a cultura e com a saúde, entre outras. É possível perceber, ainda, um crescimento no volume de artigos, livros, periódicos, monografias, dissertações de mestrado, teses de doutorado e eventos científicos sobre o lazer, bem como a sistematização de projetos de ações sociais, pedagógicas e políticas sobre o tema na realidade brasileira. Todos esses dados indicam que vem ocorrendo um acúmulo de conhecimentos, em diferentes âmbitos e níveis, sobre o lazer.

No que se refere ao nível superior, especificamente aos programas das disciplinas que foram analisadas neste estudo, percebo que a prática concreta nem sempre apresenta os mesmos avanços, deixando aberta uma lacuna entre a teoria e a prática. Dessa forma, considerando o ensino superior em Educação Física, mesmo que, em “aulas teóricas”, o lazer seja estudado e discutido com profundidade, nas “aulas práticas” o que continua prevalecendo, na maioria das vezes, são os tradicionais jogos e brincadeiras, que seguem modelos padronizados, distantes dos fundamentos estudados, conforme pode ser observado na ementa da disciplina *Teoria e prática da recreação e do lazer* ministrada na instituição 07:

“Recreação: definição de objetivos. Lazer: definição de objetivos. Educação e lazer. Formas de lazer. Lazer no mundo contemporâneo. Lazer no Brasil. Atividades práticas recreativas: jogos, gincanas, ruas de recreio. Planejamento, coordenação e direção de atividades para 1ª, 2ª e 3ª idade.”

Acredito que o ponto de partida para a promoção de avanço qualitativo na Educação Física, no que se refere ao trato do lazer nos cursos de graduação nessa área, vincula-se ao repensar de alguns aspectos básicos, o que demanda: realizar pesquisas sobre o assunto; ter clareza dos fundamentos que irão embasar a discussão sobre recreação e lazer no

interior do currículo; delinear o conhecimento que poderia integrar as vivências pedagógicas ligadas ao lazer com o currículo dos cursos de Educação Física.

É importante esclarecer que essas questões precisam ser inter-relacionadas não apenas com os conhecimentos direcionados para o estudo e vivência do lazer, mas com o currículo do curso como um todo. Isso demanda, novamente, definir a perspectiva e os significados de lazer que irão nortear os projetos e as ações desenvolvidas nesse âmbito.

CAPÍTULO 3

3. O PROFISSIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA COMO INTELLECTUAL²⁸: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO NO ÂMBITO DO LAZER

A análise das teorias de currículo e o seu entendimento como “invenção social”, além de uma abordagem histórica sobre os currículos de formação profissional em Educação Física, foram efetuadas no primeiro capítulo. A compreensão da integração dos conhecimentos sobre a recreação e o lazer nos currículos de graduação em Educação Física fez parte do segundo capítulo. No entanto, levantar essas questões me remetem a pensar em subsídios para a formação de profissionais que possam atuar em uma perspectiva abrangente. Por isso, este terceiro capítulo busca apresentar elementos que possam contribuir para a mudança do quadro exposto, sendo a formação na perspectiva da animação sociocultural focalizada como um caminho possível para o alcance desses objetivos.

Abordando a questão da formação e da atuação profissional na esfera do lazer, gostaria de tomar como base à noção de intelectuais, apresentada por GRAMSCI (1979). Para o autor, é fundamental o entendimento sobre o papel dos intelectuais em nossa sociedade e

²⁸ De acordo com GRAMSCI (1979), a distinção entre intelectuais e não-intelectuais refere-se, na realidade, à imediata função social da categoria profissional dos intelectuais; isto é, leva em conta a direção sobre a qual incide o peso maior da atividade profissional específica, se na elaboração intelectual ou se no esforço muscular-nervoso. No entanto, o autor entende que qualquer trabalho físico exige alguma qualificação técnica, ou seja, um mínimo de atividade intelectual criadora.

cultura, a partir da constatação de duas categorias de intelectuais: uma tradicional e outra orgânica. O primeiro tipo de intelectuais toma o *status quo* como desejável, privilegiando a adaptação e a aceitação das massas aos modelos sociais de comportamento, tidos como corretos. Além disso, trabalha-se a serviço da visão de mundo das classes dominantes, escamoteando as diferenças de classe social e de poder, supondo que os indivíduos sejam os principais responsáveis pela posição que ocupam na estrutura social.

De acordo com GRAMSCI (1979), o segundo tipo de intelectuais – os orgânicos – deve possuir um estreito vínculo com o povo, na tentativa de auxiliar a massa a superar a hegemonia burguesa, mediante a criação de uma sociedade contra-hegemônica²⁹ e a implementação de um novo bloco histórico. COELHO (1998) salienta que, para a elaboração e difusão de um discurso crítico que seja a negação radical do discurso ideológico, o intelectual orgânico deve se apropriar da cultura, dando-lhe um novo sentido e função, na intenção de colocá-la a serviço das classes subalternas.

Nessa perspectiva, o intelectual orgânico tanto pode emergir das massas como pode trabalhar com elas, desde que sua preocupação seja com a luta dessa população, proporcionando a articulação e o desenvolvimento da autonomia e da emancipação desse grupo. Isso requer, portanto, pensar numa formação como necessariamente relacionada à intenção de lutar por uma sociedade mais justa e igualitária, por meio da preocupação com a democracia e a cidadania.

²⁹ A contra-hegemonia é entendida não só pela lógica da crítica, mas também como possibilidade de criação de relações sociais e de espaços públicos que apresentem formas alternativas de experiência e de luta. Para GIROUX, SIMON (1995), ela é o domínio refletido de ação política, visando desviar o espírito combativo do terreno da crítica para o terreno coletivamente construído da contra-esfera pública.

3.1. A Formação e a Atuação do Profissional de Educação Física no Âmbito do Lazer na Perspectiva Tradicional

Do meu ponto de vista, no interior da Educação Física brasileira é crescente o interesse pelas discussões sobre a recreação e o lazer; no entanto, foi possível perceber alguns limites no trato dessa temática nos cursos de graduação.

Quando analisadas mais de perto na pesquisa documental, muitas disciplinas sobre a recreação e o lazer, integrantes dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física, apresentam uma idéia predominante da ênfase na reprodução de atividades diversas, mediante o ensino de uma variedade de jogos e brincadeiras. Essas propostas entendem recreação como uma “receita” de atividades e propostas, não superando a tradição prática e com dificuldades de fomentar a sistematização de conhecimentos efetivamente teórico-práticos.

O sentido que muitas vezes é atribuído ao lazer, em alguns currículos dos cursos de graduação em Educação Física, está relacionado à sua consideração como algo não sério, válvula de escape, fonte de consumo de bens/serviços e meio compensador de frustrações advindas dos problemas gerados em nossa sociedade, visões que necessitam ser repensadas. por meio da sistematização dos conhecimentos nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física.

Na realidade estudada dos currículos de formação profissional em Educação Física, o que se percebe, na maioria das vezes, é a presença da visão tradicional sobre a recreação e o lazer, geralmente desenvolvida numa abordagem mercantilizada, priorizando a ação numa perspectiva técnica e abstrata. Nesse processo, os conteúdos trabalhados colaboram com a intervenção profissional que incentiva o consumo de mercadorias “de lazer” independentemente das diferenças culturais que caracterizam cada grupo social.

No meu entendimento, devemos superar a compreensão da recreação como divertimento alienado e reprodução de um rol de atividades, e do lazer como tempo liberado que deve ser preenchido com as “formas de recreação”, mascarando as relações de dominação existentes em nosso meio. Para o entendimento de recreação como possibilidade consciente de criação, que carrega significados sociais, implica uma concepção mais ampla de lazer que pode assumir um sentido construtivo de transformação de nossa realidade.

Ao discutir a formação profissional no âmbito do lazer, na perspectiva da Educação Física, é necessário lembrar que entendo o lazer como campo multidisciplinar que possibilita a concretização de propostas interdisciplinares, por meio da participação de profissionais com diferentes formações (Educação Física, Turismo e Hotelaria, Arte-Educação, Sociologia, Psicologia, Pedagogia). Lamentavelmente, muitas vezes se pensa que, para atuar nesse campo, não é necessário ter formação específica e aprofundada sobre o tema. Apesar de tratar as questões de formação e de atuação nesse campo de maneira ampla, busco relacionar essa discussão especificamente à área de Educação Física, que é o enfoque adotado neste trabalho.

Na área da Educação Física, atualmente têm surgido muitas possibilidades e muitos profissionais egressos dos cursos de pós-graduação, *lato e stricto sensu*, vêm atuando como docentes em vários níveis e instituições, como pesquisadores ou gerenciadores no campo do lazer, contribuindo com a ampliação e o aperfeiçoamento de projetos e ações sobre essa temática em nossa sociedade. Segundo STOPPA (2000), vem-se avolumando, nos últimos anos, a realização de assessorias, envolvendo a atuação de profissionais, como organizadores e/ou orientadores de projetos e programas de lazer, em diferentes âmbitos. Esse tipo de iniciativa visa implementar novas possibilidades de trabalho e exige do profissional formação mais aprofundada, bem como maior experiência no campo do lazer.

É complexa e diversificada a caracterização do profissional que trabalha com lazer e, por isso, encontramos as mais diferentes denominações, tais como: monitor de lazer, recreacionista, militante cultural, consultor de lazer, animador cultural, dentre outras. Conseqüentemente, são várias as possibilidades de intervenção na esfera do lazer, mas é preciso ter clareza sobre aspectos referentes à especificidade e à abrangência dessa ação. Destaco, assim, que são várias as funções que um profissional nesse campo pode assumir: planejamento, organização, execução e avaliação de vivências de lazer; gerenciamento, coordenação, supervisão e avaliação de projetos e ações de lazer; assessoramento na elaboração, implementação e avaliação de políticas de lazer; viabilização de projetos e recursos; realização, registro e socialização de pesquisas; docência. Se, por um lado, essa diversidade é interessante, por outro, ela é complicada, à medida que envolve um domínio amplo de fundamentos, competências e habilidades, nem sempre trabalhadas adequadamente na formação profissional.

Nesse enfoque, PINTO (2001) ressalta a necessidade de desenvolvermos competências indispensáveis nos profissionais que irão atuar na esfera do lazer. Segundo a autora, a formação de profissionais (educadores) para o lazer se dá por meio da construção de saberes e competências que devem estar relacionados ao comprometimento com os valores alicerçados numa sociedade democrática, à compreensão do nosso papel social na educação para o lazer, ao domínio de conteúdos que devem ser socializados, a partir do entendimento de seus significados em diferentes contextos e articulações interdisciplinares, e, por fim, ao conhecimento de processos de investigação, que auxiliem no aperfeiçoamento da prática pedagógica e no gerenciamento do próprio desenvolvimento de ações educativas lúdicas.

A multiplicidade de denominações, encontradas no mercado de trabalho, são escolhidas a partir do tipo de ação que se quer retratar, e algumas delas nem sempre requerem

formação profissional específica. Como exemplo, cito os monitores de acampamentos de férias, analisados por STOPPA (1999). Muitos adolescentes, ex-acampantes, muitas vezes são contratados para atuar nos acampamentos por gostarem desse tipo de proposta, por conhecerem a sistemática e por estarem disponíveis para executar o trabalho às vezes em troca de pequena remuneração – mesmo que não possuam formação que os qualifique para tal. Geralmente, essa ação ocorre numa perspectiva tradicional, reforçando os valores que imperam no senso comum e, conseqüentemente, restringindo a atuação profissional com o lazer. Essa forma de conceber a formação e a ação profissional está atrelada ao que BECKERS (2000) chama de abordagem industrial, aplicada universalmente aos serviços.

Nesses espaços, a pessoa que irá atuar com o lazer apenas toma conhecimento de alguns procedimentos que se relacionam com a sistemática de funcionamento do local, bem como das atividades que poderão ser desenvolvidas. Assim, há pouca liberdade para decisão por parte dos profissionais, já que as propostas e ações são apresentadas pelos supervisores e coordenadores dos "pacotes de lazer". Por mais que se tenha superado a idéia do profissional nato, continua muito difundida, em nosso contexto, a idéia do animador que já vem pronto, pouco tendo a aprender teoricamente, a não ser a logística, a ordenação das etapas e dos recursos do trabalho, que varia de acordo com o local de trabalho e sofre constantes mudanças.

Nessa linha de pensamento, fundamental é a discussão sobre as características exigidas para esse profissional. Neste sentido, STOPPA (2000), ao referir-se especificamente aos profissionais que atuam em acampamentos de férias, afirma que elas estão relacionadas principalmente à aceitação da filosofia de trabalho do espaço, à questão da estética pessoal (centrada num padrão de beleza estabelecido pela nossa sociedade) e à necessidade de gostar de trabalhar com crianças e jovens. Outro aspecto desejável é a extroversão, que causa, muitas

vezes, uma grande confusão, pois o bom profissional é associado à pessoa engraçada, “capaz de fazer todos caírem na gargalhada”. Entendo que há uma diferença entre ser extrovetido e gostar de trabalhar com pessoas, construir a alegria, aspectos necessários para a atuação qualificada.

No nível de senso comum, há um entendimento de que o profissional que atua com lazer deve levar as pessoas a esquecer dos seus problemas cotidianos, de modo a auxiliá-las no trabalho do dia seguinte ou da próxima semana. Nesse contexto, sua ação se restringe à organização de jogos e brincadeiras que incentivem o agrupamento das pessoas, ou à animação de festas e bailes. Assim, deve apresentar sempre um sorriso estampado no rosto, demonstrando alegria e "mentalidade positiva", que possam auxiliar na adesão de todos às atividades propostas. Nessa perspectiva, não há qualquer possibilidade de reconhecimento dos problemas ou limites encontrados em nossa realidade, que possam ser abordados criticamente e enfrentados mediante a expressão cultural.

Muitas vezes as pessoas buscam atuar profissionalmente na área por pensarem que estão conseguindo um trabalho fácil, no qual se tem uma "boa vida", acreditando na idéia de que o que se faz não é trabalhar, e sim “brincar o dia todo” – e o que é melhor, contando com uma remuneração para isso. Essa visão traz à tona a falta de componentes lúdicos no trabalho das pessoas em geral, fazendo com que a intervenção no campo do lazer seja confundida com o próprio lazer desses profissionais³⁰. De acordo com STOPPA, ISAYAMA (1999) não é clara a distinção entre lazer e trabalho na ação do profissional que atua nessa

³⁰ Com relação a essas questões, levanto três problemas enfrentados por esses profissionais que vivem do trabalho com o lazer: 1) Em geral, é em seus períodos de trabalho (finais de semana, feriados, férias) que o leque de vivências socioculturais aumenta nos centros urbanos. Como consequência, esse profissional acaba sendo limitado na apropriação dessas opções durante o seu lazer; 2) seu relacionamento com os familiares e amigos torna-se complicado, pois pode ocorrer um distanciamento, já que, quando o círculo familiar e de amizades está disponível para o lazer, os profissionais estão trabalhando; 3) o desgaste institucional provocado pela falta de divisão clara entre os momentos de trabalho e de lazer, no relacionamento com os demais amigos e colegas de trabalho, confundindo situações e espaços ora de trabalho, ora de lazer.

esfera. Em geral, há tendência em confundir as experiências criativas, lúdicas e expressivas com o seu próprio trabalho. Por esse motivo, muitas pessoas tendem a restringir o entendimento sobre a intervenção profissional no lazer, muitas vezes considerando o trabalho "fácil" e "gostoso" de ser realizado, em comparação com aqueles que não apresentam nenhuma possibilidade lúdica. Nesse caso, ignoram que esse trabalho requer fundamentos técnicos, pedagógicos, políticos culturais e sociais, além de contar com os componentes de obrigação que permeiam os acordos de trabalho.

O que ainda permanece é a visão de que o profissional deve preocupar-se simplesmente com o divertimento das pessoas, na idéia de "desviar a atenção", aspecto muito presente na indústria cultural, por meio do consumo alienado de determinados conteúdos culturais. A alienação está associada à fragmentação e à perda da consciência do indivíduo; assim, ele deixa de ser o centro de si mesmo e passa a ser "comandado" de fora. Conseqüentemente, perde sua consciência crítica.

MARCELLINO (2000) nos fala da dupla alienação³¹ desse trabalhador, que, além de vender sua força de trabalho, vende também a sua personalidade. O autor cita o exemplo dos membros de equipes de "lazer programado", que infantilizam os adultos ou só chamam a atenção das crianças quando estão travestidos, transformando-se na própria atividade.

Ponderando sobre a questão do bom humor constantemente exigido na atuação do animador, esta característica é entendida como mais fundamental que a competência, pois, como coloca MARCELLINO (2000), prevalece o argumento de que bom humor não se aprende, mas competência se adquire. Segundo o autor, o bom humor é, antes de tudo, fruto de uma situação geral e profissional adequada, que poderá levar ao prazer. É do prazer do trabalho, portanto, que deve nascer o bom humor. É preciso considerar que trabalhamos com

³¹ A alienação está associada à fragmentação e à perda da consciência do indivíduo; assim, ele deixa de ser o centro de si mesmo e passa a ser "comandado", perde a individualidade e a consciência crítica.

o público, e que a saúde compromete o trabalho. Mas isso não significa ausência de seriedade, de competência e de compromisso político, muito pelo contrário, são esses três elementos que tornam o exercício da profissão digno.

Analisando a formação e a atuação profissional no campo do lazer na perspectiva tradicional, penso que ela pode contribuir para reforçar a manutenção da injusta ordem social estabelecida, à medida que desconsideram o contexto sociocultural mais amplo. Perpetuam, assim, as desigualdades impostas pelas diferenças de classes e, principalmente, as barreiras presentes nas experiências desenvolvidas. Como na maioria das vezes não se exige formação consistente, sendo suficiente a prestação de informações básicas e precárias, tais como a programação de horários e das atividades a serem desenvolvidas, a operacionalização e alguns cuidados necessários à atuação nesse nível se restringem à perspectiva tradicional.

A fundamentação desse trabalho reserva aos profissionais o simples papel de executar procedimentos de conteúdo e instrução predeterminados. Assim, o método e o objetivo traçado buscam legitimar a subdivisão do conhecimento em partes diferentes, padronizando-o, a fim de que o conteúdo seja mais facilmente gerenciado e consumido, e medido através de formas de avaliação predeterminadas (GIROUX, 1997).

Essa visão também está presente, principalmente, na proposta de vários cursos de aperfeiçoamento, atualização ou reciclagem que enfatizam apenas o ensino de técnicas recreativas, ou seja, um rol de atividades aparentemente desligadas da vida concreta dos sujeitos. Desse modo, o lazer fica restrito a um simples tarefaísmo, com o "fazer por fazer", tão presente em muitas vivências em nossa realidade atual.

Essas observações evidenciam a necessidade de compreender a competência como base da ação profissional no campo do lazer, que pode ser encaminhada tanto numa perspectiva tradicional como numa abrangente.

CHAUÍ (1989) apresenta contribuição interessante ao afirmar que o discurso da competência é um importante modo de dominação. O discurso competente é o discurso instituído, pois se confunde com a linguagem institucionalmente permitida, já que os interlocutores foram previamente reconhecidos como tendo o direito de falar e de ouvir. Todavia, os lugares e as circunstâncias já vêm pré-determinados, destacando o que, como, quando e quem pode falar e ouvir; fazendo com que o conteúdo e a forma também sejam estabelecidos previamente, segundo os cânones do discurso da competência, requerida pelo especialista.

Essa idéia é preocupante, pois nos sugere que não precisamos pensar, porque acreditamos que existem indivíduos especializados e competentes para pensar por nós (ALVES, 1985). Nessa perspectiva, os "conscientizados" (superiores, especialistas) consideram-se imbuídos da responsabilidade de ajudar os "não conscientizados" a realizar sua passagem para um estágio superior, seja considerado científico ou ideológico.

De acordo com CHAUI (1982), essa idéia gera o sentimento individual e coletivo de incompetência, tornando-se arma poderosa de dominação. Esses discursos competentes têm como objetivo fazer com que o sujeito considere sua própria vida como desprovida de sentido, enquanto não for obediente aos preceitos do "progresso científico" que lhe dirá como ver, tocar, sentir, falar, ouvir, escrever, ler, pensar e viver. Assim, a condição para o prestígio e para a eficácia da competência como discurso do conhecimento implica a afirmação e a aceitação tácita da incompetência dos homens, conquanto sujeitos sociais e políticos.

Por meio do discurso da competência, o profissional do lazer pode privilegiar a adaptação dos sujeitos aos modelos sociais de comportamento, tidos como "corretos". Além disso, trabalha-se a serviço da visão de mundo das classes dominantes, escamoteando as

diferenças de classe social e de poder, supondo que os indivíduos sejam os principais responsáveis pela posição que ocupam na estrutura social.

Esse projeto é hegemônico e representa uma trama social centrada na primazia do mercado, nos valores essencialmente econômicos e nos interesses dos grandes grupos industriais e financeiros. Os significados privilegiados desses discursos são competitividade, flexibilização, ajuste, globalização, privatização, desregulamentação, consumo e mercado. SILVA (1999a) afirma que, nesse projeto, o profissional, e, no nosso caso, o profissional da Educação Física que atua no âmbito do lazer, prioriza a instrumentalização, que poderá produzir dois grupos. Um deles é constituído por indivíduos privilegiados e adaptados ao ambiente competitivo do cenário ideal, imaginado pela lógica presente no mercado; no outro grupo se encontra a grande massa de indivíduos considerados dispensáveis, desempregados ou relegados a trabalhos repetitivos e rotineiros.

Discutindo, especificamente, os riscos da formação e da atuação de especialistas no campo do lazer, MARCELLINO (1996) ressalta que nesse campo específico o discurso da competência também se faz presente, gerando inúmeros problemas. Um dos problemas enfatizados pelo autor incide sobre o direcionamento excessivo das atividades, que deixa de lado o papel pedagógico da animação e contribui para reforçar os valores da ideologia dominante, encorajando práticas tradicionais que não possibilitam envolvimento crítico, criativo e consciente dos participantes.

Os "pacotes de lazer" também constituem uma dificuldade, pois são elaborados pelos profissionais para simples consumo e, na maioria das vezes, visam aos objetivos consumatórios de prazer e descanso. Essa estratégia é, freqüentemente, distante da população, já que não envolve a participação efetiva de todos os sujeitos; a atuação não está vinculada à

realidade local e o trabalho não é construído coletivamente, com base na realidade cotidiana da comunidade ou do grupo específico.

A tendência ao isolamento profissional, restrito a um único conteúdo cultural, também é problemática. A ação, nesse caso, torna-se restrita, uma vez que o profissional desconsidera a diversidade cultural que permeia o lazer, e assume o trabalho a partir do referencial específico de sua área de formação, desconsiderando a importância da realização de trabalhos integrados.

Além desses problemas, o autor observa que é preciso tomar cuidado com a disseminação de uma visão "moralista" do lazer, podendo transformá-lo numa espécie de censor das manifestações. É preciso também que o profissional evite a tendência à valorização de suas preferências em termos de conteúdo e gêneros, e observe os riscos decorrentes da atuação institucionalizada. Analisando esses riscos, percebemos que a imposição pode gerar a não-participação efetiva dos sujeitos, por meio da dominação sociocultural.

3.2. A Formação e a Atuação de Profissionais de Lazer na Área de Educação

Física: a Busca de Subsídios

Assim, é preciso repensar a partir de quais pressupostos o encaminhamento da formação de profissionais, e, no caso deste estudo, os da área da Educação Física que atuam (ou irão atuar) no campo do lazer, está sendo processado. Afinal, a formação deveria ultrapassar a mera informação e o simples desenvolvimento de conteúdos e técnicas, para que a intervenção com diferentes grupos possa ampliar os intercâmbios de experiências, objetivando a efetiva participação cultural.

Os currículos dos cursos de graduação em Educação Física precisam focar o lazer de maneira abrangente e contextualizada, concepção que se vem avolumando em algumas universidades, grupos de pesquisa e órgãos públicos espalhados pelo País.

No que se refere aos currículos de graduação em Educação Física, penso que as relações estabelecidas entre o lazer e a Educação Física se dão, em princípio, devido à questão de as atividades físicas e esportivas serem uma das possibilidades de lazer mais difundidas em nosso meio, tanto no que concerne à vivência quanto à assistência de jogos e competições esportivas. Além dessa dimensão, o lazer também vem-se constituindo em um espaço importante de estudo e pesquisa para os acadêmicos e os profissionais da Educação Física.

Paralelamente a essas possibilidades, destaco que os chamados interesses físico-esportivos representam apenas um ponto de partida para as inter-relações entre a Educação Física e o lazer nos currículos dos cursos de graduação, pois, sendo este um campo multidisciplinar, permite a integração entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento, aspecto que consideramos da maior importância para o desenvolvimento da área na sociedade atual³².

Por isso, não acredito que no contexto dos cursos de graduação em Educação Física o conhecimento teórico-prático, relacionado ao lazer, deve-se restringir à perspectiva das atividades físico-esportivas. O acadêmico de Educação Física, para lidar com a multiplicidade de interesses relacionados ao lazer, não precisa ser um exímio dançarino, músico, artista plástico ou mesmo esportista, dimensões que ultrapassam a especificidade da formação profissional nessa área. Mas o profissional de Educação Física qualificado para

³² O lazer pode ser desenvolvido em diferentes perspectivas. Em nosso meio, a classificação mais difundida foi elaborada por DUMAZEDIER (1979), distinguindo cinco campos fundamentais: os interesses físico-esportivos, os sociais, os artísticos, os manuais e os intelectuais. CAMARGO (1986) acrescenta a esses cinco campos um sexto, relacionado aos interesses turísticos. Esses campos estão intimamente relacionados, sendo diferenciados apenas para denotar a diversidade cultural que integra o lazer. Dessa forma, seria fundamental procurar alternativas de lazer com enfoques diferenciados que abranquem os vários interesses, ampliando o nosso acervo de experiências.

atuar no campo do lazer necessita, contudo, apreender o conjunto de competências gerais e específicas para o planejamento, a execução, a orientação e a avaliação das propostas ligadas ao lazer, além dos fundamentos teórico-práticos essenciais ao encaminhamento dessas ações.

Essas ações não precisam ser, necessariamente, ligadas apenas às atividades físico-esportivas de lazer, o que representaria um enfoque muito específico, restrito a um único campo de interesse. Ao apreender esse conjunto de competências e habilidades, as ações do profissional graduado em Educação Física podem estar voltadas para o gerenciamento de programas diversificados e abrangentes, ampliando espaços para a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e para o trabalho em equipe, bem como estabelecendo ações multidisciplinares sobre o lazer.

A partir dessas considerações preliminares, apresento algumas possibilidades de tratamento do lazer, como campo de formação e de aplicação possível no currículo dos cursos de graduação em Educação Física. Essas possibilidades são traduzidas a partir de diferentes eixos temáticos que poderão integrar as vivências pedagógicas relacionadas ao lazer no currículo desses cursos. Mais do que sugerir determinadas disciplinas a serem desenvolvidas no âmbito do lazer, considero fundamental apontar alguns elementos que possam fomentar novos diálogos a respeito da constituição desse campo de qualificação e de intervenção para os profissionais.

Esses eixos temáticos foram identificados a partir da análise de publicações recentes, e que tem se constituído em rico material de pesquisa para a área: Revista *Licere* – quatro primeiros fascículos da; Coletâneas do IX, do XI e do XII Encontro Nacional de Recreação e Lazer – ENAREL (realizados em 1997, 1999, 2000 e 2001, respectivamente³³);

³³ Sobre o ENAREL, cabe lembrar que foi a partir do ano de 1997, no evento realizado em Belo Horizonte, que pela primeira vez a Comissão Organizadora do evento organizou e publicou todos os textos completos apresentados em uma coletânea. E por isso, a escolha do material a partir desse ano. Além disso, é importante

Anais de encontros científicos (Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte – CONBRACE; Encontro Nacional de História da Educação Física Esporte e Lazer), que apresentam trabalhos dedicados à temática do lazer; programas de algumas disciplinas desenvolvidas na graduação/pós-graduação em Educação Física/Lazer. Esses eixos temáticos poderão servir de subsídios para aprofundar conhecimentos sobre o lazer no contexto dos cursos de graduação em Educação Física, em vários âmbitos, conforme o que se apresenta nos tópicos a seguir.

- **Lazer e sociedade** – Discussão sobre o lazer, como problemática social; significados etimológicos; valores incorporados na sociedade ocidental; relações estabelecidas com o trabalho; ocorrência do lazer do ponto de vista histórico-social; influências de diferentes fatores sociais, políticos e econômicos para o redimensionamento social do lazer; processo de constituição histórico-social do lazer no Brasil.
- **Lazer e produção do conhecimento** – O lazer enquanto campo sistematizado de estudos; contribuições das grandes áreas de conhecimento – sociologia, história, filosofia, psicologia, entre outras –; concepções e significados de lazer, no Brasil e no cenário mundial; especificidade e abrangência dos estudos construídos na área; pesquisa na área do lazer e sistematização do trabalho de conclusão do curso de graduação.
- **Lazer e educação** – O lazer e a construção social do discurso pedagógico: lazer, currículo e formação profissional; o lazer e os componentes do processo de ensino; inter, multi e transdisciplinaridade no lazer; relação teoria/prática; lazer, educação e políticas culturais; educação, poder e lazer; desigualdades de acesso à educação como desigualdades de acesso ao lazer; o lazer e a complexidade das questões educacionais; violência, educação e lazer.
- **Lazer, recreação e Educação Física** – Relações estabelecidas entre o lazer, a recreação e a Educação Física no Brasil e em outros países; corpo e lazer; Educação Física, jogos, brinquedos e outras práticas culturais lúdicas; atividades físico-esportivas de lazer:

esportes, dança, ginástica, caminhada; esportes radicais; contribuições da Educação Física para a saúde e qualidade de vida no lazer.

- **Lazer e cultura** – Contribuições da Antropologia para o entendimento do lazer como dimensão da cultura; o lúdico como elemento da cultura; lazer e folclore; análises e vivências teórico-práticas de diferentes conteúdos culturais: jogos, brinquedos, brincadeiras, festas.
- **Lazer e grupos sociais** – Questões culturais relacionadas à classe social, ao gênero e à sexualidade, à faixa etária, à etnia, à religião, à família e às pessoas portadoras de necessidades especiais; planejamento de programas e ações de lazer para os diferentes grupos sociais.
- **Políticas de lazer** – O lazer e as políticas sociais; o papel do Estado; cidadania, classes sociais e *status*; lazer como direito social: inclusão e exclusão; planejamento e avaliação de políticas públicas de lazer; lazer e comunidade; lazer e ação comunitária; mobilização social para o lazer.
- **Lazer e meio ambiente** – O lazer e a Agenda XXI; lazer e desenvolvimento sustentável; lazer, ética e educação ambiental; atividades múltiplas de lazer na natureza; lazer, meio ambiente e envolvimento comunitário.
- **Lazer e mercado de trabalho** – Globalização; emprego/empregabilidade/desemprego, indústria cultural do entretenimento; massificação cultural; produção/consumo de bens e serviços de lazer; avanços tecnológicos; competências e habilidades necessárias para o profissional do lazer; campos de atuação profissional: empresas, órgãos públicos, clubes, academias, spas, hotéis, hospitais, condomínios etc.; lazer e animação sociocultural.
- **Gestão do lazer** – Visão geral da administração; planejamento, execução e avaliação de projetos/ações de lazer: público-alvo; objetivos; conteúdos: metodologias de trabalho; recursos físicos, materiais, humanos e financeiros; estratégias de *marketing* e de operacionalização dos projetos e ações; avaliação dos resultados; cooperações e parcerias.

- **Psicologia aplicada ao lazer** – Relação entre lazer e prazer; atitudes, condutas, discriminação, valores individuais e culturais do lazer; emoção; fundamentos etológicos da conduta lúdica.
- **Lazer e espaço** – Espaço e sociedade; espaço de lazer; influência de aspectos arquitetônicos na construção e no aproveitamento de espaços destinados ao lazer; espaço cheio e vazio no lazer; barreiras espaciais – arquitetônicas, transporte, segurança; o imaginário da cidade; o brincar nos diferentes espaços; o consumo do espaço.
- **Lazer e mídia** – mídia e influência dos meios de comunicação de massa; Jogo virtual; a internet como espaço de lazer; espaços multimídia e a veiculação do lazer (Tv, rádio, vídeo, folders, jornais).

Esse levantamento inicial significa uma sugestão de temas que podem ser desdobrados em várias disciplinas, projetos e ações, tendo em vista aprofundar conhecimentos sobre o lazer, nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física. A definição específica das disciplinas, assim como ementa, conteúdo programático e carga horária de cada uma delas, poderá ou não abranger a totalidade desses assuntos, de acordo com a possibilidade de cada Instituição de Ensino Superior (IES), com o perfil profissional desejado e com as peculiaridades regionais.

Ressalto que, nesse processo, é fundamental buscar o equilíbrio entre a teoria e a prática, relacionando a formação com o campo real de trabalho ao longo de todo o curso, e não apenas nas supostas "etapas finais" da graduação. Além disso, sendo o lazer um campo multidisciplinar, o aprofundamento de conhecimentos nesse âmbito pode contar com o envolvimento de professores e profissionais de diferentes áreas, além das disciplinas que poderão ser cursadas em vários cursos e unidades acadêmicas da IES em questão, lançando olhares multidisciplinares sobre o lazer, em suas diferentes interfaces com o trabalho, com a cultura e com a educação.

Não podemos esquecer da proposta de Diretrizes Curriculares aprovada em abril de 2002 e que impulsionará mudanças nos currículos de formação profissional em Educação Física em nosso país. Neste caso, inicialmente, penso em três possibilidades para a inserção dos conhecimentos relativos à recreação e ao lazer nos currículos desses cursos: na primeira, esses conhecimentos continuariam sendo trabalhados por meio de algumas disciplinas durante todo o currículo, mas sem se constituir uma área específica de aprofundamento; na segunda, formando um campo de aprofundamento na própria licenciatura (lazer e educação, por exemplo), desde que se tenha uma visão ampliada desse tipo de formação; na terceira, organizando-se numa modalidade de aprofundamento nos cursos de graduação, como já acontece em algumas instituições no nosso país. É claro que essas questões não necessariamente precisam acontecer de forma estanque; pode haver o aprofundamento em lazer tanto na licenciatura quanto na graduação, dependendo da IES. No entanto, ao finalizar esse trabalho, acredito que essas discussões estão apenas sendo iniciadas e que necessitam de outros estudos que possam contribuir com a inserção desses conhecimentos no interior desses currículos.

Saliento, ainda, que os conhecimentos sobre o lazer, como parte integrante dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física, representam apenas uma das etapas da formação em uma perspectiva continuada, que necessita ser constantemente realimentada com cursos de atualização, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado, oferecidos por diferentes instituições de ensino. Essa perspectiva viabiliza a exploração das inúmeras possibilidades de estudo teórico-prático do lazer em diferentes âmbitos e áreas de conhecimento, aliando a pesquisa à reflexão sobre a prática pedagógica construída cotidianamente.

Acredito, portanto, que essas idéias possam contribuir para uma formação profissional que tenha como base à perspectiva da animação sociocultural, tendo em vista uma lógica diferente de atuação no campo do lazer.

3.3. A Formação e a Atuação do Profissional de Educação Física no Âmbito do Lazer na Perspectiva da Animação Sociocultural

São poucos os estudos que abordam as questões referentes à formação e à atuação no campo do lazer; a ênfase geralmente se limita ao mapeamento de características necessárias para o profissional. Não são, dessa forma, apresentadas propostas ou fundamentos que possam orientar a intervenção profissional no âmbito do lazer em nosso contexto sociocultural mais amplo.

Ao pensar uma lógica diferente da ação tradicional, é preciso buscar subsídios que fundamentem uma ação profissional mais abrangente e transformadora no campo do lazer; a perspectiva dos intelectuais orgânicos, proposta por GRAMSCI (1982), pode trazer algumas contribuições, já que esses podem viabilizar a circulação de teses e posições que se contrapõem às hegemônicas, comprometendo-se com as camadas populares.

Dessa forma, os intelectuais orgânicos devem influenciar, a partir de uma perspectiva de resistência e de contra-hegemonia, no processo de luta emancipatória por parte dos segmentos populares e marginalizados da sociedade. No exercício profissional, esses intelectuais devem representar um conjunto orgânico de experiências coletivamente produzidas e organizadas no intuito de permitir a compreensão crítica dos mecanismos de opressão, presentes em nosso cotidiano, assim como o conhecimento e a criação de mecanismos para a luta contra essa opressão.

Diante dessa perspectiva, saliento a importância de repensar o processo de formação e atuação profissional no âmbito do lazer, base para o empreendimento de ações politicamente engajadas e comprometidas com a mudança da realidade injusta, encontrada em nosso meio, e a animação sociocultural representa um caminho possível para o alcance desses princípios.

Apesar de muita discussão sobre o termo animação, em virtude da sua associação com o trabalho desenvolvido por “palhaços” ou “animadores de auditório”, é essa a terminologia que pretendo defender nesse estudo. Ao pensar na diferença entre esses profissionais, não pretendo reforçar preconceitos existente contra todos eles, pois acredito na importância e na existência de espaços para ação de cada todos eles. No entanto, faz se necessário diferenciar as características da atuação de cada um.

Por esse enfoque, penso ser necessário retomar o sentido da palavra animação, que, na língua portuguesa, significa ato e efeito de animar; alegria e entusiasmo. Animar, por sua vez, significa dar alma ou vida; dar ânimo, coragem, vigor, força; estimular e encorajar. Assim, o animador trabalha com vivências que possam viabilizar, entre outras coisas, prazer e alegria, na intenção de estimular as pessoas em seus momentos de lazer.

Trabalhar com a animação não significa atuar de forma estereotipada ou como um “apresentador de auditório”, que procura estimular o consumo alienado do divertimento, mas sim intervir com a idéia da construção coletiva da satisfação, do prazer e da alegria, e isso implica lidar com limites e possibilidades das mais diversas ordens.

O termo “sociocultural” associado à “animação”, remete-nos a pensar que esse profissional busca alicerçar seu trabalho na vontade social e no compromisso político-pedagógico de promover mudanças nos planos cultural e social. Uma ação preocupada com essas questões pode contribuir, portanto, com o efetivo exercício de cidadania e com a

melhoria da qualidade de vida, buscando a transformação social, para tornar nossa realidade mais justa e humanizada. Representa, assim, uma ação educativa preocupada com a emancipação dos sujeitos.

É essencial para o trabalho do animador sociocultural tornar, como diz GIROUX (1997), o pedagógico mais político e o político mais pedagógico. Tornar o pedagógico mais político significa inserir as vivências de lazer dos sujeitos diretamente na esfera política, reforçando a idéia de que o lazer representa uma possibilidade de luta em relação às questões de poder. Dentro dessa perspectiva, reflexão e ações críticas são fundamentais para a construção de um projeto social que colabore na luta para superar as injustiças sociais, econômicas, culturais, e para humanizarem-se ainda mais como parte dessa luta.

Para tornar o político mais pedagógico é necessário utilizar formas de trabalho educacionais que tratem os sujeitos como “agentes críticos”, utilizar o diálogo crítico e criativo, bem como argumentar em prol de um mundo qualitativamente melhor para toda a população. Para isso, é importante que os animadores socioculturais dêem voz ativa às pessoas em suas experiências no campo do lazer.

CARVALHO (1977), apesar de destacar que o profissional da Educação Física é o mais habilitado para atuar no campo da animação sociocultural – idéia da qual discordo, pela própria necessidade e importância de se empreender projetos e ações integradas no campo do lazer –, oferece alguns subsídios para o entendimento do papel desse profissional de maneira abrangente, aspectos que não se limitam a uma área específica.

Em seu trabalho, CARVALHO (1977) afirma, ainda, que a “*animação sociocultural é uma ação espontânea ou orientada*” (p.35). Ela pode ser desencadeada, portanto, a partir de ações empreendidas pelo próprio sujeito, família ou grupo social (quando alguém opta pelo passeio, pela participação em uma festa, por assistir ou participar de um

jogo etc), ou estimulada por meio de ações profissionais (por exemplo, quando órgãos públicos, empresas privadas, organizações não governamentais ou comunidades desenvolvem projetos e ações de lazer que contam com a participação de profissionais encarregados de auxiliar ou, mesmo, de "promover" programas de lazer para outras pessoas). Tanto o conformismo e a passividade, por um lado, como o pensar crítico e a resistência, por outro, podem estar presentes nesses dois eixos.

Dessa forma, penso ser imprescindível refletir sobre o próprio sentido da animação sociocultural, já que nem sempre é necessária a presença de um profissional para que as vivências de lazer aconteçam. Os próprios sujeitos podem, espontaneamente, desenvolver os conteúdos que desejarem. No entanto, em outros momentos ou espaços é interessante (e muitas vezes fundamental) a participação de um profissional que possa contribuir para o desenvolvimento de experiências de lazer, comprometidas com a mobilização e o engajamento político.

Todavia, o profissional que atua no âmbito do lazer deve respeitar alguns princípios básicos, tais como a adesão livre e espontânea, a liberdade para que todos possam participar do processo como sujeitos que detêm o direito de optar, de construir coletivamente os projetos e as ações desenvolvidos, buscando respeitar a diversidade cultural que integra o campo do lazer.

Sobre essa questão, CARVALHO (1977) afirma que os objetivos da animação sociocultural são: promover uma compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca; buscar maior participação de todos nas questões sociais mais amplas, por meio da busca de soluções coletivas, sempre renovadas, para os problemas de sua comunidade; e, também, possibilitar uma preparação para empreender mudanças na sociedade, gerando um pensar constante sobre o papel dos sujeitos nesse sentido.

Essa idéia fornece alguns elementos para a consideração do lazer como meio e fim educacionais, estimulando a participação cultural com vistas ao estabelecimento de uma nova ordem sociocultural. Para tanto, é imprescindível que as experiências de lazer sejam discutidas, planejadas, executadas e avaliadas por todos os sujeitos envolvidos, e que o profissional possa auxiliar esse processo de construção cultural, cuja implementação pode acontecer a partir da motivação dos sujeitos para a formação de grupos de interesses culturais, mobilizando condições para a ampliação, a diversificação e a democratização das inúmeras possibilidades de conteúdos culturais.

De acordo com CARVALHO (1977), a atuação profissional desenvolvida na perspectiva da animação sociocultural precisa ser definida por meio de quatro aspectos. Um desses aspectos (facilitação) visa a um trabalho de interação e de trocas de informações entre pessoas e grupos, abrindo novos canais de comunicação; o segundo (clarificação) busca a conscientização dos sujeitos a respeito dos significados do individual e do coletivo; o terceiro (catalização) compromete-se com a importância de suscitar a iniciativa do grupo, para que todos elaborem suas próprias ações concretas; e o quarto (promoção) é resultante de toda ação realizada, para ponderar sobre a necessidade de uma autêntica via participativa dos sujeitos, em busca da emancipação.

No que se refere ao campo do lazer, para que a formação e a atuação profissional se consolidem sobre a perspectiva da animação sociocultural, é imprescindível a realização de estudos aprofundados sobre as relações mais amplas que são engendradas nas vivências de lazer, o que pode levar a maior compreensão do nosso cotidiano, considerando os diferentes pontos de vista, interesses e conhecimentos que engloba. Nesse caso, a ação/reflexão/ação é um encaminhamento fundamental, e o profissional deve tornar-se pesquisador de sua prática,

reforçando o compromisso com o avanço do conhecimento e com a compreensão da realidade, promovendo uma interação entre teoria e prática.

Concordo com MOREIRA (1995) quando diz que a prática reflexiva é um processo privilegiado que permite ao profissional aprender a partir da análise crítica de sua própria ação. O autor salienta que o profissional tem grande responsabilidade social, mediante o exercício constante da pesquisa. Isso requer a ampliação da concepção de pesquisa, de forma a incluir a investigação sistematizada e reflexiva sobre a prática cotidiana. No entanto, GRAMSCI (1982) nos fala que criar uma cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa, também, e, sobretudo, socializá-las ou difundir criticamente essas “verdades” já descobertas.

GRAMSCI (1982) aponta, ainda, a necessidade de os intelectuais, aqui entendidos como animadores socioculturais, assumirem um projeto de transformação da sociedade, por intermédio de uma revolução cultural, que dependa da superação do senso comum e das velhas concepções do mundo. Nesse sentido, os animadores socioculturais necessitam: 1) trabalhar incessantemente para possibilitar um pensamento crítico por parte das camadas populares, o que significa criar uma elite de intelectuais de um novo tipo, que surjam da própria massa e permaneçam em contato com ela, tornando-se sua base; 2) repetir várias vezes os próprios argumentos, com o intuito de agir sobre a mentalidade popular.

A animação sociocultural pode ser também caracterizada como ação desenvolvida por diferentes lideranças, tanto por meio de atuação de profissionais com formação geral (com estudos e experiências mais abrangentes) quanto com formação específica (graduados nas diferentes áreas do saber) e, ainda, pela atuação de voluntários (lideranças espontâneas das comunidades que colaboram na mobilização, no planejamento, na execução e na avaliação das vivências de lazer).

Segundo estudos empreendidos por BERNET (1997), a animação sociocultural tem como finalidade promover nos grupos e comunidades uma atitude de participação ativa no processo de desenvolvimento social e cultural. Assim, a idéia de participação constitui um dos núcleos centrais da atuação do profissional do lazer, preocupado com a animação sociocultural, e, nesse caso, não se trata somente de incentivar a participação em atividades, mas de despertar as pessoas para a importância da atitude participativa. O autor concebe a animação sociocultural como ação educativa, e esclarece que ela é orientada para o entendimento dos sujeitos não como clientes de determinada oferta e serviços de atividades de lazer, mas como cidadãos ativos de seu grupo ou comunidade, responsáveis pelo processo de desenvolvimento dos projetos com os quais se envolvem.

Nessa perspectiva, o fundamental é entender que o objetivo central da animação sociocultural é fomentar nas pessoas, nos grupos ou nas comunidades, atitudes abertas e orientadas para a o envolvimento nas dinâmicas e nos processos sociais e culturais que os constituem, sendo todos responsáveis pela construção dos princípios norteadores da vida cotidiana (BERNET, 1997).

De certo modo, essa noção de animação sociocultural é encaminhada para a autonomia dos sujeitos, que poderão dar continuidade aos projetos e ações de lazer sem a participação do profissional que trabalha na perspectiva da autogestão. Embora possa parecer que a ação profissional acabe se tornando desnecessária, nossa realidade aponta para um trabalho que pode ser fundamental para a construção de nova dinâmica sociocultural, e ainda há muito que ser feito nesse sentido.

Essa visão aponta para a necessidade de o profissional de Educação Física, que atua no âmbito do lazer, assumir, vigorosamente, suas responsabilidades pedagógicas e políticas. Acreditamos que essa ação não é uma prática desinteressada, desconectada das

relações de dominação de classe e de poder, pois possui expressiva dimensão política. Ela poderá ser mais efetiva, quanto mais estreita for a relação estabelecida com as comunidades, e tem o importante papel de auxiliar a ampliação dos canais de informação das pessoas, especialmente daquelas que são sistematicamente excluídas em relação ao lazer, alertando-as para as possibilidades de educação e de desenvolvimento, o que pode ser também proporcionado nas vivências de lazer.

PINTO (1995) ressalta a necessidade de formação de profissionais para o campo do lazer, pautada em estudos aprofundados sobre as relações mais amplas no conjunto das vivências lúdicas, o que pode levar a maior compreensão do nosso cotidiano, considerando os diferentes pontos de vista, interesses e conhecimentos que engloba.

Além disso, é fundamental que o profissional se envolva e participe, de forma crítica e criativa, com diferentes práticas culturais, priorizando a ampliação das suas próprias vivências de lazer, de modo condizente com sua prática profissional. Ele deve tentar, portanto, minimizar as barreiras que pode enfrentar no seu próprio lazer, e diversificar as possibilidades de apropriação desse momento. Mas não é possível esquecer que o profissional também se insere nesse contexto sociocultural, estando, portanto, sujeito às mesmas dificuldades apresentadas pelas demais pessoas.

Considero a atuação profissional no campo do lazer importantíssima, principalmente por dois motivos. Primeiramente, em virtude da possibilidade de acesso aos conhecimentos sobre o lazer, considerando o papel de desenvolvimento pessoal e social como um dos seus pilares básicos. Segundo, por estar relacionada ao conjunto de barreiras presentes na prática do lazer, que tem como pano de fundo o fator econômico, alicerçado nos preconceitos elaborados em relação à grande parte da população (mulheres, crianças, idosos, portadores de deficiência, negros, índios, homossexuais, dentre outros).

Os profissionais comprometidos com essa visão precisam respeitar e compreender a diversidade cultural, buscando a reflexão e a ampliação do seu potencial crítico e criativo, tendo em vista a complexidade e o processo dinâmico de nossa sociedade. A partir daí, torna-se possível descobrir novas formas de enfrentar as barreiras socioeconômicas que dificultam a participação cultural no lazer (WERNECK, 2000).

Segundo BERNET (1997), os profissionais tradicionais trabalham com a idéia da difusão cultural e sua intervenção aponta para o consumo cultural, que expressa uma orientação elitista. Além disso, como citado anteriormente, eles conduzem à alienação, à manipulação e à passividade. Portanto, enfatizam em sua atuação os indivíduos e as comunidades como meros receptores de cultura, enquanto a noção de animação sociocultural pretende fazer dos sujeitos e grupos agentes ativos e participativos, no que se refere às decisões que envolvem as suas vivências de lazer.

A ação encaminhada na perspectiva da animação sociocultural supõe, portanto, uma revalorização da cultura popular ante a cultura tida como dominante (ou de elite), e se concretiza como alternativa de participação real e criativa, do que simplesmente a mera difusão/reprodução cultural. Isso não quer dizer que a idéia de difusão não possa estar presente na animação sociocultural; ela é complementar a essa idéia e ambas devem estar integradas às políticas de ações culturais (BERNET, 1997).

Na busca de superação de uma vivência de lazer, moldada pela produção/consumo dominante na sociedade, é necessário que a educação incorpore relações culturais, transformando-as em ações críticas, ampliando chances de escolha de conteúdos e educando para a inclusão de todos os segmentos historicamente marginalizados.

Uma ação competente por parte do animador sociocultural é necessária para se ter uma visão ampliada de lazer. A partir dessa ótica, entendo que o profissional deve pensar os

espaços de atuação como "centros de cultura popular" (MARCELLINO, 2000). Nessa perspectiva, é preciso observar aspectos relacionados a conteúdo, forma, abrangência, espaço, elementos humanos e recursos materiais.

Em termos de conteúdo, isso significa trabalhar com os vários campos de interesse, nos diferentes gêneros, buscando a ultrapassagem de níveis conformistas para níveis críticos e criativos. No que se refere à forma, é necessário buscar o estabelecimento de uma prática na ação dos profissionais, que devem estar embasados nos estudos sobre o lazer. Já a abrangência possibilita a participação de todos os envolvidos na definição das etapas a serem desenvolvidas.

Considerando a questão do espaço, é preciso procurar ultrapassar os limites dos espaços e equipamentos de lazer, buscando a ressignificação do contexto em que se realizam as propostas. Outro aspecto importante diz respeito aos elementos humanos, ou seja, o trabalho poderá ser desenvolvido por equipes compostas por profissionais de diversas áreas de atuação; um desafio a ser enfrentado, já que o mercado de trabalho tenta delimitar os espaços de cada profissional. Finalmente, ao buscar a ampliação dos recursos materiais, é fundamental utilizar todas as possibilidades existentes, combinando-as com material alternativo.

Precisamos, dessa forma, romper com a visão tradicional, e essencialmente tecnicista, tão comum em nosso meio, acreditando na construção de uma prática comprometida com a criação e a *recriação* constante de cultura pela ação consciente, ética, crítica e criativa. Essa atuação precisa comprometer-se, ainda, com mudanças sociais que considerem as lutas contra as injustiças presentes em nosso cotidiano, na intenção de concretizar uma sociedade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e que contemple possibilidades de participação cultural e de democratização social.

É necessário que os animadores socioculturais desenvolvam um discurso que alie a dimensão da crítica com a linguagem da possibilidade, com o intuito de que os sujeitos possam reconhecer o seu potencial na promoção de mudanças. Dessa maneira, eles podem manifestar-se contra as injustiças de diferentes ordens (econômica, política, cultural etc), apresentadas dentro e fora do contexto do lazer. Assim, o ponto de partida desses animadores não é o sujeito isolado, mas sim pessoas e grupos em seus diversos contextos social, cultural, histórico, étnico, de classe e de gênero, juntamente com a particularidade de suas diferentes necessidades, esperanças e sonhos.

Finalmente, é preciso lembrar que, apesar de um aumento nas iniciativas da área vir contribuindo para o avançar dessas propostas, necessitamos de estudos teórico-práticos que se preocupem com a atuação dos profissionais nos diversos contextos, buscando uma reflexão sobre as vivências de lazer desenvolvidas em diferentes âmbitos.

Reflexões que ampliem a visão das lideranças que atuam no lazer para socializar e democratizar a apropriação, a criação e a *recriação* de diferentes conteúdos culturais, historicamente construídos, buscando o equilíbrio entre o consumo, o cidadão e a participação crítica, criativa, lúdica e transgressora no exercitamento, na expectativa e na busca de conhecimento, atentos às questões mais amplas que integram a nossa dinâmica social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo, propus-me a discutir questões referentes à inserção das disciplinas sobre recreação e lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física, tendo em vista a formação de profissionais para atuar no âmbito do lazer, na perspectiva do animador sociocultural.

Foi possível observar, por meio dos dados coletados na pesquisa documental realizada, em vários cursos de graduação em Educação Física, alguns limites e possibilidades no trabalho das disciplinas sobre recreação e lazer no interior desses currículos. É nítida a falta de clareza sobre o enfoque utilizado nas disciplinas. Isso pôde ser identificado já a partir do nome atribuído a elas: em algumas instituições utiliza-se o termo recreação; em outras, lazer, sendo ainda possível encontrar os dois termos.

O desenvolvimento dos conhecimentos tem-se dado a partir da idéia de que a recreação é uma “receita” de atividades e propostas, não superando a sua tradição “prática” e, ainda, com dificuldades de fomentar a sistematização de conhecimentos efetivamente teórico-práticos. Por outro lado, o lazer, apesar do crescimento no número de estudos sobre o tema, é compreendido, ou como algo não sério, ou como forma de recuperar as energias do trabalho realizado por outras disciplinas, ou, ainda, como um filão no mercado que abre amplas possibilidades de ganhos, por meio do desenvolvimento de vivências que enfatizam o consumo acrítico das pessoas envolvidas.

Quanto à especificidade na discussão sobre a recreação e o lazer nos cursos de formação profissional em Educação Física, há uma grande preocupação com a atuação desse profissional no mercado de trabalho. Por isso, em alguns programas, o desenvolvimento dos conteúdos se apóia na adequação às exigências desse mercado, sem um olhar crítico sobre o trabalho que é desenvolvido nos diferentes espaços.

Além disso, notei que em alguns programas desenvolvidos a discussão é centrada nos interesses físico-desportivos, enquanto que em outros parece existir uma diferenciação sobre a recreação e o lazer no interior desses currículos. No segundo caso, identifiquei, portanto, uma formação voltada para o gerenciamento de programas diversificados e abrangentes, tendo em vista a ampliação de espaços para a participação de profissionais de diferentes áreas do conhecimento e para o trabalho em equipe, podendo propiciar o estabelecimento de ações interdisciplinares sobre o lazer.

Vários são os conteúdos desenvolvidos no interior das disciplinas que tratam da recreação e do lazer nesses currículos, demonstrando a diversidade de possibilidades e de conteúdos culturais presentes em nosso contexto. No entanto, duas questões me chamaram a atenção: primeiro, a ênfase na atividade recreativa, principalmente numa perspectiva técnico-operacional, tendo como referência o desenvolvimento de uma gama de atividades, tais como: jogos, brinquedos e brincadeiras populares, esportes, gincanas, acampamentos, colônias de férias, brinquedos cantados, teatro. O segundo ponto refere-se à teoria do lazer, fundamentada nos conhecimentos da Sociologia, conhecimentos estes que privilegiam uma visão crítica e novos encaminhamentos teórico-práticos no contexto das disciplinas.

Com relação à importância atribuída à recreação e ao lazer nos currículos desses cursos, existe contradição entre o que se propõe como objetivo e o que realmente se realiza no interior dos currículos. Nesse sentido, muitos cursos afirmam em seus objetivos que a

recreação e o lazer são campos de atuação do profissional de Educação Física, além do treinamento desportivo e da escola, e que o seu currículo irá privilegiar esses três enfoques. No entanto, fica difícil formar profissionais qualificados para atuar nos campos da recreação e do lazer, se esses conhecimentos são trabalhados de forma rápida e superficial, em virtude da pequena abertura que têm, em termos de carga horária, número de disciplinas e abordagem dentro de outras disciplinas do currículo.

No contexto deste estudo, a teoria do currículo utilizada demonstra que nenhum conhecimento é neutro; portanto, ocorre uma seleção de cultura, que é realizada em ambiente mais amplo de possibilidades. Por isso, ao enfatizar determinados saberes e ao omitir outros, essa seleção expressa uma posição político-ideológica que opera a favor dos interesses de determinados grupos. Presenças e ausências nos currículos resultam de disputas culturais e de embates em torno dos conhecimentos, das habilidades e dos valores considerados dignos de serem transmitidos e apreendidos, bem como dos significados que se deseja ver compartilhados. Nesse sentido, a análise dos currículos dos cursos de graduação em Educação Física demonstra que a discussão dos conhecimentos sobre a recreação e o lazer tem pequeno espaço no interior dos cursos.

Por outro lado, as possibilidades de inserção no campo da recreação e do lazer para profissionais de Educação Física vêm crescendo, o que é demonstrado pelo surgimento de diferentes oportunidades de trabalho no mercado a cada dia, além de pesquisas, eventos científicos, publicações, projetos de extensão, assessorias que se ampliam principalmente nas universidades brasileiras. Dessa forma, percebe-se incompatibilidade entre a forma como esses conhecimentos são tratados nos currículos de graduação em Educação Física e as diferentes oportunidades de estudo e de atuação profissional que o campo vem abrindo para profissionais formados.

Isso exige a formulação de novas propostas curriculares, que possam suscitar um redimensionamento da recreação e do lazer no interior desses currículos, superando a tradição supostamente prática arraigada, e delineando com mais coerência os programas das disciplinas desenvolvidas nesse âmbito. É necessário lidar com esses saberes não apenas a partir da oferta de disciplinas, mas através de uma série de ações expressivas que possam contribuir com uma sólida formação, e estreitar vínculos entre a formação e a intervenção profissional, na perspectiva da animação sociocultural.

Este trabalho é, ao mesmo tempo, análise de situação e proposta de alternativas, baseado em valores que se comprometam com um projeto transformador de sociedade, na intenção de contribuir, na área de atuação da Educação Física, para tornar a realidade mais justa e igualitária, que respeite as diferenças e crie possibilidades de participação cultural e de democratização social. Para que este projeto seja concretizado, é necessário que os currículos de graduação em Educação Física sejam vistos, sobretudo a partir de uma perspectiva cidadã, ampliando as chances de que as discussões presentes em seu interior constituam canais de resistência, mobilização e engajamento político.

Conforme discutido no primeiro capítulo deste estudo, esta reflexão também representa um exercício de poder, e espero que ela não seja vista como estratégia de imposição de idéias, mas sim como ponto de partida para auxiliar o empreendimento de ações coletivas no processo de construção curricular da Educação Física, bem como para ampliar o conhecimento teórico-prático sobre a recreação e o lazer neste contexto. Que as lacunas aqui encontradas sirvam, assim, de incentivo para a realização de novos estudos sobre a inserção da recreação e do lazer nos currículos dos cursos de graduação em Educação Física.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem. *Filosofia da ciência*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

APPLE, Michael. *Ideologia e currículo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

BECKERS, Theodorus. O capital humano em lazer. In: Serviço Social do Comércio/World Leisure and Recreation Association. *Lazer numa sociedade globalizada/Leisure in a globalized society*. São Paulo: SESC/WLRA, 2000. p.251-266.

BERNET, Jaume T. Concepto, discurso y universo de la animación sociocultural. In: _____. *Animación sociocultural: teorías, programas y ámbitos*. Barcelona: Ariel, 1997. p.13-39.

BETTI, Mauro. *Educação Física e sociedade*. São Paulo: Movimento, 1991.

BETTI, Mauro. Perspectivas na formação profissional. In: MOREIRA, Wagner W. (Org.) *Educação Física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992. p.239-260.

BETTI, Mauro. *A janela de vidro: esporte, televisão e Educação Física*. Campinas: Papirus, 1998.

BORGES, Cecília M. F. *O professor de Educação Física e a construção do saber*. Campinas: Papirus, 1998.

BRACHT, Valter. *Educação Física e ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1999.

BRAMANTE, Antonio C. *Identificação de um contexto para o desenvolvimento de um currículo em recreação e estudos do lazer no Brasil em nível de terceiro grau: aplicação do Método Delfos*. Pennsylvania: Penn State University, 1988. (Tese, Doutorado em Recreação e Parques).

BRAMANTE, Antonio C. Concepções e significados de lazer. *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.9-17, 1998.

BRAMANTE, Antonio C. Gestão do lazer e do entretenimento: uma proposta de currículo para formação profissional. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário

Camboriú. *Coletânea...* Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000. p.49-56.

BRASIL. Resolução n.69 de 6 nov. 1969, do Conselho Federal de Educação. *Fixa os mínimos de conteúdos e duração do curso de Educação Física*. Documento. Rio de Janeiro, 1969.

BRASIL. *Política nacional de Educação Física e desportos*. Lei n.6.251, Plano Nacional de Educação Física e Desportos, Brasília, 1976.

BRASIL. Resolução n. 3, de 16 de jun. 1987, do Conselho Federal de Educação. *Fixa os mínimos de conteúdos e duração a serem observados nos cursos de graduação em Educação Física* (bacharelado e/ou licenciatura plena).

BRASIL. Parecer N. CNE/CES 0138/2002, de 25 de abril de 2002, do Conselho Federal de Educação. *Institui Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Educação Física*.

BRÊTAS, Angela. Recreação e a psicologia sócio-histórica: novas bases, novos caminhos. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997, Goiânia. *Anais...* Goiânia: Gráfica e Editora Potência, 1997. p.1050-1056.

BRUHNS, Heloísa T. Relações entre a Educação Física e o lazer. In: BRUHNS, Heloísa T. (Org.). *Introdução aos estudos do lazer*. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p.33-59.

BRUYNE, Paul; HERMAN, Jacques, SCHOUTHEETE, Marc. *Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CAMARGO, Luiz O. L. *O que é lazer?* São Paulo: Brasiliense, 1986.

CARMO, Apolônio A. Licenciatura e/ou bacharelado: alguns entendimentos possíveis. *Motrivivência*, Sergipe, v. 1, n. 1, p.73-76, 1988.

CARVALHO, A. Melo de. *Cultura física e desenvolvimento*. Lisboa: Compendium, 1977.

CAVALCANTI, Kátia Brandão. *Esporte para todos: um discurso ideológico*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1982. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Moderna, 1982.

CHAUÍ, M. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1989.

COELHO, Ildu M. A questão política do trabalho pedagógico. In: BRANDÃO, Carlos R. (Org.) *O Educador: vida e morte*. 11. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

COSTA, Lamartine P. *Formação profissional em Educação Física, Esporte e Lazer no Brasil: memória, diagnóstico e perspectivas*. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

COSTA, Vera Lúcia Menezes. A formação universitária do profissional de Educação Física no Brasil. In: PASSOS, S. (Org.) *Educação Física e esportes na Universidade*. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988. p.207-224.

CURY, Carlos R. Jamil. *Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

DAOLIO, J. Educação Física e cultura. *Corpoconsciência*, Santo André: FEFISA, n.1, p.11-28, 1998.

DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, Joffre. *Questionamento teórico do lazer*. São Paulo: Sesc, 1975.

DUMAZEDIER, Joffre. *Sociologia empírica do lazer*. São Paulo: Perspectiva, 1979.

DUMAZEDIER, Joffre. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: Sesc, 1980.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. Professor de Educação Física: licenciado generalista. In: OLIVEIRA, Vitor M. (Org.) *Fundamentos pedagógicos da Educação Física*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987, p.15-33.

FARIA JUNIOR, Alfredo G. Perspectivas na formação profissional em Educação Física (1992) In: MOREIRA, Wagner W. (Org.) *Educação Física e esportes: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Papirus, 1992. , p.227-238.

FERREIRA, Acácio. *Lazer operário: um estudo da organização social das cidades*. Salvador: Livraria Progresso, 1959.

FONSECA, Ingrid, MELO, Victor A. O professor de Educação Física e sua atuação na área do lazer: relações históricas e problemas contemporâneos. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. *Coletânea...* Belo Horizonte: UFMG/EEF/CELAR, 1997. p.648-657.

GAELZER, Lênea. *Lazer: bênção ou maldição?* Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 1979.

GAELZER, Lênea. *Ensaio à liberdade: uma introdução ao estudo da educação para o tempo livre*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1985.

GIROUX, Henry A. *Escola crítica e política cultural*. São Paulo: Cortez, 1987.

GIROUX, Henry A. *Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.

GIROUX, Henry. A., SIMON, Roger. Cultura popular e pedagogia crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antonio F., SILVA, Tomaz T. (Org.) *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p.93-124.

GOODSON, Evor F. *Currículo: teoria e história*. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

- GOUVÊA, Ruth. *Recreação*. 4. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1969.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- KUNZ et al. Novas diretrizes curriculares para os cursos de graduação em Educação Física: justificativas – proposições – argumentações. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, 20 (1), p.37-47, set. 1998.
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papirus, 1983.
- MARCELLINO, Nelson C. A sala de aula como espaço para o “jogo do saber”. In: MORAIS, Regis (Org.) *Sala de aula: que espaço é esse?* Campinas: Papirus, 1986. p.59-70
- MARCELLINO, Nelson C. *Lazer e educação*. Campinas: Papirus, 1987.
- MARCELLINO, Nelson C. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papirus, 1990.
- MARCELLINO, Nelson C. *Estudos do lazer: uma introdução*. Campinas: Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, Nelson C. O lazer na atualidade brasileira: perspectivas na formação/atuação profissional. *Licere*, Belo Horizonte, v.3. n.1, p.125-133, set. 2000.
- MARINHO, Inezil P., et al. *Manual de recreação: orientação dos lazeres do trabalhador*. Rio de Janeiro: Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1952.
- MARINHO, Inezil P. *Educação Física, recreação e jogos*. Rio de Janeiro: [s. ed.], 1957.
- MOREIRA, Antonio F. O currículo como política cultural e a formação docente. In: SILVA, Tomaz T., MOREIRA, Antonio F. (Org.) *Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais*. Petrópolis: Vozes, 1995. p.7-20.
- MOREIRA, Antonio F. Currículo, utopia e pós-modernidade. In: _____. (Org.) *Currículo: questões atuais*. Campinas: Papirus, 1997. p.9-28.
- MOREIRA, Antonio F., SILVA, Tomaz T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. (1995) In: MOREIRA, Antonio F., SILVA, Tomaz T. (Org.) *Currículo, cultura e sociedade*. 2. ed. São Paulo: Cortez Editora, 1995. p.7-37.
- MOREIRA, Wagner W. Repensar a formação profissional. In: PASSOS, S. (Org.) *Educação Física e esportes na Universidade*. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988. p.261-275.
- OLIVEIRA, Amauri A. B., COSTA, Lamartine P. Educação Física/Esporte e formação profissional/campo de trabalho. In: GOELLNER, S. V. (Org.) *Educação Física/Ciências do Esporte: intervenção e conhecimento*. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p.101-127.

OLIVEIRA, José G. M. Preparação profissional em Educação Física. In: PASSOS, S. (Org.) *Educação Física e esportes na Universidade*. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988. p.227-245.

PEIXOTO, Elza Margarida de M., BARLETTA, Eurídia R. Notas sobre a Recreação e Lazer no âmbito dos cursos de graduação em Educação Física da Universidade Estadual de Londrina. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea...* Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000. p.113-127.

PELLEGRINI, Ana Maria. A formação profissional em Educação Física. In: PASSOS, S. (Org.) *Educação Física e esportes na Universidade*. Brasília: MEC/SEED/UnB, 1988. p.247-259.

PIMENTEL, Giuliano Gomes de A. Grupos de estudo na perspectiva da formação profissional: uma estratégia de educação pela pesquisa. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 12, 2000, Balneário Camboriú. *Coletânea...* Balneário Camboriú: Roca/Universidade do Vale do Itajaí, 2000. p.176-183.

PINTO, Leila M. S. M. *A recreação/lazer e a Educação Física: a manobra de autenticidade do jogo*. Campinas: Faculdade de Educação Física da Unicamp, 1992. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

PINTO, Leila M. S. M. A formação de educadores para o lazer. In.: SMES/PBH (Org). *O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas*. Belo Horizonte: PBH/SMES, 1995.

PINTO, Leila M. S. M. Formação de educadores e educadoras para o lazer: saberes e competências. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 22, n. 3, p.9-21, maio. 2001.

PINTO, Leila M. S. M., et al. Graduação em Educação Física: avaliando a formação profissional. In: SOUSA, Eustáquia S., VAGO, Tarcísio M. (Org.) *Trilhas e partilhas: Educação Física na cultura escolar e nas práticas sociais*. Belo Horizonte: Cultura, 1997. p.191-204.

PINTO, Leila M. S. M., et al. Recreação, lazer e Educação Física/Ciências do Esporte: conhecimento e intervenção. In: GOELLNER, Silvana V. (Org.) *Educação Física/Ciências do Esporte: Intervenção e conhecimento*. Florianópolis: Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, 1999. p.101-127.

PRADO, Antonio M. *Educação Física de tempo livre: tendências para capacitação profissional*. São Paulo: Escola de Educação Física da USP, 1988. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

REQUIXA, Renato. *O lazer no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1977.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Trad. Ernani F. da F. Rosa. 3. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANT'ANNA, Denize B. *O prazer justificado: história e lazer*. São Paulo: Marco Zero/ PNCR/ BIC/ MCT – CNPq, 1994.

SANTOMÉ, Jurjo T. *El currículo oculto*. Madrid: Morata, 1995.

SANTOS, Edmilson S. dos. O ensino de recreação: repensando algumas práticas. *Movimento*. Porto Alegre, Ano VII, n.15, p.89-105, 2001.

SCHMIDT, Maria J. *Educar pela recreação: para pais e educadores*. 3. ed. Rio de Janeiro: Agir Editora, 1964.

SEVERINO, Antonio J. *Educação, ideologia e contra-ideologia*. São Paulo: EPU, 1986.

SEVERINO, Antônio J. *Metodologia do trabalho científico*. 17. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SILVA, Tomaz T. A economia política do currículo oculto. In: SILVA, Tomaz T. *O que produz e o que reproduz em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

SILVA, Tomaz T. Currículo e identidade social: territórios contestados. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em Educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz T. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999a.

SILVA, Tomaz T. *O currículo como fetiche: a poética e a política do texto curricular*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999b.

SOARES, Carmem Lúcia. *Educação Física: raízes européias e Brasil*. Campinas: Editora Autores Associados, 1994.

SOUSA, Eustáquia S. et al. *O curso de graduação em Educação Física: avaliando a formação/ação profissional na UFMG*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação da UFMG, 1995. (Mimeo.)

STOPPA, Edmur A. *Acampamento de férias*. Campinas: Papyrus, 1999.

STOPPA, Edmur A. Lazer e mercado de trabalho. *Licere*, Belo Horizonte, v.3. n.1, p.176-181, set. 2000

STOPPA, Edmur; ISAYAMA, Hélder F. Lazer e empresa: a questão do lazer dos profissionais do lazer. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.). *Lazer & empresa*. Campinas: Papyrus, 1999. p.163-175.

TAFFAREL, Celi N. Z. *A formação profissional da Educação Física: o processo de trabalho pedagógico e o trato com o conhecimento no curso de Educação Física*. Campinas: Faculdade de Educação da Unicamp, 1993. (Tese, Doutorado em Educação).

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALENTE, Márcia C. *A disciplina recreação e lazer no currículo de formação de profissionais de Educação Física: o que dizem e fazem professores em universidades do*

Nordeste do Brasil. Campinas: Faculdade de Educação Física, 1993. (Dissertação, Mestrado em Educação Física).

WERNECK, Christianne L. G. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. *Licere*. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p.47-65, set. 1998.

WERNECK, Christianne L. G. *Lazer, trabalho e educação: relações históricas e questões contemporâneas*. Belo Horizonte: Editora da UFMG/CELAR, 2000.

ANEXOS

ANEXO 01:

Carta enviada aos coordenadores de curso, solicitando nome e ementa de todas as disciplinas do curso

Prezado Coordenador:

Meu projeto de tese, desenvolvido junto ao programa de Pós-graduação, no nível de Doutorado, da Faculdade de Educação Física, da Unicamp, vincula-se à área de Estudos do Lazer, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as disciplinas da área de Recreação e Lazer que vem sendo desenvolvidas no interior dos currículos de formação profissional em Educação Física no Brasil. Tenho como interesse realizar um diagnóstico, inicialmente, por meio da análise dos programas de disciplinas, sobre os conhecimentos que são desenvolvidos, em nosso país, tanto em Instituições públicas como privadas.

Para tanto, é fundamental, em primeiro lugar, o conhecimento de todas as disciplinas ministradas em sua instituição, tendo em vista a seleção daquela (s) que se relacionam com o tema Recreação e Lazer, do ponto de vista de minha pesquisa.

Portanto, venho solicitar a sua contribuição através do envio dos nomes e ementas de todas as disciplinas que são ministradas no curso de Educação Física da Instituição que V. S^a dirige, dando assim, início ao meu trabalho de análise.

É importante destacar que necessito, assim, do **ementário de todas as disciplinas integrantes do currículo**, num primeiro momento, pois é a partir desta análise que poderei verificar quais conteúdos e formas estão, direta ou indiretamente, ligados à Recreação/Lazer, não importando as abordagens, incluindo aí as fisiológicas, psicológicas, sociais, metodológicas, etc., em cada um dos programas, **mesmo que, aparentemente, essa ligação não exista.**

Anexo a esta carta encontra-se um envelope selado para o envio das informações solicitadas (nome e ementa das disciplinas). Peço a sua colaboração para que esse material seja **postado até o próximo dia 07 de outubro**. Se preferir pode enviar um e-mail com arquivo anexado para o seguinte endereço: isayama@eef.ufmg.br.

Agradeço desde já a sua colaboração, que muito irá contribuir para o desenvolvimento do meu estudo e, conseqüentemente, para um melhor entendimento sobre a inserção da Recreação e do Lazer na formação profissional em Educação Física.

Atenciosamente,

Hélder Ferreira Isayama
CELAR/ EEF/ UFMG

Ao
Coordenador do Curso de Educação Física

ANEXO 02

Carta enviada aos coordenadores de curso solicitando os programas das disciplinas selecionadas

Prezado Professor:

Meu projeto de tese, desenvolvido junto ao programa de Pós-graduação, no nível de Doutorado, da Faculdade de Educação Física, da Unicamp, vincula-se à área de Estudos do Lazer, sob a orientação do Prof. Dr. Nelson Carvalho Marcellino. Esta pesquisa tem como objetivo analisar as disciplinas da área de Recreação e Lazer que vem sendo desenvolvidas no interior dos currículos de formação profissional em Educação Física no Brasil. Tenho como interesse realizar um diagnóstico, inicialmente, por meio da análise dos programas de disciplinas, sobre os conhecimentos que são desenvolvidos, em nosso país, tanto em Instituições públicas como privadas.

Inicialmente, solicitei aos coordenadores dos Colegiados de Cursos de Graduação a relação de todas as disciplinas ofertadas pela sua Instituição e suas respectivas ementas. Assim, pude num primeiro momento selecionar as disciplinas relacionadas como o tema Recreação e Lazer, do ponto de vista de minha pesquisa.

Portanto, venho, nesse momento, solicitar a sua contribuição através do envio do(s) programa(s) da(s) seguinte(s) disciplina(s): que é (são) ministrada(s) no curso de Educação Física da Instituição que V. S^a atua, dando prosseguimento assim, ao meu trabalho de análise.

É importante destacar que necessito, assim, do **programa da disciplina contendo ementa, objetivos, conteúdos, bibliografia e período de oferta.**

Anexo a esta carta encontra-se um envelope selado para o envio das informações solicitadas (programa da disciplina). Peço a sua colaboração para que esse material seja **postado até o próximo dia 15 de novembro**. Se preferir pode enviar um e-mail com arquivo anexado para o seguinte endereço: isayama@eef.ufmg.br .

Agradeço desde já a sua colaboração, que muito irá contribuir para o desenvolvimento do meu estudo e, conseqüentemente, para um melhor entendimento sobre a inserção da Recreação e do Lazer na formação profissional em Educação Física.

Atenciosamente,

Hélder Ferreira Isayama
CELAR/ EEF/ UFMG

Ao
Coordenador do Curso de Educação Física

ANEXO 04

Ementa de todas as disciplinas sobre recreação e lazer analisadas

INSTITUIÇÃO 01

Instituição Privada

Curso: Licenciatura em Educação Física

Disciplina: Teoria, Prática e Metodologia da Recreação

Regime: Anual – 3º Ano – 2000

Ementa:

A disciplina mostrará ao aluno a possibilidade de trabalho com atividades recreativas na escola, dentro e fora das aulas de Educação Física, com possibilidade de projeção para outros campos de atuação.

Objetivos:

- 1- Apresentar fundamentos para que o profissional de Educação Física possa conhecer as diversas atividades recreativas.
- 2- Identificar os diversos tipos de atividades recreativas e sua aplicabilidade às mais diversas comunidades, como instrumento de Educação e da Educação Física.
- 3- Adaptar as atividades recreativas às expectativas das diversas populações.
- 4- Oferecer ao aluno condições de elaborar e aplicar atividades recreativas.
- 5- Criar visão crítica sobre a recreação em nível teórico e prático e viabilizar a elaboração, operacionalização e avaliação das atividades a ela ligadas.
- 6- Proporcionar enfoque para a valorização da recreação em todas as situações do cotidiano.
- 7- Mostrar a aplicabilidade das atividades recreativas nos setores públicos e privados.

Conteúdo Programático/Cronograma:

- 1 – Conceitos fundamentais: tempo livre; lazer; recreação; atividade recreativa; obrigação social; ócio; ociosidade, analisados de um ponto de vista simplificado e básico para o entendimento da disciplina.
- 2 – Atividades recreativas que promovem integração e sociabilização dos grupos de indivíduos, sejam eles crianças, adolescentes, adultos, idosos ou outros.
- 3 – Diferenças entre brincadeiras, pequenos jogos e grandes jogos e sua aplicabilidade a cada fase da vida, de acordo com a complexidade das regras.
- 4 – Adequação de atividades recreativas a cada uma das faixas etárias, segundo suas características.
- 5 – O desenvolvimento de atividades recreativas na escola, respeitando as necessidades específicas de cada série e de cada faixa etária.
- 6 – Atividades de pouca movimentação, as quais poderão ser utilizadas em espaços restritos, em dias de chuva ou para a terceira idade.
- 7 – O conceito técnico de gincana, os principais tipos de gincana quais se aplicam a cada situação e a cada faixa etária.
- 8 – Elaboração e execução de matroginástica, detalhes teóricos e operacionais e a forma como ela pode envolver e integrar adultos e crianças, principalmente pais e filhos ou toda a família.
- 9 – As canções lúdicas, rodas cantadas e brincadeiras cantadas que podem ser desenvolvidas nas diversas fases da vida
- 10 – Artes plásticas, cênicas e musicais, encaradas do ponto de vista lúdico, como atividades recreativas.
- 11 – Acampamentos e Acantonamentos: conceitos atuais e diferenças de terminologia.
- 12 – O Acantonamento Recreativo Educacional (A.R.E.): filosofia; objetivos dos organizadores e dos clientes; A.R.E. temáticos; principais preocupações para a organização de um A.R.E.

Metodologia:

- 1 – Aulas teóricas com utilização de recursos audiovisual e transparências.
- 2 – Aulas práticas com intuito de propiciar a vivência que as atividades favorecem.

- 3 – Intervenções práticas: aulas práticas com participação e iniciativa por parte dos alunos.
- 4 – Estudo de caso: discussão sobre experiências vividas pelos alunos em situações reais e de trabalho.
- 5 – Orientação para elaboração de projetos simplificados.

Crêterios de Avalia o:

EM CARÁTER BÁSICO:

- 1 – Avalia o teórica escrita
- 2 – Avalia o prática em grupo
- 3 – Elabora o e entrega de projetos simplificados (promo o de atividades comunitárias, eventos recreativos, atividades recreativas em geral)

EM CARÁTER BÁSICO

- 1 – Participa o em eventos propostos, de forma espontânea, e conseqüente entrega de relatórios.
- 2 – Apresenta o e operacionaliza o de atividades práticas referentes ao conteúdo ministrado no período, mediante a apresenta o da exposi o por escrito (atividades práticas elaboradas e ministradas por grupos de alunos perante seus colegas).

Bibliografia:

- CAVALLARI, V. E ZACHARIAS, V. Trabalhando com Recrea o. São Paulo: Ícone, 1994.
- ALMEIDA, P. N. Educa o Lúdica: técnicas e jogos pedagógicos. São Paulo: Loyola, 1990.
- CUTRERA, J. C. Técnicas de Recreacion. Buenos Aires: Stadium, 1978.
- DUARTE, M. O guia dos curiosos. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- FRITZEN, S. J. Dinâmicas de Recrea o e Jogos. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GARCIA, R. M. R. e MARQUES, L. A. Jogos e Passeios Infantis. 2  ed. Porto Alegre: Kuarup, 1993.
- GUERRA, M. Recrea o e Lazer. 2 . Ed. Porto Alegre: Sagra, 1992.
- MELLO, J. P. Vamos Brincar em Sala de Aula? 2  ed. Curitiba: Esporte Educa o, 1992.
- MIRANDA, N. 210 Jogos Infantis. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

INSTITUIÇÃO 02

Instituição Privada

Curso: Licenciatura em Educação Física

Disciplina: Recreação e Lazer

Ano: 2000

Carga horária: 90 horas/aula

Ementa:

Favorecer, orientar, dar condições pedagógicas ao futuro professor, para que ele tenha conhecimento, domínio da técnica, da importância da Recreação no desenvolvimento físico, intelectual e social da criança. Conhecer a influência da Recreação e suas atividades complementares, para que o futuro profissional, possa exercer suas funções de educador no aspecto formal e não formal. Dar condições ao acadêmico de elaborar o planejamento de atividades de acordo com o interesse e a faixa etária de cada grupo.

Sumário da Disciplina:

1. Recreação e Lazer
 - 1.1. Origem
 - 1.2. Conceito
 - 1.3. Características Básicas
 - 1.4. Tipos
 - 1.5. Valores
 - 1.6. Objetivos
 - 1.7. Sua importância: crianças, jovens, adultos e idosos.
2. Perfil dos profissionais de recreação
 - 2.1. Animador
 - 2.2. Supervisor
 - 2.3. Técnico em recreação
3. Áreas específicas de atuação
 - 3.1. Recreação em escolas
 - 3.2. Recreação em hotéis
 - 3.3. Recreação em acampamentos
 - 3.4. Recreação em festas
 - 3.5. Recreação em clubes
 - 3.6. Recreação em empresas
 - 3.7. Recreação em academias desportivas
 - 3.8. Recreação em navios
4. Estrutura e elaboração de atividades práticas
 - 4.1. Adequação de atividades lúdicas
 - 4.2. Características e tipos de atividades: de 1 ano até a 3ª idade
 - 4.3. Trabalho com a 3ª idade: observações importantes
 - 4.4. Exemplos práticos
5. Brinquedo cantado e jogos
 - 5.1. Origem
 - 5.2. Evolução dos brinquedos
 - 5.3. Cancioneiro folclórico
 - 5.4. Festa junina: princípios providenciais, práticas de danças e quadrilha com os alunos
 - 5.5. Rodas e brincadeiras cantadas
 - 5.6. Exemplos práticos
 - 5.7. Diferença entre brinquedo e jogo
 - 5.8. Classificação dos jogos
 - 5.9. Sub-classificação dos jogos
 - 5.10. Exemplos práticos

6. Gincanas
 - 6.1. Objetivos
 - 6.2. Principais características
 - 6.3. Providências para elaboração
 - 6.4. Tipos de gincanas
 - 6.5. Exemplos práticos
7. Matroginástica
 - 7.1. origem
 - 7.2. Objetivos
 - 7.3. Características
 - 7.4. Providências para elaboração
 - 7.5. A sessão
 - 7.6. Exemplo prático
8. Ruas de lazer
 - 8.1. Objetivos
 - 8.2. Características
 - 8.3. Providências para elaboração
 - 8.4. Exemplos de atividades

Bibliografia:

Trabalhando com recreação – Autor: Vinícius Cavallare

Educação Física do Pré a Universidade – Autor: Dante de Rose Junior

INSTITUIÇÃO 03

Instituição Privada
Curso: Licenciatura em Educação Física

Disciplina 1: Recreação I

Ano: 2000

Carga horária: horas/aula

Ementa:

Conhecer, identificar e analisar criticamente atividades recreativas para pessoas ou grupos. A importância da recreação para o ser humano. Os sub-produtos da recreação. Liderança e recreação.

Objetivos terminais da disciplina:

Capacitar o acadêmico em Educação Física: 1) a demonstrar argumentação para defender a importância da Recreação; 2) a demonstrar conhecimento, sabendo identificar e comparar criticamente uma atividade recreativa; 3) a demonstrar conhecimento, sabendo identificar as contribuições e limitações da recreação nos mais diversos setores da vida humana; 4) para organizar, planejar, aplicar e dirigir programas de recreação de acordo com a clientela a que se destina.

Conteúdo:

1. Recreação: importância e finalidade
2. Jogo: Conceitos; interpretação, jogos afetivo-sociais, jogos cognitivos, jogos motores, jogos sensoriais, jogos sociais
3. Planejamento e organização de: atividades recreativas em espaço aberto; atividades recreativas no meio líquido; gincanas; manhãs de lazer; programas de férias; projetos de atividades recreativas alternativos.

Bibliografia:

- ARAUJO, V. C. de. O jogo no contexto da educação psicomotora. Cortez Editora. São Paulo, 1992.
- BRANDES, D., et al. Manual de jogos educativos. Moraes Editora. Lisboa, Portugal, 1977.
- CAMPOS, D. M. de S., et al. Criatividade. Ed. Sprint, Rio de Janeiro, 1987.
- CAPINUSSÚ, J. M. Planejamento macro em educação Física e esportes. Ibrasa S/A, São Paulo, 1985.
- CAVALLARI, V. Trabalhando com recreação. Ícone Editora, São Paulo, 1994.
- COSTA, L. P. da. Educação Física e esporte não formais. Ao livro técnico, Rio de Janeiro, 1989.
- CUTRERA, J. C. Recreação. CEITEC, Florianópolis, 1993.
- DIETRICH, J. Esporte de lazer, tarefa e chance para todos. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1984.
- DIETRICH, K, et al. Os grande jogos, metodologia e prática. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1984.
- FERREIRA, S., et al. Recreação-jogos-recreação. Editora Sprint Ltda, Rio de Janeiro, 1993.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. Ed. Scipione, São Paulo, 1989.
- GAELZER, L. Ensaio à liberdade. D.C. Luzzatto Editores Ltda., Porto Alegre, 1995.
- HILDEBRANT, R., et al. Concepções abertas no ensino da Educação Física. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1986.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. EDUSP/Editora Perspectiva S/A, 1971.
- KRUEGER, C. W. 1001 atividades para fazer com suas crianças. Editora Maltese Ltda., São Paulo, 1990.
- MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação. Editora Fundo de Cultura S/A, São Paulo, 1979.
- MIRANDA, N. 210 jogos infantis. Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1990.
- MOREIRA, W. W. (Org.) Educação Física e Esporte: Perspectivas para o século XXI. Papirus Editora, Campinas, 1992.
- SILVA, E. N. Recreação na sala de aula. Editora Sprint Ltda., Rio de Janeiro, 1996.
- TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física. Ao Livro Técnico, São Paulo, 1986.

YOZO, R. Y. K. 100 jogos para grupos. Editora Ágora, São Paulo, 1996.

Disciplina 2: Recreação II

Ano: 2000

Carga horária: horas/aula

Ementa:

Conhecer, identificar e analisar criticamente atividades recreativas para pessoas ou grupos. A importância da recreação para o ser humano. Os sub-produtos da recreação. Liderança e recreação.

Objetivos terminais da disciplina:

Capacitar o acadêmico de Educação Física: 1) a dominar com desenvoltura conceitos sobre recreação; 2) a demonstrar capacidade para aplicar atividades recreativas em grupos homogêneos e heterogêneos; 3) a demonstrar capacidade para elaborar programas de atividades recreativas e aplicá-las na prática; 4) para gerenciar programas e projetos de recreação.

Conteúdo:

1. Planejamento, organização e aplicação de atividades;
2. Atividades recreativas no meio líquido;
3. Acampamentos;
4. Colônias de férias;
5. Esporte não formais;
6. Gincana;
7. Manhã de recreio.

Bibliografia:

- ARAUJO, V. C. de. O jogo no contexto da educação psicomotora. Cortez Editora. São Paulo, 1992.
- BRANDES, D., et al. Manual de jogos educativos. Moraes Editora. Lisboa, Portugal, 1977.
- CAMPOS, D. M. de S., et al. Criatividade. Ed. Sprint, Rio de Janeiro, 1987.
- CAPINUSSU, J. M. Planejamento macro em educação Física e esportes. Ibrasa S/A, São Paulo, 1985.
- CAVALLARI, V. Trabalhando com recreação. Ícone Editora, São Paulo, 1994.
- COSTA, L. P. da. Educação Física e esporte não formais. Ao livro técnico, Rio de Janeiro, 1989.
- CUTRERA, J. C. Recreação. CEITEC, Florianópolis, 1993.
- DIETRICH, J. Esporte de lazer, tarefa e chance para todos. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1984.
- FERREIRA, S., et al. Recreação-jogos-recreação. Editora Sprint Ltda, Rio de Janeiro, 1993.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro. Ed. Scipione, São Paulo, 1989.
- GAEZLER, L. Ensaio à liberdade. D.C. Luzzatto Editores Ltda., Porto Alegre, 1995.
- HILDEBRANT, R., et al. Concepções abertas no ensino da Educação Física. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1986.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. EDUSP/Editora Perspectiva S/A, 1971.
- KRUEGER, C. W. 1001 atividades para fazer com suas crianças. Editora Maltese Ltda., São Paulo, 1990.
- MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação. Editora Fundo de Cultura S/A, São Paulo, 1979.
- MIRANDA, N. 210 jogos infantis. Editora Itatiaia Ltda., Belo Horizonte, 1990.
- MOREIRA, W. W. (Org.) Educação Física e Esporte: Perspectivas para o século XXI. Papirus Editora, Campinas, 1992.
- SILVA, E. N. Recreação na sala de aula. Editora Sprint Ltda., Rio de Janeiro, 1996.
- TAFFAREL, C. N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física. Ao Livro Técnico, São Paulo, 1986.
- YOZO, R. Y. K. 100 jogos para grupos. Editora Ágora, São Paulo, 1996.

INSTITUIÇÃO 04

Instituição Privada
 Curso: Educação Física
 Disciplina: Lazer e Recreação
 Ano: 2000 – 1º Ano
 Carga horária: 68 horas/aula

Ementa:

Histórico. Definição. O recreador. As diversas faixas etárias. Jogos. As diversas atividades desenvolvidas na área de lazer e recreação. Lazer e recreação em hotéis.

Objetivos:

Proporcionar aos futuros professores, através de atividades livres e orientadas, condições de aplicar os jogos e brincadeiras às aulas de Educação Física, como elemento importante no desenvolvimento físico, social e moral do educando.

Conteúdo Programático:

O programa desta disciplina será desenvolvido através de aulas expositivas, prática, leituras, trabalhos orientados.

Unidade 1

- Jogos: a) conceito; b) Classificação; c) Técnicas de jogo organizado.
- Atividades rítmicas: a) importância do ritmo; b) formas: brinquedos cantados ou cantigas de roda e danças folclóricas.

Unidade 2

- Sessões ou aulas estoriadas: valor e aplicação
- Recreação orientada comunitária: teoria e prática do esporte comunitário e de massa

Atividades:

- a) Gincana – objetivo, estratégia e atividades
- b) Acampamentos – finalidades, objetivos, estratégias e atividades
- c) Ruas e manhãs de recreio – objetivo, técnica e providências de ordem
- d) Colônias de férias – organização
- e) Lazer e recreação em hotéis
- f) Recreação na 3ª idade.

Métodos:

- O curso será desenvolvido através de:
- a) aulas expositivas; b) leituras dirigidas; c) Trabalhos em grupo; d) Aulas práticas; e) Trabalhos individuais.

Atividades Discentes:

- a) Leituras dos textos indicados; b) Participação na elaboração dos trabalhos em grupo; c) Elaboração de trabalhos individuais; d) Apresentação de trabalhos escritos e/ou práticos.

Critério de Avaliação:

- A avaliação do aluno será feita através de:
- a) Observação dos alunos, durante as aulas; b) Avaliação teórico-prática dos elementos estudados através de testes práticos e provas escritas; c) Apresentação dos trabalhos em grupo; d) Apresentação dos trabalhos individuais.

Bibliográfica Básica:

- MIRANDA, N. 200 jogos infantis. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1989.
 MORENO, G. Recreação 1000 com acessórios. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1998.
 CAVALLARI, V. R. Trabalhando com recreação. São Paulo: Ed. Ícone, 1998.

Bibliografia Complementa:

FERREIRA, S. e outros. Jogos para recreação. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1993.

SILVA, E. N. Recreação e jogos. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1997.

_____. Atividades recreativas na primeira infância. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1997.

_____. Recreação na sala de aula: 1ª a 4ª série. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1997.

BROTO, F. O. Jogos cooperativos. São Paulo: Ed. Câmara Brasileira do Livro, 1999.

BRAZ, G. C. Brincando e aprendendo com jogos sensoriais. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1998.

INSTITUIÇÃO 05

Instituição Privada

Curso: Educação Física

Disciplina: Recreação

Ano: 2000 – Anual – 1º Ano

Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa e Conteúdo:

1. Recreação para as diversas faixas etárias
2. Atividades recreativas
3. Atividades rítmicas
4. Teatro, dramatizações
5. Atividades criadoras
6. Jogos
7. Recreação e lazer para o trabalhador
8. Recreação e lazer na comunidade
9. Colônia de férias
10. Folclore
11. Programas recreativos
12. Seminário
13. Histórias e leituras
14. Dama, Xadrez.

Objetivos Gerais:

- Transmitir informações, vivências e diferentes técnicas recreativas para aplicação na vida profissional;
- Proporcionar alegria aos participantes através de atividades saudáveis, que estimulem a criatividade e a liberdade de expressão contribuindo para o desenvolvimento integral do aluno;
- Preservar a herança cultural através de jogos, músicas cantadas, versos, dramatização, fatos folclóricos.

INSTITUIÇÃO 06

Instituição Privada

Curso: Educação Física – Licenciatura Plena

Disciplina: Recreação e Lazer

Ano: 2000 – 1º Período

Carga horária: 60 horas/aula

Ementa:

Conteúdo:

I – Unidade – Parte Teórica

1. Histórico
2. Origem da palavra
3. Origem da recreação
4. Conceito
5. Finalidade
6. Quanto a forma
7. Quanto a direção

II – Unidade – Prática/Teórico

1. A recreação nas diversas faixas etária
2. A recreação em fase das necessidades bio-psico-social da cultura – Infância e adolescência
3. A recreação na fase adulta e velhice

III – Unidade – Teórico/Prática

1. Jogos
 - 1.1. Pequenos e grandes jogos
 - 1.2. Jogos e suas classificações
 - 1.3. Sugestões práticas para aula de jogos
 - 1.4. Seleção de jogos

IV – Unidade – Teórico/Prática

1. Programas recreativos
 - 1.1. Gincanas
 - 1.2. Excursões
 - 1.3. Colônias de férias
 - 1.4. Passeios
 - 1.5. Ruas de lazer

Procedimentos Didáticos:

Aulas expositivas, aulas práticas, trabalhos em grupos, pesquisas, transparências.

Avaliações:

- 50 pontos distribuídos com trabalho prático, prova escrita.
- 2 avaliações marcadas pela Secretaria Geral: P20 e P30

Bibliografia:

- CUTRERA, J. C. Técnicas de Recreation. Editorial Stadium, Buenos Aires, Argentina.
- MARINHO, I. P. Educação Física, recreação e jogos. Cia Brasil Editora, São Paulo, 1971.
- BRAGA, C. F. Recreação e jogos. FDBEF. Brasília, DF, 1977.
- TEIXEIRA, M. S. Manual teórico-prático-recreação para todos.
- CAVALLARI, V. R., ZACHARIAS, V. Trabalhando com recreação. Ed. Ícone. São Paulo, 1994.

INSTITUIÇÃO 07

Instituição Privada

Curso: Educação Física

Disciplina: Teoria e Prática da Recreação e do Lazer

Carga horária: 72 horas/aula

Ementa:

Recreação: definição de objetivos. Lazer: definição de objetivos. Educação e lazer. Formas de lazer. Lazer no mundo contemporâneo. Lazer no Brasil. Atividades práticas recreativas: jogos, gincanas, ruas de recreio. Planejamento, coordenação e direção de atividades para 1ª, 2ª e 3ª idade.

Objetivos:

Saber a história e a origem do lazer. Quais as cultura que compõe o lazer. Quais os tipos de recreação. O que é o jogo e qual seu objetivo. A subdivisão do jogo. Saber elaborar uma rua de recreio, gincana. Estudar os tempos de lazer. Atividades para ocupação do tempo livre.

Conteúdo Programático:

O que é a recreação?

Atividades recreativas para aulas de 1º e 2º graus

Atividades lúdicas de socialização

Atividades lúdicas para sala de aulas

Grandes jogos

Atividades individuais e coletivas

O que é lazer?

A conceituação do tempo no lazer

A diversidade cultural no lazer

Programas de lazer e recreação para diferentes segmentos da população

Lazer e recreação na Educação Física

Projeto: O tempo livre universitário

Teorias sobre recreação escolar

Teoria e prática sobre teatro

O teatro de fantoche, marionete, sombra, d e máscara, etc.

Rua de recreio.

Gincana escolar e comunitária

Projeto: Espaço Livre

Procedimentos Metodológicos:

Aulas expositivas e dialogadas e atividades práticas.

Sistemas de Avaliação:

Provas bimestrais teórico-práticas, trabalhos individuais e em grupos.

Bibliografia Básica e Atualizada:

_____. O direito de brincar: a brinquedoteca. São Paulo: Scritta, 1990.

_____. Parque do lazer e de esporte para todos. Brasília: MEC/SED, 1983.

BRAMANTE, A. C. et al. Bases para uma política de recreação e lazer. Piracicaba, 1990.

CAMARGO, L. O. L. O que é lazer?. São Paulo: Brasiliense, 1986.

BRUNHS, H. T. (Org.) Introdução aos estudos do lazer. São Paulo: Unicamp, 1997.

CUNHA, N. H. S. Brinquedoteca: um mergulho no brincar. São Paulo: Maltese, 1994.

DUMAZEDIER, J. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo: Studio Nobel, 1994.

LE BOUCH, J. Educação Psicomotora. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1987.

MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995.

MIRANDA, N. Organização das atividades de recreação. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
ROSAMILHA, N. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira.
SILVA, E. N. Recreação na sala de aula: 1ª a 4ª série. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.
VELASCO, Cacilda G. Brincar: o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.

INDICAÇÃO

ALVES, RUBEM. O retorno e Terno... Rubem Alves: Papirus, 1998.

INSTITUIÇÃO 08

Instituição Privada
Curso: Educação Física

Disciplina 1: Recreação I
Ano: 2000 – Semestral – 1º período
Carga Horária: 30 horas/aula - 2 créditos

Ementa:

Recreação, histórico, lazer, humanização e educação. O recreador, jogos, brinquedos cantados, especialização precoce.

Objetivos:

- Vivenciar a recreação, por seus diversos níveis de interesses, avaliando o significado da experiência recreativa na formação do professor de Educação Física.
- Educar o indivíduo para motivá-lo para o lazer, como fonte de saúde, com uma melhor qualidade de vida no seu dia-a-dia.
- Identificar as diversas formas de atividades aplicadas na recreação nas diferentes faixas etárias.
- Capacitar o acadêmico a ter conhecimentos teóricos e práticos relativos aos aspectos pedagógicos da recreação.
- Integrar os grupos, proporcionando o desfogo das tensões, a desinibição e a socialização através da prática a ser desenvolvida no período de ocorrência das aulas.

Conteúdo:

- 1) Histórico da recreação
- 2) Recreação e lazer: considerações gerais: conceito, objetivos, formas, aspectos
- 3) Necessidade do ser humano em se recrear
- 4) O recreacionista: a personalidade e a liderança: o espírito recreativo e estímulos; reconhecimento e aproveitamento de líderes em recreação; a recreação e o professor de Educação Física.
- 5) Humanização e lazer
- 6) Qualidade de vida
- 7) Jogos: considerações gerais – características; valor dos jogos; tipos de jogos: os jogos no ensino fundamental e médio; jogo: fenômeno sócio-cultural; jogo: estrutura e função; objetivos educacionais do jogo; o jogo na aprendizagem; sugestões para elaboração de um programa

Procedimentos – Recursos

- Procedimentos: exposição oral, leitura circular, condução de interrogatório, trabalhos de pesquisa (em grupo e individual).
- Recursos: quadro de giz, giz, sala de aula, quadra, textos xerocados, toca-fitas, papel, tinta, cartolinas.

Bibliografia:

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Teoria e prática do esporte para todos. Brasília: MEC, 1983. 441p.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O que é lazer. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 100p.
- FRANCESCHI NETO, Marcia de. Lazer: opção pessoal. Brasília: Sn, 1993. 98p.
- FRITZEN, Silvino. Dinâmicas de recreação e jogos para educadores e pais, orientadores orientacionais, animadores juvenis. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 70p.
- GAELZER, Lenea. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, 1979. 191p.
- GUERRA, Marlene. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1983. 140p.
- LORDA, C. Raúl. Recreation para el trabajo social com tercera edad. Montevideo: Nexo sport. 102 p.
- MACHADO, Nilce V. Educação Física e recreação para pré escolar criança de 0 a 6 anos. 2ª ed. Brasília: Doação, 1985. 245p.

- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1990.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e humanização. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995. 83p.
- _____. Pedagogia da animação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997. 149p.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. O lazer no planejamento urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975. 253p.
- MIRANDA, Nicanor. 200 jogos infantis. 12ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991. 294p.
- REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977. 111p.
- SILVA, Elizabeth Nascimento. Recreação e jogos. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. 68p.
- SILVA, N. Pithan. Recreação. 3ª ed. São Paulo: Cia Brasil. 190p.

Disciplina 2: Recreação II

Ano: 2000 – Semestral – 2º período

Carga Horária: 45 horas/aula - 3 créditos

Ementa:

Plano de aula; Elaboração de planos de aula; Recreação na comunidade; Atividades culturais; Recreação supervisionada; Brinquedos cantados; Esporte para todos.

Objetivos Gerais:

- Educar o indivíduo para motivá-lo para o lazer, como fonte de saúde, com uma melhor qualidade de vida no seu dia-a-dia.
- Capacitar o acadêmico a ter conhecimentos teóricos e práticos relativos aos aspectos pedagógicos da recreação.
- Facilitar a socialização da vida em comunidade.
- Desempenhar a função de recreador na orientação e execução de programas e recreação escolar e comunitária.
- Vivenciar a recreação, por seus diversos níveis de interesses, avaliando o significado da experiência recreativa na formação do professor de Educação Física.
- Integrar os grupos, proporcionando o desafogo das tensões, a desinibição e a socialização através da prática a ser desenvolvida no período de ocorrência das aulas.

Conteúdos Programáticos:

- 1) Da criança, do brinquedo e do esporte: da necessidade da infância; da destruição da infância; da importância do jogo; da pedagogia do esporte.
- 2) Esporte para todos: decálogo; entidades envolvidas na campanha; objetivos da campanha.
- 3) Brinquedos cantados: conceito; objetivos; folclore
- 4) Dramatização: conceito, objetivos, tipos
- 5) Planejamento e execução do projeto sob o tema: EISPAL 25 anos: atividade a ser desenvolvida com 250 crianças pertencentes à creche da Eispal. Terá como objetivo a integração, além de oferecer oportunidades para o desenvolvimento físico e mental, emocional e social nas crianças.
- 6) Apresentação de estórias infantis nas escolas da rede municipal: teatro

Procedimentos:

Exposição oral; leitura e debate; aula prática; seminário: Lazer (Recreação I) e esporte para Todos (Recreação II); pesquisa na biblioteca.

Recursos:

Quadro de giz; retro-projetor; sala de aula; quadra, biblioteca; artigos, textos, som e CD.

Bibliografia:

- BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. Teoria e prática do esporte para todos. Brasília: MEC, 1983. 441p.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. O que é lazer. 2ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. 100p.

- CAVALCANTI, Kátia Brandão. Esporte para todos: um discurso ideológico. São Paulo: Ibrasa, 1984. 116p.
- COSTA, Lamartine Pereira da. Fundamentos do esporte para todos. Brasília: MEC, 1983. 98p.
- DIECKERT, Jürgen. Esporte de lazer, tarefa e chance de todos. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1984. 184p.
- FRANCESCHI NETO, Marcia de. Lazer: opção pessoal. Brasília: Sn, 1993. 98p.
- FRITZEN, Silvino. Dinâmicas de recreação e jogos para educadores e pais, orientadores orientacionais, animadores juvenis. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1991. 70p.
- GAELZER, Lenea. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, 1979. 191p.
- GUERRA, Marlene. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1983. 140p.
- LORDA, C. Raúl. Recreation para el trabajo social com tercera edad. Montevideo: Nexo sport. 102 p.
- MACHADO, Nilce V. Educação Física e recreação para pré escolar criança de 0 a 6 anos. 2ª ed. Brasília: Doação, 1985. 245p.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1990.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e humanização. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1995. 83p.
- _____. Pedagogia da animação. 2ª ed. Campinas: Papirus, 1997. 149p.
- MEDEIROS, Ethel Bauzer. O lazer no planejamento urbano. 2ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 1975. 253p.
- MIRANDA, Nicanor. 200 jogos infantis. 12ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1991. 294p.
- REQUIXA, Renato. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977. 111p.
- SILVA, Elizabeth Nascimento. Recreação e jogos. Rio de Janeiro: Sprint, 1997. 68p.
- SILVA, N. Pithan. Recreação. 3ª ed. São Paulo: Cia Brasil. 190p.

INSTITUIÇÃO 09

Instituição Privada
 Curso: Educação Física
 Disciplina: Recreação e Lazer
 Ano: 2000 – 3º ano
 Carga horária: 96 horas/aula

Ementa:

Recreação. Evolução. Histórico. Definição e finalidade. Interesse e prazer. Recreação em face às necessidades biopsicossociais das crianças, adolescentes e adultos. Jogos. Definição e classificação. Brinquedos cantados. Recreação hospitalar. Colônia de férias. Histórias. Teatro, Rua de recreio. Centro e parques de recreação. Excursões. Acampamento.

Objetivo Geral:

Incentivar a compreender e aplicar os princípios de Recreação e de Lazer, visando o desenvolvimento integral do educando, para uma vida sadia e sua integração de forma plena na sociedade em que vive.

Objetivos Específicos:

- 1) Caracterizar as fases evolutivas de estudo do desenvolvimento humano, evidenciando variedades de interesses, habilidades e outras qualidades que variam de acordo com a experiência de vida, influenciadas pelas ocorrências do meio;
- 2) Facilitar a convivência entre alunos e professores desenvolvendo o verdadeiro sentido da vida em comunidade, através da criação e recreação;
- 3) Ministras aulas de forma recreativa, de acordo com as condições psicossociais, tendo os jogos e os desportos como funções principais.

Conteúdo Programático:

1. Unidade: Recreação, evolução, definição e finalidade
 - 1.1. Ativa-passiva
 - 1.2. Objetivos
 - 1.3. Finalidade
 - 1.4. Recreação de compensação
2. Unidade: Interesse e prazer
 - 2.1. Estágio, aquisição e experiência
 - 2.2. Períodos sensoriais
 - 2.3. Períodos glóssicos
 - 2.4. Períodos gerais
 - 2.5. Períodos especiais
 - 2.6. Estágio de organização e apreciação
 - 2.7. Estágio de produção
3. Unidade: Recreação em face às necessidades biopsicossociais
 - 3.1. Na infância
 - 3.2. Na adolescência
 - 3.3. Na vida adulta
4. Unidade: Jogos
 - 4.1. Definição
 - 4.2. Classificação
 - 4.3. Iniciação aos desportos de forma recreativa
5. Unidade: Brinquedos cantados
 - 5.1. Didática dos brinquedos cantados
6. Unidade: Recreação hospitalar
 - 6.1. Histórico
 - 6.2. Objetivos

- 6.3. Recreação supervisionada
- 6.4. Enfermaria infantil e juvenil
- 6.5. Atividades ativas e passivas
- 7. Unidade: projeto de colônia de férias
- 8. Unidade: Histórias
- 8.1. Artificios para contar histórias
- 9. Unidade: Teatro
- 10. Unidade: Ruas de recreio
- 11. Unidade: Centro e parques
- 12. Unidade: Excursões
- 13. Unidade: Acampamento

Metodologia:

Aulas teóricas; aulas práticas; trabalhos em equipes; projeto de recreação e lazer; técnicas de jogos; pesquisas bibliográficas; planos de aula.

Avaliação:

Provas escritas; provas práticas; participação em atividades de recreação na comunidade.

Bibliografia Básica:

- BOUCH, Le. Educação psicomotora: psicocinética na idade escolar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- COSTA, L. P. Fundamentos do esporte para todos. Brasília: MEC, 1983.
- DUTRA, d. d. Teatro e educação: o teatro na escola. 2 ed. Porto Alegre: A natação, 1973.
- JOAQUIM, G. Educação pelo jogo. 2ª ed. São Paulo: Flamboyant, 1963.
- MARINHO, I. P. Educação Física, recreação e jogos. 2ª ed. São Paulo: CEN, 1971.
- MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação infantil. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1967.
- MUSSEN, P. H. O desenvolvimento psicológico da criança. 6ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- SILVA, N. P. Recreação. 2ª ed. São Paulo: CIA Brasil, 1971.

Bibliografia Complementar:

- GUERRA, M. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- HILDEBRANT, R., et al. Concepções abertas no ensino da Educação Física. Ao livro Técnico S/A, Rio de Janeiro, 1986.
- KERMAN, K. Ginástica e recreação. Rio de Janeiro: Fórum, s/d.
- LOUGHLIN, A. J. Recreodinâmica del adolescente. S/l, s/n, s/d.
- MELLO, Z. O teatro infantil. S/l, s/n, s/d.
- OLY, J. A. Educação pelo jogo. S/l, s/n, s/d.

INSTITUIÇÃO 10

Instituição Privada
Curso: Educação Física

Disciplina 1: Recreação I
Carga horária: 54 horas/aula

Ementa:

Análise e interpretação do lazer, recreação e trabalho. Classificação das atividades recreativas. Estabelecer a diferença entre pequenos jogos, grandes jogos, jogos pré-desportivos e desportos. Selecionar atividades para gincana, recreação hospitalar e recreação na indústria.

Objetivos:

1. Refletir criticamente sobre a recreação no mundo atual.
2. Aplicar atividades nos diversos setores de recreação.
3. Analisar a importância da liderança para o desenvolvimento das atividades recreativas.
4. Cooperar durante as atividades teórico-práticas, participando e respeitando as opiniões sugeridas.
5. Analisar os recursos disponíveis do lar, da escola e da comunidade, para a prática das atividades recreativas.
6. Vivenciar a recreação e verificar o seu significado na formação do professor.
7. Demonstrar conhecimento teórico e prático sobre o jogo.
8. Identificar o processo evolutivo do jogo, relacionando-o com as demais disciplinas.
9. Descrever a importância do procedimento didático nos jogos e demais atividades.
10. Desenvolver o espírito criativo da elaboração e aplicação da gincana.
11. Elaborar programas de recreação para diversas faixas etárias.
12. Criar situações favoráveis para a aplicação de atividades recreativas.
13. Reconhecer na atividade, fatores de integração sócio-desportivo cultural.
14. Vivenciar atividades que possibilitem a elaboração de um programa de grande e pequenos jogos.
15. Analisar a necessidade de áreas de lazer no espaço urbano.
16. Planejar, desenvolver e avaliar atividades recreativas nos diversos setores da comunidade e da escola, de acordo com interesses, necessidades e condições do grupo.
17. Participar das aulas de recreação de forma interrogativa, aspectos psico-físico-sociais e criatividade na execução das tarefas dadas.

Conteúdo:

1. Recreação
 - 1.1. Origem da palavra
 - 1.2. Histórico da recreação
 - 1.3. Características e finalidades
 - 1.4. Lazer, tempo, atitude e atividade
 - 1.5. Lazer, trabalho
 - 1.6. Recreação e prevenção da delinquência
 - 1.7. Formas de recreação
 - 1.8. O recreador
 - 1.9. Liderança em recreação
 - 1.10. Recreação no lazer, na escola e na comunidade
2. Jogos
 - 2.1. Visão do jogo segundo alguns autores
 - 2.2. Valor educativo e sociológico
 - 2.3. Classificação de jogos
 - 2.4. Como escolher, ensinar e conduzir jogos
 - 2.5. Jogo livre e jogo organizado
 - 2.6. Jogos cooperativos

- 2.7. Pequenos jogos
- 2.8. Jogos pré-desportivos
- 3. Gincana
 - 3.1. Teoria da gincana: conceito, origem e importância da gincana
 - 3.2. Pessoas responsáveis
 - 3.3. Elaborar uma gincana
- 4. Atividade extra classe:
 - 4.1. Excursão
 - 4.2. Recreação na indústria
 - 4.3. Recreação hospitalar
 - 4.4. Ginástica historiada
 - 4.5. Jogo e interdisciplinariedade

Avaliação:

Seminário (02)/ EEG e observação em aula prática/ Aulas práticas.

Bibliografia Básica de Referência:

- COSTA, L. P. da C. Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: Palestra, 1981.
- GAELZER, L. Lazer, trabalho e recreação. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 1978.
- GAELZER, L. Liderança recreacional. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 1978.
- GOUVEA, R. Recreação. Rio de Janeiro: Agir, 1963.
- GUERRA, M. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra.
- LISTELLO, A. A educação pelas atividades esportivas e de lazer. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1979.
- MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação infantil. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1967.
- MIRANDA, N. Origem e propagação dos parques infantis e de jogos. São Paulo: Departamento de Cultura.
- REQUIXA, R. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- SCHIMDT, M. J. Educar pela recreação. 3ª ed. Rio de Janeiro: Agir, 1964.

Disciplina 2: Recreação II

Carga horária: 54 horas/aula

Ementa:

Traçar diretrizes na realização de eventos como acampamento, rua de lazer, colônia de férias, excursões, parques e centros de recreação. Selecionar as atividades para recreação em escolas, condomínios, hotéis, hospitais, navios, creches e asilos.

Objetivos:

1. Desenvolver o espírito criativo na elaboração e aplicação prática de atividades para acampamentos escolares.
2. Planejar e despertar o interesse pelas atividades recreativas musicais e artísticas, noites de talentos.
3. Desenvolver liderança em trabalhos de grupo.
4. Analisar as diversas formas de recreação na comunidade, procurando desenvolver uma delas.
5. Elaborar programas de recreação para ruas de lazer e colônias de férias.
6. Selecionar brincadeiras tradicionais e ensiná-las nas escolas.

Conteúdo:

1. Acampamento
 - 1.1. Histórico
 - 1.2. Finalidades

- 1.3. Objetivos
- 1.4. Cuidados antes do acampamento
- 1.5. Regras de campo
- 1.6. Tipos de acampamentos
- 1.7. Materiais individual, auxiliar, copa e cozinha
- 1.8. Alimentação dos acampantes
- 1.9. Sinas
- 1.10. Atividades sugeridas
2. Atividades extra classe
 - 2.1. Ruas de lazer
 - 2.2. Colônias de férias
 - 2.3. Excursão
 - 2.4. Recreação nas indústrias
 - 2.5. Recreação em condomínios
 - 2.6. Recreação para a terceira idade
3. Liderança em recreação
 - 3.1. Tipos de líder
 - 3.2. Qualidade de um líder recreacionista
 - 3.3. Líder comunitário
4. Jogos sociais
 - 4.1. Objetivos
 - 4.2. Variedade de jogos

Avaliação:

Seminário

Observação em aula prática e participação em acampamentos

Aulas práticas

Bibliografia Básica de Referência:

COSTA, L. P. da C. Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: Palestra, 1981.

GAELZER, L. Lazer, trabalho e recreação. Porto Alegre: ESEF/UFRGS, 1978.

LISTELLO, A. A educação pelas atividades esportivas e de lazer. São Paulo: Pedagógica e Universitária, 1979.

MONTEIRO, F. D. Parque de lazer e de esportes para todos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1979.

Disciplina 3: Lazer Comunitário

Carga horária: 36 horas/aula

Ementa:

Formas de recreação comunitária. Planejamento, características e objetivos das atividades comunitárias. Perspectiva de trabalho para um profissional de recreação comunitária. Elaboração de projeto de recreação comunitária, festival de atividades lúdicas, recreação nos bairros. Elaboração de parque de lazer e de esporte para todos. Recreação terapêutica.

Objetivos:

1. Desenvolver o espírito crítico na elaboração e aplicação das atividades comunitárias.
2. Planejar e desenvolver programas de recreação e lazer comunitário.
3. Analisar as diversas formas de lazer e desenvolver uma delas.
4. Planejar a noite de talentos.
5. Participar e planejar uma atividade de lazer nos bairros.

Conteúdo:

1. Lazer
 - 1.1. Lazer questionamentos
 - 1.2. Lazer interdisciplinaridade
 - 1.3. Classificação do lazer
2. Recreação Comunitária/Esporte para todos/Vida ativa
 - 2.1. Planejamento
 - 2.2. Características
 - 2.3. Objetivos
 - 2.4. Grupos de trabalho e suas atribuições
 - 2.5. Fluxo de um programa de lazer comunitário
 - 2.6. Fontes de avaliação
3. Perspectiva de trabalho com lazer comunitário
 - 3.1. Centros Sociais Urbanos
 - 3.2. Creches
 - 3.3. Hotéis
 - 3.4. Condomínios
 - 3.5. Clubes
 - 3.6. Escolas
 - 3.7. Comércio
4. Parque de lazer
 - 4.1. Planejamento
 - 4.2. Objetivos Gerais
 - 4.3. Local
 - 4.4. Aparelhos recreativos
 - 4.5. Aparelhos de condicionamento físico
 - 4.6. Critérios básicos
 - 4.7. Modelos
 - 4.8. Realização
 - 4.9. Construção de aparelhos físicos
 - 4.10. Inauguração
5. Festival de atividades lúdicas
 - 5.1. Introdução
 - 5.2. Objetivos
 - 5.3. Justificativa
 - 5.4. Comissão organizadora
 - 5.5. Colaboração da comunidade
 - 5.6. Financiamento do evento
 - 5.7. Treinamento de monitores
 - 5.8. Programa
 - 5.9. Primeiros socorros
 - 5.10. Divulgação
 - 5.11. Avaliação
 - 5.12. Regulamento
6. Jogos de salão
 - 6.1. Bingo social
 - 6.2. Jogos inteligentes

Bibliografia(s):

- CUTRERA, J. C. Técnicas de recreação. Buenos Aires: Stadium, 1974.
- MONTEIRO, F. D. Parque de lazer e de esportes para todos. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1979.
- REIS, H. F e COSTA, O. A. Recreação infantil. Rio de Janeiro: Ozon Editor, 1985.

- COSTA, L. P. da C. Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: Palestra, 1981.
- CURY, F. M. Camping para todos. Belo Horizonte: Editora do Brasil, 1976.
- LEIF, J. L. B. O jogo pelo jogo. São Paulo: Zahar Editores.
- REQUIXA, R. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- KUNZ, E. Educação Física: ensino e mudanças. Ijuí: Unijuí, 1991.
- MIRANDA, N. Origem e propagação dos parques infantis e de jogos. São Paulo: Departamento de Cultura.

INSTITUIÇÃO 11

Instituição Privada
Curso: Educação Física

Disciplina 1: Recreação I
Ano: 2000
Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

Conceitos básicos e diferenciados da teoria do lazer e da recreação. Conceitos e prática de diversos tipos de jogos. Utilização de materiais alternativos em atividades recreativas, psicomotoras com alunos da escola fundamental.

Objetivos:

Geral – Despertar no acadêmico o aspecto da recreação, capacitando-o a identificar, comparar, analisar, criar e aplicar atividades recreativas, atendendo ao interesse e necessidade das faixas etárias correspondentes à Pré-escola e Escola de 1º grau, numa perspectiva de valorização do ser humano nas dimensões individual e social.

Específico – Capacitar o aluno a reconhecer, discriminar e utilizar os diversos tipos de jogos recreativos, assim como desenvolver atividades recreativas psicomotoras com pré-escolares e escolares de primeiro grau.

Conteúdos Programáticos:

1ª unidade – Teoria do lazer e recreação – diferenciação entre conceitos básicos de trabalho, ócio, tempo livre, lazer, semi-ócio e recreação. Teorias e valores gerais da recreação. Estudo comparativo das sociedades agrícola, industrial e humanista. Conceituação e classificação de grupo social no tocante ao campo do lazer e da recreação.

2ª unidade – Classificação dos jogos recreativos – quanto à natureza e motricidade. Prática de diversos tipos de jogos. Diferenciação entre jogo e desporto.

3ª unidade – Atividades recreativas psicomotoras para o pré-escolar – importância da recreação no currículo por afetividade (Pré-escola) e as 2 primeiras séries do currículo por atividade (1º grau) pela espontaneidade, livre escolha e estímulo à criatividade – descoberta e exploração do corpo como elemento básico de comunicação e uso de objetos como mediadores dessa comunicação.

4ª unidade – Recreação na escola de 1º grau – quadrinologia, recreio, teatro, jogos pré-desportivos e princípio de variabilidade.

Procedimentos:

1ª unidade: aulas teóricas com leitura e debates em pequenos grupos de apostila sobre os conteúdos da unidade. Trabalho de consulta bibliográfica sobre a obra “Lazer: benção ou maldição?”;

2ª unidade: aulas teórico-práticas, envolvendo o grande grupo, sugerindo tipo de jogos, com vivências pelos alunos;

3ª unidade: aulas teórico práticas utilizando materiais de sucata (caixas, jornais, latas, bolas de tipos diversos, cordas, aros e bastões); aplicação individual e em pequenos grupos;

4ª unidade: abordagem teórica com posterior prática em pequenos grupos. Montagem de uma pasta de jogos para consulta futura no projeto RI (2º semestre, Prática de ensino (4º semestre).

Bibliografia:

GAELZER, L. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, 1979.

GAELZER, L. O recreio na escola de 1º grau. Porto Alegre: UFRGS, 1976.

GUERRA, M. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1985.

HURTADO, J. M. Educação Física pré-escolar e escolar de 1ª a 4ª série: uma abordagem psicomotora. 4ª ed. Curitiba: UFPR/Prodil, 1987.

GARCIA, R. M. & MARQUES, L. A. Brincadeiras cantadas. Porto Alegre: Kuarup, 1989.

- MAZETTI, M. Teatrinho na sala de aula. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1974.
 SILVA W. A. Cala-boca não morreu... a linguagem na pré-escola. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
 FERREIRA, I. L. Atividades na Pré-escola. São Paulo: Saraiva, 1973.
 MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação infantil. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1967.
 PALLARES, Z. M. Atividade rítmica para o Pré-ecsolar. Porto Alegre: Redacta/Prodil, 1981.

Disciplina 2: Recreação II

Ano: 2000

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

A disciplina enfoca o papel do recreador na sociedade, procurando fazer com que se situe como agente socializador, responsável pela orientação recreativa dos indivíduos nas diferentes faixas etárias, despertando-os para uma melhor qualidade de vida, na qual possa também ser exercitado o senso crítico e a prática da justiça na solidariedade.

Objetivos:

Despertar o aluno para o aspecto social da recreação capacitando-o a identificar, comprar, analisar, criar e aplicar atividades recreativas, atendendo ao interesse e necessidade de diferentes faixas etárias, numa perspectiva de valorização do ser humano nas dimensões individual e social.

Conteúdos Programáticos:

1. Projeto Recrear Integrando: trabalho de campo realizado em grupo de 2 a 4 aluno em instituições de Porto Alegre, que atuem com pré-escolares, escolares de 1º grau, idosos, excepcionais.
2. Recreação para Pré-escolares – sugestões de abordagens, manejo, uso de sucata, rodas e brinquedos cantados, atividades de motricidade ampla e fina.
3. Recreação para escolares de 1º grau – quadrinologia, teatro em sala de aula, recreio escolar, princípios de variabilidade, recreação e comunicação.
4. Recreação para idosos – proposta de jogos, ginástica recreativa, dança e atividades festivas.
5. Recreação em meio líquido – sugestões de atividades em praia, piscina para hotéis, colônias de férias, etc...

Procedimentos:

- a) As aulas serão desenvolvidas com base na bibliografia fornecida, seguida de breve teoria, finalizando com aplicação prática em sala de aula.
- b) A avaliação semestral será baseada nos seguintes critérios: - Todos os graus variarão de zero a dez, com pesos diferenciados, conforme o grau de dificuldade na execução de cada instrumento, que são: 1) Projeto Recrear Integrado (4); 2) Trabalho de consulta bibliográfica (2); 3) Prática de grupos de teatro (2); 4) Participação nas práticas em sala de aula (2).

A nota final do semestre é calculada pela média aritmética ponderada dos critérios já citados.

Bibliografia:

- GAELZER, L. Ensaio à liberdade. Porto Alegre: Luzzato, 1985.
 SILVA W. A. Cala-boca não morreu... a linguagem na pré-escola. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.
 GARCIA, R. M. & MARQUES, L. A. Brincadeiras cantadas. Porto Alegre: Kuarup, 1989.
 HURTADO, J. M. Educação Física pré-escolar e escolar de 1ª a 4ª série: uma abordagem psicomotora. 4ª ed. Curitiba: UFPR/Prodil, 1987.
 FERREIRA, I. L. Atividades na Pré-escola. São Paulo: Saraiva, 1973.
 MAZETTI, M. Teatrinho na sala de aula. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1974.
 GALEZER, L. O recreio na escola de 1º grau. Porto Alegre: UFRGS, 1976.
 MEDEIROS, E. B. Jogos para recreação infantil. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1967.

BAUR, R. & ENGLERT, R. Ginástica, esporte e jogos para idosos. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1982. (Col. Ed. Física).

Disciplina 3: Prática de Ensino I (Recreação/Atletismo)

Ano: 2000

Carga horária: 30 horas/aula

Ementa:

II – Recreação

Objetivos:

Geral – Despertar no acadêmico o aspecto da recreação, capacitando-o a identificar, comparar, analisar, criar e aplicar atividades recreativas, atendendo ao interesse e necessidade das faixas etárias correspondentes à Pré-escola e Escola de 1º grau, numa perspectiva de valorização do ser humano nas dimensões individual e social.

Específico:

- Identificar atividades de lazer e recreação adequadas às crianças de 1ª a 3ª séries do 1º grau, à adolescentes e à 3ª idade;
- Associar a recreação como processo de educação não formal de habilidades e atitudes ao ensino das diferentes faixas etárias;
- Possibilitar ao aluno a aquisição de experiências práticas, durante a vida acadêmica;
- Contribuir teórica e praticamente para novas experiências de pesquisa, ensino e extensão no currículo da escola superior de Educação Física;
- Valorizar a recreação como um aspecto de educação integral, estimulando-os para a organização de lideranças;
- Identificar a necessidade de recreação e suas relações com os diferentes grupos sociais e culturais, as faixas etárias, o sexo, a saúde física e psíquica, as condições geográficas e climáticas, as condições locais de esforços materiais, recursos e disponibilidade;
- Educar-se quanto ao lazer, descobrir o mundo material e o mundo social;
- Desenvolver a observação, a imaginação, a criatividade e a sociabilidade;
- Identificar recursos corporais em atividades;
- Integrar ações individuais num ritmo grupal;
- Crescer – através de uma formação necessária para sua integração no grupo social, como “pessoa”;
- Preparar-se para o uso consciente da cidadania.

Conteúdos Programáticos:

1. Programas comunitários de recreação
 - 1.1. Objetivo geral da disciplina
 - 1.2. Súmula da disciplina
 - 1.3. Objetivos específicos
 - 1.4. Justificativa
 - 1.5. Fundamentação teórica
 - 1.6. Fatores e critérios para prática
2. Programas de convívio comunitário
 - 2.1. Caracterização da recreação
 - 2.2. Critérios de avaliação.

INSTITUIÇÃO 12

Instituição Privada

Curso: Educação Física – Licenciatura Plena

Disciplina: Recreação

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 4 créditos

Ementa:

Definição e importância: lazer e recreação; objetivos gerais e específicos; jogo da criança, do adolescente, do adulto e da 3ª idade; atividades aplicadas (teatro, folclore, ruas de lazer, etc.); confecção e exploração de materiais de sucata.

Objetivo(s):

Tem como objetivo formar profissionais comprometidos com uma visão adequada de homem exigido pela sociedade, com capacidade de planejar, executar, orientar, supervisionar e avaliar a Educação Física na escola e fora dela, integrando-a com as demais áreas de conhecimento humano.

Da Disciplina: Proporcionar ao aluno vivências em diversas atividades recreativas aplicadas à criança, ao adolescente, ao adulto e à 3ª idade.

Conteúdo Programático:

- Recreação Escolar, jogos motores
- Recreação Escolar, rodas cantadas
- Recreação Escolar, grandes jogos
- Recreação Escolar, atividades com ritmo
- Ruas de lazer
- Jogos recreativos na água
- Educação Física infantil
- Colagem e pintura (Sala de aula)
- Atividades para ônibus e hotéis
- Preparação para o teatro
- Circuito recreativo

Avaliação:

Prova teórica escrita e trabalho prático, valendo 50 % da nota teórica e 50 % prática.

Bibliografia:

A bibliografia recomendada para a leitura e pesquisa é a mesma para a aquisição:

COSTA, Lamartini Pereira da. Teoria e prática do esporte comunitário.

CUTRERA, Juan Carlos. Recreação.

DIETRICH, Knut. Os grandes jogos. Ed Ao Livro Técnico S/ª

MORENO, Guillermo. Recreação 1000 com acessórios. Ed. Sprint.

ORSO, Darci. Brincando, brincando se aprende. Ed. FEEVALE, 1999.

_____. Atividades recreativas. 1997.

SILVA E N. Pithan. Recreação. Cia Brasil Editora: São Paulo, 4ª ed.

INSTITUIÇÃO 13

Instituição Privada
Curso: Educação Física
Disciplina: Recreação I
Ano: 2000
Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa:

Análise das dimensões do lazer e da recreação na sociedade contemporânea. O estudo do ludismo e sua relação com o desenvolvimento integral do ser humano e as diferentes formas de aplicação das atividades recreativas em instituições escolares e não-escolares.

Programa:

Unidade I – Lazer e Recreação:

- 1) Processo Histórico do surgimento do lazer.
- 2) Definições de lazer e recreação.
- 3) A Carta do lazer e a Constituição brasileira.
- 4) As funções do lazer e a sociedade contemporânea.
- 5) Classificação das atividades de lazer e da recreação.
- 6) Os espaços de lazer.
- 7) Lazer e educação.
- 8) O profissional de educação física e o lazer.

Unidade II – As Atividades Físicas e seu Caráter lúdico:

- 1) Visão histórica das atividades lúdicas.
- 2) As noções de brinquedo e de jogo.
- 3) O jogo do homem e o jogo do animal.
- 4) O jogo do adulta e o jogo infantil.
- 5) Classificações do jogo.
- 6) As teorias do jogo.
- 7) Os jogos e sua influência no desenvolvimento integral do ser humano.
- 8) Processos pedagógicos para uma aula de jogo.

Unidade III – As Atividades Recreativas de Natureza Rítmica:

- 1) Brinquedos cantados: a música e a criança, resgate do cancionero folclórico infantil brasileiro, atividades corporais envolvendo músicas do cancionero folclórico infantil brasileiro, processos pedagógicos dos brinquedos cantados.
- 2) Bandinha rítmica: conceito de bandinha rítmica, tipos de bandinha, objetivos e finalidades da bandinha rítmica, instrumentos básicos de bandinha, processos pedagógicos da bandinha rítmica por imitação.

Unidade IV – Atividades Recreativas Sócio-Culturais:

- 1) Gincanas.
- 2) Colônia de férias.

INSTITUIÇÃO 14

Instituição Pública

Curso: Educação Física – Modalidades: Licenciatura, Treinamento e Recreação e lazer

Disciplina 1: Introdução à Recreação e aos Estudos do Lazer

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Laboratório de atividades recreativas, tanto no ambiente escolar como fora dele; abordagem conceitual das relações existentes entre a Educação Física, recreação e lazer, dentro de uma visão histórica, com vistas à perspectiva contemporânea.

Objetivo:

Contribuir para o fornecimento de elementos para o trabalho do profissional de Educação Física, enquanto animador sócio-cultural, quer ele faça ou não a opção pela modalidade “Recreação e Lazer”, no bacharelado em Educação Física.

Conteúdo Programático:

- Abrangência do lazer – texto “Lazer nos municípios”
- Turismo e lazer – Texto: “Turismo e lazer: viajando com personagens”
- Políticas públicas de lazer – Texto: A proposta carente de lazer x o lazer dos carentes”
- Filme “Orlando Turístico”
- As relações entre lazer e Educação Física – Texto: As relações entre a Educação Física e o lazer – Desdobramentos a partir do texto:
 - O elemento lúdico no lazer
 - Filmes: “Mais que um jogo”
 - “No limite da realidade”
 - A questão do prazer – texto Aspectos psicológicos do lazer
 - A relação lazer/cultura
 - A relação lazer/meio ambiente – texto: “O estilo ecológico”
 - Filme: “Machu Pichu – na trilha dos Incas”
 - Esporte na natureza
 - Lazer nos condomínios
 - Seminários sobre os temas: Acampamento/Camping; Parques; Clubes, Bairros; Construção de Termas

Avaliação:

Execução das atividades propostas no livro-texto “Introdução aos estudos do Lazer”Na forma de seminários/Participação nas aulas.

Bibliografia:

BRUHNS, Heloisa. Relações entre a Educação Física e o lazer. In: BRUHNS, Heloisa T. (Org.) Introdução aos estudos do lazer. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.

Turismo e lazer: viajando com personagens. In: LUCHIARI, M. Tereza (Org.) Turismo e Meio ambiente, Campinas, IFCH/Unicamp, n. 31(1)

IWANOVICZ, J. Barbara. Aspectos psicológicos do lazer. In: BRUHNS, Heloisa T. (Org.) Introdução aos estudos do lazer. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1997.

MARTIN, Paulo Ricardo. O Lazer nos municípios. In: Estudos do lazer/SESC n. 1, 1985.

Revista Veja, 24/07/1991. O estilo ecológico.

Filmes: “Orlando Turístico”
“Mais que um jogo”

“No limite da realidade”
 “Machu Pichu – Na trilha dos Incas”

Disciplina 2: Relação entre Educação Física, Recreação e Estudos do Lazer

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Estudo das implicações da relação entre a Educação Física e o lazer na sociedade brasileira; O profissional de Educação Física e sua inserção no campo do lazer: análise e perspectivas de atuação.

Objetivos:

- 1) Compreender o significado da inserção da disciplina no contexto do curso de graduação em Educação Física da Unicamp e sua relação com a modalidade Recreação e Lazer;
- 2) Compreender o sentido das imbricações da Educação Física com o lazer com vistas à explicitação das possibilidades de intervenção profissional delas derivadas.

Detalhamento do Conteúdo Programático:

1. O lugar da disciplina no curso de graduação em Educação Física da Unicamp.
2. Primeiras (re)aproximações à problemática da Educação Física.
 - 2.1. Afinal, o que é Educação Física? Estudo de um (possível) quadro das teorias pedagógicas da Educação Física; Bibliografia de apoio: CASTELLANI FILHO, Lino. Política Educacional e Educação Física.
 - 2.2. Construindo o consenso em torno de um conceito de Educação Física a partir da perspectiva da concepção crítico-superadora; Bibliografia de apoio: Coletivo de autores. Metodologia do Ensino da Educação Física.
3. Primeiras (re)aproximações à problemática do lazer.
 - 3.1. Revisitando as categorias do Lazer. Bibliografia de apoio: MARCELLINO, Nelson Carvalho. Estudos do Lazer: uma introdução; Vídeo “Formiguinhas”.
4. (Re)contextualizando a reflexão: (Re)viendo nossa compreensão sobre o Brasil no final de século. Bibliografia de apoio: CASTELLANI FILHO, Lino. Em tempo de globalização.
5. A configuração da relação Educação Física/lazer no Brasil; Bibliografia de apoio: CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: A história que não se conta; CASTELLANI FILHO, Lino. Lazer e qualidade de vida. MELO, Victor Andrade de. Relações entre recreação/lazer e Educação Física: notas históricas e situação contemporânea.
6. A formação profissional e as perspectivas de intervenção no mundo do trabalho.
 - 6.1. O animador cultural. Bibliografia de apoio: GARCIA, Erivelto Busto. Os novos militantes culturais.
 - 6.2. O administrador; Bibliografia de apoio: BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos.
7. Reflexões em torno de algumas experiências:
 - 7.1. No campo governamental:
 - 7.1.1. No âmbito federal: o esporte para todos; Bibliografia de apoio: CAVALCANTI, Kátia Brandão. O discurso ideológico do EPT; COSTA, Lamartine Pereira da. Educação Física e Esportes não formais.
 - 7.1.2. Nos âmbitos estadual e municipal; Bibliografia de apoio: RAMOS, Maria Virgilina e INFANTE, Rosana. Formação e reciclagem de quadros – o caso de São José dos Campos/SP; GUTERRES, Etel Soares e RODRIGUES, Rejane Penna. Orçamento Participativo e a questão do lazer – O caso de Porto Alegre/RS.
 - 7.2. No campo não governamental:

- 7.2.1. A ótica da empresa. Bibliografia de apoio: OLIVIERI, Luiz Benito de Carvalho et al. A questão social do lazer e esporte na empresa; PACHECO, Reinaldo Tadeu Bosculo. O lazer nas empresas: onde está o trabalhador?
- 7.2.2. A ótica do trabalhador. Bibliografia de apoio: PEIXOTO, Elza. Para não deixar o cérebro na máquina – um estudo sobre os sentidos de “Cultura” e de “Lazer” no discurso da “teoria do lazer” em inter-relação com o discurso de trabalhadores organizados no sindicato cutista dos Metalúrgicos de São José dos Campos/SP.

Da Dinâmica:

- Serão utilizadas dinâmicas de trabalho em pequenos e grandes grupos, ao lado de aulas expositivas, seminários e fichamentos das leituras desenvolvidas;
- A bibliografia de apoio mencionada nos itens acima serão acrescidas outras referências, à medida que a situação e/ou necessidade o determinem.

Avaliação:

Será privilegiado o critério da avaliação do *processo ensino-aprendizagem*, do qual fará parte, dentre outros elementos, uma avaliação do domínio, por parte do aluno, do conteúdo programático desenvolvido.

Disciplina 3: Lazer e Sociedade

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

As relações entre lazer e trabalho, família, religião e educação. Estudo do lazer relacionado às diversas fases do ser humano: infância, juventude, idade adulta e terceira idade.

Objetivos:

Estimular a racionalidade crítica e criativa para formação da competência do profissional de Educação Física enquanto animador cultural. Contribuir para o entendimento das relações entre o lazer e a sociedade contemporânea, especialmente brasileira, analisadas pelo prisma de desenvolvimento social individualizado da pessoa.

Conteúdo do Programa:

1. O homem planejador e realizador da vida e os enfoques teóricos do lazer.
2. Lazer e trabalho – o pensamento da existência coletiva e a dicotomia trabalho/lazer. o significado social do trabalho no processo de desenvolvimento da pessoa. Lazer numa sociedade de desemprego e de abandono social.
3. Lazer, família e as relações familiares de lazer. Lazer e o casamento. Lazer e o ciclo vital.
4. Lazer e religião – aspectos morais de educação religiosa e não religiosa.
5. Lazer e a arte. A percepção do tempo no âmbito da cultura intelectual da Europa Ocidental. O campo de atuação do animador cultural – construção da atuação, o professor de Educação Física enquanto animador sociocultural.

Estratégias:

Aulas expositivas, seminários, debates, leitura orientadas, pesquisas de campo, participação voluntária na introdução do programa “A escola de esporte e lazer para comunidade do parque Oziel de Campinas”.

Crerios de Avaliação:

Participação ativa nas aulas, pesquisas e trabalhos propostos incluindo a elaboração dos relatórios, dos seminários em grupos e das leituras individuais.

Observação:

O programa aqui apresentado possa sofrer as mudanças em função dos interesses dos alunos e as possibilidades de sua realização. Algumas aulas contarão com os convidados conhecedores dos temas desenvolvidos.

Bibliografia:

- CARVALHO, A. Mello. Cultura física e desenvolvimento. Lisboa: Compendium. Pag.143-157. (item 5)
- DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. São Paulo: SESC, 1980. (item 1 e 3)
- IWANOWICZ, J.B., RICOY, M., SILVA, M.C. As relações familiares de lazer ao longo da vida dos idosos. V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física. Maceió, 1997. Coletânea. Pag.83-91. (item 3)
- MAGNANI, J. G. C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1982 (item 2)
- MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995. (item 5) pag.13-22.
- MARTIN, P.R. Lazer nos municípios. Estudos do lazer. Out/85: 9-18 (item 6)
- PARKER, S. A. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. (item 2, 3 e 4).
- THOMPSON, E. P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das letras, 1998. Cap 6. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. Pag.267-304.

Disciplina 4: Processo de Planejamento em Recreação e Lazer

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Análise das linhas e ação de órgãos públicos e privados estabelecidos na área. Elaboração de políticas administrativas, desenvolvimentos e implementação de programas recreativos e gerenciamento organizacional dos serviços de lazer, tanto no setor público como no privado.

Objetivos:

Desenvolver o entendimento das políticas de lazer no âmbito das políticas sociais bem como o de Planejamento em lazer a partir do quadro da teoria das organizações.

Detalhamento do Conteúdo Programático:

1. A disciplina no âmbito do curso de graduação em Educação Física da instituição.
 - 1.1. Uma reaproximação à problemática do lazer
 - 1.1.1. A relação trabalho – lazer no contexto brasileiro. Bibliografia de apoio: OLIVEIRA, Paulo de Salles. Tempo livre, trabalho e lutas sociais; DO VALLE, Lilian A. B. O lazer como resistência; MORAES, Antonio Ermírio de. A república da preguiça; NASSIF, Luis. Feriados, sim; SEMLER, Ricardo. Pena de morte através do trabalho; BETTING, Joelmir. A defesa do lazer; SCHWARTZ, Gilson. Fim do trabalho, a utopia retorna.
2. Uma aproximação à questão das Políticas sociais.
 - 2.1. Políticas públicas. Políticas privadas. Políticas governamentais: uma abordagem histórica das políticas sociais no Brasil;
 - 2.2. Quadro atual das Políticas sociais no Brasil.
 - 2.2.1. As mudanças na Constituição brasileira. Bibliografia de apoio: DESEP/CUT. Políticas sociais e os trabalhadores; RODRIGUES, José Albertino. Políticas públicas e política social; RIBEIRO, Renato Janine. O público, o privado e a platéia.
3. Uma aproximação à problemática da teoria das organizações. Administração. Planejamento.
 - 3.1. O movimento de administração científica e a organização;

- 3.2. O movimento de relações humanas e a organização;
- 3.3. O behaviorismo e a organização;
- 3.4. O estruturalismo e a organização;
- 3.5. A teoria geral dos sistemas e a organização;
- 3.6. O conceito de desenvolvimento organizacional.

Bibliografia de apoio: MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração; DEMO, Pedro. Participação e planejamento; LENHARO, Alcir. A militarização dos corpos. In: Socialização da política (pp.75-105); CASTELLANI FILHO, Lino. Educação Física no Brasil: a história que não se conta. Segundo ato – cena IV (pp.85-92).

4. Uma aproximação à problemática do planejamento:

4.1. Introdução à questão do planejamento estratégico situacional participativo – PES-P. Bibliografia de apoio: MOTTA, Fernando C. Prestes. Teoria geral da administração; MATUS, Carlos. O plano como aposta; BARELLI, Walter e TROYANO, Annez Andraus. Planejar como arte de governo; ALVES, Edgard Luis G. e LIMA, Mozart de Abreu. Crise e planejamento estratégico situacional.

5. Uma aproximação à problemática da formulação de políticas e do planejamento em lazer.

5.1. Planejamento na esfera governamental:

5.1.1. No âmbito federal

5.1.2. No âmbito estadual

5.1.3. No âmbito municipal

Bibliografia de apoio: BRAMANTE, Antonio Carlos. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?; MARCELLINO, Nelson Carvalho. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal; MARTIN, Paulo Ricardo. Lazer nos municípios; TRIGO, Luis Gonzaga Godoy. Subsídios para uma política pública de turismo; CAMARGO, Luis Octávio. Política de lazer; COSTA, Lamartine Pereira da. EPT: crítica ou auto-crítica?; CARMO, Apolônio Abadio do. EPT: alienação ou transformação?; CAVALCANTI, Kátia Brandão. O discurso ideológico do EPT. 5.2. Planejamento em lazer na esfera não governamental:

5.2.1. Sob a ótica da empresa

5.2.2. Sob a ótica sindical/trabalhadores

5.2.3. Sob a ótica das instituições prestadoras de serviço sem fim lucrativo (SESI/SESC/ACM)

5.2.4. Sob a ótica das instituições prestadoras de serviço com fins lucrativos (academias de ginástica...)

5.2.5. Sob a ótica dos partidos políticos.

Bibliografia de apoio: MAGNANI, José Guilherme Cantor. Lazer dos trabalhadores; PACHECO, Reinaldo Tadeu Boscolo. O lazer nas empresas: onde está o trabalhador?; BRASIL, MEC. Esporte e lazer na empresa; MARCOLINO, Luiz Carlos et al. A questão social do lazer e esporte na empresa; SESI. Programa Nacional de lazer junto a empresas; CAPINUSSU, J.M. e COSTA, Lamartine Pereira da. Administração e marketing nas academias de ginástica (pp.31-58); CASTELLANI FILHO, Lino. Direito ao lazer; CASTELLANI FILHO, Lino. ---; PSDB/PFL. Programa de governo FHC – Esporte e Lazer; FRENTE BRASIL POPULAR. 13 propostas do governo Lula para o esporte e lazer; SETORIAL NACIONAL ESPORTE E LAZER. Programa de governo Lula Presidente. Direito à cultura esportiva.

Da dinâmica:

- Serão utilizadas dinâmicas de trabalho em pequenos e grandes grupos, ao lado de aulas expositivas, seminários e fichamentos das leituras desenvolvidas;
- A bibliografia de apoio mencionada nos itens acima serão acrescidas outras referências, à medida que a situação e/ou necessidade o determinem.

Da Avaliação:

Será privilegiado o critério da avaliação do *processo ensino-aprendizagem*, do qual fará parte, dentre outros elementos, uma avaliação do domínio, por parte do aluno, do conteúdo programático desenvolvido.

Disciplina 5: O Processo de Liderança na Recreação e Lazer

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

O estudo dos princípios teóricos das relações e de suas lideranças na situação de lazer numa perspectiva socio-psicológica e educativa orientada pelo modelo interativo do funcionamento social e psicológico.

Objetivo:

Oferecer o conhecimento integrado para a compreensão, a pesquisa e atuação prática referente aos processos grupais e sua dinâmica nas situações de lazer para que a atuação, a organização e supervisão dos grupos de lazer fosse orientada para a realização dos objetivos sociais de desenvolvimento humano.

Conteúdo Programático:

1. Os grupos de lazer e a pedagogia social
 - 1.1. A pedagogia social e a organização educacional de tempo livre no século XIX.
 - 1.2. Os grupos de lazer e a estrutura do meio social.

Bibliografia:

IWANOWICZ, B. Grupo de lazer pelo prisma da pedagogia social – texto não publicado.

2. Significado psicossocial do grupo
 - 2.1. O que é um grupo social?
 - 2.2. A natureza da dinâmica do grupo.
 - 2.3. O psicodrama e sociometria de Moreno – os conteúdos políticos.

Bibliografia:

CARTWRIGHT, D. Zander. A dinâmica de grupo: pesquisa e teoria. Cap. 1. Pag.2-37.

MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas, Ed. Atlas S/A, 1997 – São Paulo. Pag. 11-25; 35-40.

3. As estruturas e metas dos grupos em geral e de lazer em específico.
 - 3.1. As estruturas formais e informais, sua caracterização.
 - 3.2. Esquema interacional de Bales.

Bibliografia:

CARTWRIGHT, D. Zander. A dinâmica de grupo: pesquisa e teoria. Cap. 34. As propriedades estruturais dos grupos

MINICUCCI, Agostinho. Dinâmica de grupo: teorias e sistemas, Ed. Atlas S/A, 1997 – São Paulo. Pag. 61-72.

4. A dinâmica dos processos grupais: as atitudes.

O conformismo, o conflito, a imitação, o fenômeno de individuação em grupos, rebelião, rituais, a consciência ecológica

Bibliografia:

CARTWRIGHT, D. Zander. A dinâmica de grupo: pesquisa e teoria. Cap. 3. Coesão do grupo: Introdução. Pag.83-113.

5. A problemática da autoridade e estruturas de influência no grupo.
 - 5.1. A liderança e a influência distribuída nas organizações com distintos objetivos, nisto de lazer.
 - 5.2. Liderança e poder.
 - 5.3. As condições de auto-organização dos grupos versus as dificuldades em relação a sua estrutura.

Bibliografia:

CARTWRIGHT, D. idem cap 25. Liderança e realização do grupo; introdução pag. 607-635 – PEREIRA CASTILHO, W. C. Dinâmica de grupos populares, vozes, 1997. Petrópolis. A liderança de Marcos, pag. 23 MUCCHIELLI, R. O trabalho em equipe M. Fontes pag. 85 a 106.

6. A comunicação em grupos – os modelos e concepções de comunicação interpessoal

6.1. A comunicação não verbal:

- a) A linguagem corporal
- b) Os comunicados interativos
- c) As funções da comunicação não verbal

Bibliografia:

CARTWRIGHT. Idem cap 35. Padrões de comunicação em grupos orientados para a tarefa. Pag. 836-852.

MAISONNEUVE, J. idem cap. IX. As comunicações, suas redes e suas vicissitudes. Pag. 145-160.

7. A liderança e comunicação nos grupos de lazer.

7.1. Os tipos de liderança e a comunicação participativa.

7.2. Os “ruidos” na comunicação: a comunicação normal e afetada, a comunicação aberta e íntima, a pseudocomunicação.

7.3. A comunicação como expressão da relação; eu-outros.

7.4. A comunicação como jogo.

Bibliografia:

MAISONNEUVE, J. idem cap. VIII. Imagem de si. Grupos de referência. Afinidade, Pag. 126-144. O conteúdo programático de vivências grupais correspondentes aos tópicos teóricos.

Bibliografia:

FRITZEN, Silvino José. Exercícios práticos de dinâmica de grupo. Vol 1. Ed. Vozes, 1996.

1. A vivência e relato pessoal da experiência verbal.

Exercício n. 1. Apresentação

2. O consenso como elemento de formação da compreensão de caráter social do grupo.

Levantamento dos tópicos socio-grupais da dinâmica grupal por escrito como um trabalho grupal.

3. A dramatização

A identificação com outro como vivência de papel.

3.1. A vivência de trabalho em equipe

4. A integração grupal

5. As influências

6. O confronto

7. A liderança

8. O líder democrático

9. A comunicação

10. Bloqueio de criatividade.

Avaliação:

Participação nas vivências através dos relatos por escrito ou grupais conforme o tema.

A leitura dos textos será verificada através da participação nas discussões como também nas observações e análises nos relatórios semanais das vivências.

O relatório final do semestre deve conter a análise final das vivências e temas conduzidos ao longo do semestre com as propostas de exercícios recreativos que poderiam ser desenvolvidos nos grupos de lazer.

Disciplina 6: Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada a Recreação e Lazer I

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Abordagem da relação sujeito-objeto quanto a modelos cognitivos; caracterização de ciência e senso comum. Análise de aspectos metodológicos em algumas pesquisas sobre o lazer. Orientação para desenvolvimento dos trabalhos monográficos de conclusão do curso.

Objetivo:

Discutir alguns pressupostos metodológicos em relação à pesquisa na área do lazer e analisá-los em trabalhos selecionados, dirigidos para essa área de estudo.

Avaliação:

Participação nas aulas, frequência; Trabalhos desenvolvidos durante o semestre, relacionados com os temas desenvolvidos.

Conteúdo Programático:

1. Panorama geral do curso
2. Ciência e senso comum
3. A tríade sujeito-objeto-conhecimento/ Os modelos de conhecimento
4. Metodologia das ciências humanas
5. O conhecimento no lazer – diversas perspectivas
6. Análise de projetos
7. Pesquisas em estudos do lazer

Bibliografia:

- ALVES, R. Filosofia da ciência. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ARANHA, Maria L. A. e MARTINS, Maria Helena P. Filosofando. São Paulo: Ed. Moderna, 1988.
- BACAL, Sarah. Lazer: teoria e prática. São Paulo: Loyola, 1988.
- BRUHNS, Heloisa T. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. In: Revista CBCE, vol. 13, n. 1, 1991.
- _____. Metodologia da pesquisa na área de Estudos do lazer – Análise de um conteúdo programático. In: Revista Motivivência, ano V, ns. 5,6 e 7. Dez, 1994, Florianópolis, SC.
- CARVALHO, José Jorge. O jogo das bolinhas de gude: uma simbólica da masculinidade. Brasília: UNB, série antropológica, n. 56 s/d.
- FORJAZ, M. Cecília. Lazer e consumo cultural das elites. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vértice/Anpocs, n. 6, vol. 3, fev, 1998.
- MAGNANI, José G. C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARIN, Elizara C. Trabalho e lazer da mulher camponesa: o caso da comunidade de Vale Veneto. Projeto de pesquisa, Programa de Mestrado, FEF/Unicamp, 1993.
- LEME, Dulce M.P.C. Metodologia das ciências sociais. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) Introdução às ciências sociais. Campinas: Papirus, 1987.
- BRUYNE, Paul et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais, 3ª ed. São Paulo: Francisco Alves, 1997.
- MELO, Cristiane Ker de. Sobre o corpo na academia – a busca de significados e interesses. Projeto de pesquisa. Programa de Mestrado, FEF/Unicamp, 1994.
- NETTO, Sofflati. O jogo das bolinhas. Rio de Janeiro, caderno de folclore 21, Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1977.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Brinquedos artesanais e expressividade cultural. São Paulo: Biblioteca Científica, SESC, Série Lazer 4, 1982.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- ZANATTA, Patrícia F. A bicicleta como opção de lazer. Projeto de monografia de graduação. FEF/Unicamp, 1993.

Disciplina 7: Metodologia da Pesquisa Científica Aplicada a Recreação e Lazer II

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Abordagem da relação sujeito-objeto quanto a modelos cognitivos; caracterização de ciência e senso comum. Análise de aspectos metodológicos em algumas pesquisas sobre o lazer. Orientação para desenvolvimento dos trabalhos monográficos de conclusão do curso.

Objetivo:

Discutir alguns pressupostos metodológicos em relação à pesquisa na área do lazer e analisá-los em trabalhos selecionados, dirigidos para essa área de estudo.

Avaliação:

Participação nas aulas, frequência; Trabalhos desenvolvidos durante o semestre, relacionados com os temas desenvolvidos.

Conteúdo Programático:

1. Noções sobre epistemologia;
2. Ciência e Senso Comum;
3. A ciência e o “jogo da imaginação”;
4. A tríade sujeito/objeto/conhecimentos;
5. Método lógico de ciências humanas;
6. O conhecimento no lazer – Perspectivas de investigação;
7. O projeto de pesquisa;
8. Análise de projetos na área do lazer;
9. Análise de pesquisas na área do lazer;
10. Interpretação de textos e análise de conteúdos.

Bibliografia:

- ALVES, R. Filosofia da ciência. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ARANHA, Maria L. A. e MARTINS, Maria Helena P. Filosofando. São Paulo: Ed. Moderna, 1988.
- BACAL, Sarah. Lazer: teoria e prática. São Paulo: Loyola, 1988.
- BRUHNS, Heloisa T. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. In: Revista CBCE, vol. 13, n. 1, 1991.
- _____. Metodologia da pesquisa na área de Estudos do lazer – Análise de um conteúdo programático. In: Revista Motrivivência, ano V, ns. 5,6 e 7. Dez. 1994, Florianópolis, SC.
- CARVALHO, José Jorge. O jogo das bolinhas de gude: uma simbólica da masculinidade. Brasília: UNB, série antropológica, n. 56 s/d.
- FORJAZ, M. Cecília. Lazer e consumo cultural das elites. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vértice/Anpocs, n. 6, vol. 3, fev, 1998.
- MAGNANI, José G. C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MARIN, Elizara C. Trabalho e lazer da mulher camponesa: o caso da comunidade de Vale Veneto. Projeto de pesquisa, Programa de Mestrado, FEF/Unicamp, 1993.
- LEME, Dulce M.P.C. Metodologia das ciências sociais. In: MARCELLINO, Nelson C. (Org.) Introdução às ciências sociais. Campinas: Papyrus, 1987.
- BRUYNE, Paul et al. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais, 3ª ed. São Paulo: Francisco Alves, 1997.
- MELO, Cristiane Ker de. Sobre o corpo na academia – a busca de significados e interesses. Projeto de pesquisa. Programa de Mestrado, FEF/Unicamp, 1994.
- NETTO, Sofflati. O jogo das bolinhas. Rio de Janeiro, caderno de folclore 21, Funarte/Instituto Nacional do Folclore, 1977.
- OLIVEIRA, Paulo de Salles. Brinquedos artesanais e expressividade cultural. São Paulo: Biblioteca Científica, SESC, Série Lazer 4, 1982.
- SCHAFF, Adam. História e verdade. 3ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- ZANATTA, Patrícia F. A bicicleta como opção de lazer. Projeto de monografia de graduação, FEF/Unicamp, 1993.

Disciplina 8: Estágio Supervisionado em Recreação e Lazer II

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Seleção de uma das atividades credenciadas pela coordenação do estágio supervisionado, para aprofundamento de experiências. Execução e avaliação de projetos específicos de recreação e lazer.

Objetivo:

1. Possibilitar aos alunos vivenciarem o cotidiano de um órgão, instituição ou empresa de oferecimento de programas de lazer para a população.
2. Oportunizar ao(as) alunos(as) vivenciar o local de estágio escolhido, e a partir das observações feitas e do conhecimento mais aprofundado dos projetos e programas de Recreação e Lazer da instituição, estes elaborarem individualmente um projeto para o local estagiado.

Dinâmica:

Estágios nos locais definidos pela professora e alunos; Reuniões em grupo com o s alunos para discussão do estágio em andamento.

Avaliação:

Assiduidade e participação nas reuniões de discussões dos estágios; Quatro relatórios mensais minuciosos dos estágios; Projeto de recreação e lazer para a instituições na qual o alunos faz o estágio.

Cronograma:

Reuniões em sala de aula.

Disciplina 9: Tópicos Especiais de Recreação e Lazer II

Ano: 2000 - Semestral

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

Lazer no tratamento hospitalar para as crianças e jovens. Estudo do lazer dirigido ao desenvolvimento integral das crianças e jovens internadas e em tratamento ambulatorial.

Objetivos:

- Ampliar a formação dos alunos da área coma problemática do lazer no ambiente hospitalar diferenciando-a da recreação terapêutica.
- Estimular a criatividade e o uso dos conhecimentos já adquiridos na elaboração e pesquisa de atividades, principalmente físicas a serem desenvolvidas.
- Preparar-se para a atuação no ambiente hospitalar aprendendo a trabalhar em conjunto com a equipe hospitalar e com os pacientes.
- Aprender a ensinar crianças e jovens a se divertirem, e, cuidarem de suas experiências com amor, confiança e fé, elevando sua autoestima, autoaceitação e a esperança.

Conteúdo do Programa:

1. Apresentação e discussão do programa em conjunto com a participação do representante da equipe hospitalar. Apresentação do ritmo hospitalar e dos programas já existentes, regras de funcionamento do voluntariado e dos aprendizes, como nós.
2. As doenças diagnosticadas, formas de tratamento integrado, internação e tratamento ambulatorial.
3. As necessidades e dificuldades observadas nos pacientes e suas famílias em relação à internação, ao tratamento ambulatorial, aos retornos, exames temporais e etc.

4. A relação dos programas já existentes de lazer e educativos com as dificuldades e necessidades apontadas – expectativas em relação as atividades físicas.
5. A problemática familiar relacionada ao tratamento – as dificuldades e limitações conflitos e formas de ajuda existentes.
6. Os elementos psicológicos de estresse – conceitos gerais e relação com a situação hospitalar – indicadores para o planejamento das atividades físicas e de lazer.
7. A teoria da avaliação cognitiva de estresse de Lazarus e sua relação com a situação hospitalar.
8. Atividade física e os jogos esportivos como formas de aprender a enfrentar o estresse e manter o desenvolvimento pleno.
9. Os tipos de exercícios, intensidade, quantidade, os cuidados em geral e em relação específica do Hospital Boldrini.
10. Yoga e benefícios para o bem estar da pessoa, as possibilidades e indicações conforme a revisão bibliográfica da pesquisa científica.
11. O planejamento e realização dos programas de atividades físicas e de lazer no ambiente hospitalar. Planejamento das atividades de lazer na recepção e a problemática envolvida.
12. O planejamento e realização dos programas de atividades físicas e de lazer na UTI do implante de medula. Planejamento das atividades de lazer na UTI do implante de medula e a problemática envolvida.
13. Planejamento da execução de algumas propostas do projeto geral das atividades físicas e brincadeiras para os internos e ambulatório.
14. Seminário final com a equipe do hospital e representantes dos pacientes e acompanhantes envolvidos – avaliação do conteúdo das disciplinas, dos resultados, da prática, das relações estabelecidas. Propostas futuras.
15. Avaliação da disciplinas e dos alunos.

Local da Disciplinas:

Hospital Boldrini

A disciplina será ministrada em dois momentos: aula de conhecimentos e a prática destes no ambiente hospitalar para elaboração dos exercícios físicos e jogos a serem propostos. Assim, as primeiras quatro semanas serão dirigidas ao conhecimento do funcionamento do hospital e dos procedimentos obrigatórios. As seguintes dirigidas a análise para adequação dos exercícios físicos e jogos pelo prisma das atitudes e regras que integrem os interessados as atividades prazerosas, criativas, etc.

Os resultados e a observação da prática serão discutidos e analisados em conjunto com a equipe hospitalar que participara deste trabalho ao longo da disciplina.

Avaliação:

A participação ativa no programa por meio das leituras e a prática finalizadas com os relatórios de cada atividades desenvolvida com os interessados e em grupo.

Avaliação da disciplinas e da atuação dos alunos pela equipe hospitalar por meio da discussão e análise dos resultados obtidos.

INSTITUIÇÃO 15

Instituição Pública

Curso: Educação Física – Bacharelado e Licenciatura

Disciplina 1: Estudos do Lazer I

Ano: 2000 – Semestral – 2º Período

Carga Horária: 60 horas/aula - 4 créditos

Ementa:

História do lazer. Teoria do lazer. Barreiras sócio-culturais no lazer. Vivência de lazer. Tópicos Especiais.

Programa Analítico da Disciplina:

Aulas Teóricas

1. História do lazer: origem; contextualização do processo histórico; possibilidade de ação.
2. Teoria do lazer: lazer e trabalho; o tempo de lazer; conteúdos culturais; os espaços e equipamentos de lazer; educação para e pelo lazer.
3. Barreiras sócio-culturais no lazer: lazer e classes sociais; lazer e gênero; lazer e faixa etária; lazer e habilidades diferenciadas.
4. Vivências de lazer: possibilidades; interesses predominantes; relações estabelecidas; manifestações populares.
5. Tópicos especiais: seleção de temas, definidos pelos docentes e discentes em comum acordo, à luz dos acontecimentos que envolvam direta e indiretamente a área do lazer.

Aulas Práticas

1. Vivências lúdicas dos conteúdos culturais do lazer, privilegiando os interesses físicos
 - 1.1. Estafetas
 - 1.2. Brinquedos cantados
 - 1.3. Vivências com materiais específicos e alternativos
 - 1.4. Manifestações lúdicas tradicionais e populares
 - 1.5. Jogos cooperativos
 - 1.6. Jogos em diferentes espaços
2. Vivências lúdicas atendendo os interesses sociais
3. Vivências lúdicas atendendo aos interesses artísticos
 - 3.1. Dramatização
 - 3.2. Ginástica historiada
4. Vivências lúdicas atendendo aos interesses manuais
 - 4.1. Construção de materiais e equipamentos alternativos
5. Vivências lúdicas atendendo aos interesses intelectuais
 - 5.1. Jogos de conhecimentos gerais
 - 5.2. Jogos de raciocínio rápido
 - 5.3. Jogos de memorização
6. Vivências lúdicas atendendo aos interesses turísticos
 - 6.1. Cicloturismo

Referências Bibliográficas:

1. BRUHNS, H. T. (org.) Introdução aos estudos do lazer. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.
2. CELAR. Escola de Educação Física da UFMG. Revista Licere. V.1, n.1 (setembro), 1998.
3. HUIZINGA, J. Homo ludens: o jogo como elemento da cultura. 4 ed. São Paulo: Perspectiva, 1996.
4. INÁCIO, H. L. D. Esporte: conteúdo dominante no lazer do trabalhador. In: Anais do VI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. Santa Catarina, 1999.
5. MAGNANI, J.G.C. Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade. São Paulo: Brasiliense, 1998.
6. MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. Campinas: Autores Associados, 1996.

7. MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. 2 ed. Campinas: Papyrus, 1995.
8. MARCELLINO, N. C. Pedagogia da animação. Campinas: Papyrus, 1990.
9. MARCELLINO, N. C. (Org.) Lúdico, educação e educação física. Ijuí: Ed. Unijui, 1999.
10. OLIVEIRA, P.S. O que é brinquedo? São Paulo: Brasiliense, 1989.
11. Revista Motrivivência. O jogo e o brinquedo na Educação Física. Ano VIII, n.09, dezembro/1996.
12. SOUZA, S.B. Lazer, terceira idade e sua mútua relação. Revista Conexões. V.1, n.2. Campinas, julho/dezembro/1998.
13. VYGOTSKY, L.S. A formação social da mente. São Paulo: Martins fontes, 1984.
14. WAJSKOP, G. A brincadeira entre a teoria e a prática: pistas para uma reflexão. Revista Motrivivência, Editora UFSC, 1995/dezembro.

Disciplina 2: Estudos do Lazer II
 Ano: 2000 – Semestral – Optativa
 Carga Horária: 45 horas/aula - 3 créditos

Ementa:

Epistemologia. Lazer e educação. Políticas de lazer. Lazer e meio ambiente. Projetos de lazer na comunidade. Tópicos especiais.

Tópicos e Subunidades:

Aulas Teóricas

1. Epistemologia
 - 1.1. Bases epistemológicas dos estudos sobre o lazer
 - 1.2. Perspectivas epistemológicas dos estudos sobre o lazer
2. Lazer e educação
 - 2.1. A importância do lúdico na educação formal
 - 2.2. A importância do lazer na educação não formal
3. Política de lazer
 - 3.1. Análise das políticas de lazer na sociedade
 - 3.2. Lazer democratizado
 - 3.3. Auto-gestão no lazer
4. Lazer e meio ambiente
 - 4.1. Educação ambiental e lazer
 - 4.2. Vivências lúdicas na natureza
5. Projetos de lazer na comunidade
 - 5.1. Organização de rua de lazer
 - 5.2. Organização de gincana
 - 5.3. Organização de acampamentos
 - 5.4. Organização de colônia de férias
 - 5.5. Organização de cicloturismo
6. Tópicos especiais
 - 6.1. Aprofundamento de temas na área de lazer eleitos em comum acordo entre docente e alunos.
Ênfase nas questões ligadas à preparação desse novo profissional.

Aulas Práticas

1. Projetos de lazer na comunidade
 - 1.1. Organização de rua de lazer
 - 1.2. Organização de gincana
 - 1.3. Organização de acampamentos
 - 1.4. Organização de cicloturismo
2. Realização de um acampamento de lazer

Referências Bibliográficas:

1. BENJAMIM, W. Reflexões: a criança, o brinquedo, a educação. São Paulo: Summus, 1984.
2. BROUGÈRE, G. Jogo e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
3. BRUHNS, H. T. Lazer e meio ambiente: reflexões sobre turismo na natureza. In: Anais do XI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte: UFSC, 1999.
4. LINHALES, M. A. São as Políticas Públicas para a Educação Física, esporte e lazer efetivamente políticas sociais? Revista Motrivivência, Ano X, n.11, Editora UFSC, setembro, 1998.
5. MARCELLINO, N. C. (Org.) Políticas públicas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996.
6. MARCELLINO, N.C. Lazer: formação e atuação profissional.
7. MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1990.
8. PBH/SMES. O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: SMES/PBH, 1995.
9. PINTO, L.M.S. de M. Políticas de esporte e lazer: caminhos participativos. Revista Motrivivência, Ano X, n.11, Editora UFSC, setembro, 1998.
10. RIESMAN, D. A multidão solitária. São Paulo: Perspectiva, 1995.
11. RODRIGUES, R.P. Lazer-Esporte-Participação-Educação. Revista Motrivivência, Ano X, n.11, Editora UFSC, setembro, 1998.
12. RUSSEL, B. Elogio do lazer. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
13. SERRANO, C.M.T., BRUHNS, H. T. (Org.) Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente. Campinas: Papyrus, 1997.
14. TRIGO, L.G.G. Qualidade nos serviços turísticos. FEF/DEL/UNICAMP, 1991.
15. ZINGONI, P. Políticas públicas participantes de esporte e lazer: da congestão à co-gestão. Revista Motrivivência, Ano X, n.11, Editora UFSC, setembro, 1998.

INSTITUIÇÃO 16

Instituição Pública

Curso: Licenciatura em Educação Física

Disciplina 1: Recreação Musicada

Ano: 2000 – Semestral – 4º Período

Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa do Programa:

Conceito atual e papel no estado moderno. A satisfação como característica indispensável à recreação. A recreação como necessidade bio-psicosocial das crianças, adolescentes e adultos. Estudo, classificação e características dos brinquedos cantados, canções e danças. Origem e definição de folclore. O fato folclórico. Danças folclóricas nacionais e internacionais. Organização da bandinha rítmica e percussão. Ginástica historiada.

Objetivos Gerais da Disciplinas:

Conhecer e analisar os conteúdos básicos componentes da ação lúdica do homem; Conhecer as terminologias, conceitos, classificação e aplicações das atividades recreativas; Conhecer e analisar as atividades folclóricas, abordando sua importância como rico elemento educacional; Conhecer e analisar os processos de aprendizagem dos brinquedos cantados, jogos dramáticos, ginástica historiada, banda rítmica de percussão e suas aplicações na escola e atividades fins.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação do programa e discussão
2. Divisão da turma em grupos
3. Recreação: história, conceito, forma de recreação
4. Brinquedos cantados
5. Folclore
6. Ginástica historiada
7. Jogos dramáticos
8. Banda rítmica/instrumento de percussão
9. Brinquedo e sucata: conceito, confecção

Dinâmica dos Trabalhos:

Debates a partir de textos referentes ao assunto; Aulas expositivas sobre as temáticas em questão; Atividades práticas e teóricas em grupo.

Avaliação:

- Resumo de um livro sobre brinquedo;
- Brinquedo e sucata: a turma será dividida em 02 grupos onde atuaram junto com os alunos de uma escola;
- Confecção de instrumento;
- Apresentação prática final: A partir do conteúdo dado durante o semestre o grupo deverá pesquisa, planejar e executar as seguintes tarefas: apresentar 3 danças folclóricas pesquisadas, 1 banda rítmica de percussão elaborada pelos alunos, 3 brinquedos cantados pesquisado ou criados, um jogo dramático pesquisado ou criado;
- Prova final.

Bibliografia:

ALMEIDA, Theodora Maria Mendes de. Quem canta seus males espanta: coordenação São Paulo, SP. Editora Caramelo, 1998.
KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos tradicionais infantis: o jogo e a criança e a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MACHADO, Marina Marcondes. O brinquedo – Sucata e a criança. A importância do brincar, atividades e materiais. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1995.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas, SP: Papyrus, 1987. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.

MONTANDON, Isabel. Educação Física e esporte. Nas escolas de 1º e 2º graus. Belo Horizonte, MG. Villa Rica Editores Reunidas LTDA., 1992.

NETO, Paulo de Carvalho. Folclore e educação. Rio de Janeiro, RJ: Editora Forense.

Disciplina 2: Jogos Recreativos

Ano: 2000 – Semestral – 5º Período

Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa:

A dinâmica sócio-cultural, econômica e educacional do jogo, lazer e recreação, são analisados à partir de uma perspectiva multidisciplinar. As atividades são aplicadas e analisadas criticamente e experimentado à partir de memória e tradições, da recreativização de modelos de técnicas corporais (ginástica, esportes...) e da criação de “novos modelos” de atividades física recreativas.

Objetivos Gerais da Disciplina:

Conhecer e analisar os conteúdos básicos componentes da ação lúdica do homem; Conhecer as terminologias, conceitos, classificações e aplicação dos jogos recreativos;

Capacitar o aluno, para analisar criticamente e divulgar a prática da recreação e jogos recreativos reconhecendo sua importância, na escola, colônias de férias, gincanas e ruas de recreio.

Conteúdo Programático:

1. Apresentação e discussão do programa da disciplina
2. Jogo: História; Conceito; O jogo conceito de vários autores
3. Gincana
4. Conceito
5. Colônia de férias
6. Rua de lazer
7. Recreação: História; Conceito
8. Jogos Pré-desportivos

Dinâmica dos Trabalhos:

Debates a partir de textos referentes ao assunto; Aulas expositivas sobre as temáticas em questão; Atividades práticas e teóricas em grupo.

Bibliografia:

AGUIAR, João Serapião de. Jogos para o ensino de conceitos. Leitura e escrita na pré-escola. Campinas, SP: Papyrus, 1998.

BRUHNS, Heloisa Turini. Introdução aos estudos do lazer (org.). Campinas, SP: Editora Unicamp, 1997.

CAVALLARI, Vinicius Ricardo. Trabalhando com recreação. São Paulo, SP: Ícone, 1994.

FERREIRA, Solange Lima. Recreação e jogos. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 1993.

FRIEDMANN, Adriana. Brincar: crescer e aprender. O resgate do jogo infantil. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1996.

FRITZEN, Silvino José. Jogos dirigidos. Para grupos, recreação e aulas de Educação Física. Petrópolis: Vozes, 1987.

FURTADO, Fernando Campos. Está chovendo, prof. de Educação Física?. Recreação em sala. Belo Horizonte, MG: Impressão: Gráfica do CEFET-MG, 1994.

GONZÁLEZ, Miguel. Você não é uma ilha. Dinâmica de grupo. São Paulo, SP: Paulinas, 1993.

- KERKMANN, Klaus. Ginástica e recreação. Rio de Janeiro, RJ: editora Beta, 1977.
- KISHIMOTO, Tizuko Morchida. Jogos tradicionais infantis: o jogo e a criança e a educação. Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.
- KAMII, Constance. Jogos em grupo. Na educação infantil: implicações da teoria de Jean Piaget. São Paulo, SP: Editora, Trajetória Cultural, 1991.
- MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas, SP: Papyrus, 1987. Campinas, SP: Autores Associados, 1993.
- MONTANDON, Isabel. Educação Física e esporte. Nas escolas de 1º e 2º graus. Belo Horizonte, MG. Villa Rica Editores Reunidas LTDA., 1992.
- NEGRINE, Airton. Aprendizagem e desenvolvimento. 1 Simbolismo e jogo. Porto Alegre, RS: PRODIL, 1994.
- RINDERKNECHT, Patricia. Brincadeira para toda hora. Sugestões de atividades recreativas infanto-juvenis. São Paulo, SP: Editora Paulinas, 1992.
- GUEDES, Maria Hermínia de Sousa. Oficina da brincadeira. Rio de Janeiro, RJ: Sprint, 1998.
- PEREIRA, Maria Saete. Jogos na escola, nos grupos, na catequese. São Paulo, SP: Paulinas, 1996.

INSTITUIÇÃO 17

Instituição Pública

Curso: Educação Física _ Licenciatura e Bacharelado -

Disciplina 1: Introdução à Recreação e aos Estudos sobre o Lazer

Ano: 2000 – Semestral – 1º Período

Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa:

Estudos sobre relações e significados de Recreação, Lazer, Ludicidade e Educação Física, considerando diferentes perspectivas que vêm influenciando o planejamento, a vivência e a avaliação de conteúdos culturais do lazer. A formação e a intervenção do profissional de Educação Física como agente cultural da Recreação/Lazer.

Objetivos:

- * Analisar relações e significados de Recreação, Lazer, Ludicidade e Educação Física;
- * Discutir a Recreação/Lazer relacionada aos processos de trabalho e educação em nossa sociedade e cultura;
- * Realizar vivências lúdicas teórico-práticas acerca de diferentes conteúdos culturais da Recreação/Lazer;
- * De maneira coerente com as análises e vivências realizadas, identificar princípios pedagógicos que orientem intervenções do profissional de Educação Física, tendo como meta o lúdico como meio e fim educacionais;
- * Analisar e interpretar os limites dos princípios pedagógicos identificados, bem como buscar subsídios que orientem o planejamento de programas de Recreação/Lazer.

Conteúdos:

- * O papel da formação profissional em Recreação/Lazer na graduação em Educação Física;
- * Relações e significados de Educação Física, Recreação, Lazer e Ludicidade em nossa sociedade e cultura;
- * Recreação/Lazer e trabalho;
- * Recreação/Lazer e educação;
- * Conteúdos culturais da Recreação/Lazer;
- * Planejamento de Programas de Recreação/Lazer.

Referências Bibliográficas:

Básica:

Licere - Revista do Centro de Estudos de Lazer e Recreação. Belo Horizonte, v. 1, n. 1, set/1998. 143 p.

WERNECK, Christianne L. G. et. al. (Org.). Coletânea do IX ENAREL - Encontro Nacional de Recreação e Lazer. Belo Horizonte: Editora Gráfica PBH, 1987. 802 p.

Complementar:

ECO, Umberto. Sobre os espelhos e outros ensaios. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

HUIZINGA, Johan. Homo Ludens: O jogo como elemento da cultura. 2 ed. São Paulo: Perspectivas, 1980.

KISCHIMOTO, Tizuko M. Jogos Tradicionais Infantis: O jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1987.

_____. Lazer e Humanização. Campinas: Papirus, 1983.

_____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1990.

_____. Lazer: formação e atuação profissional. Campinas: Papirus, 1995.

SMES/PBH. O lúdico e as políticas públicas: realidade e perspectivas. Belo Horizonte: PBH, 1995.

WERNECK, Christianne L. G. A criança e o esporte: o lúdico como proposta. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, n. 2, v. 18, p. 103-110, jan, 1997.

_____. A relação lazer/trabalho e seu processo de constituição histórica no mundo ocidental. In: RODRIGUES, Marilita A. A. et. al. (Org.). Coletânea do IV Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e educação Física. Belo Horizonte: UFMG/EEF, 1996. p. 329-338.

_____. Vivências lúdicas do corpo como meio e fim educacionais. Revista do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, v. 17, n. 1, p. 103, set, 1995.

Disciplina 2 Tópicos em Educação Física III: Formação e atuação do profissional no lazer Ano: 2000

Ano: 2000 – Semestral – 7º e 8º Períodos - Optativa

Carga Horária: 60 horas/aula

Ementa:

Conceitos e significados de lazer, considerando os diferentes conteúdos culturais e as barreiras sócio-culturais e econômicas em nosso contexto. A formação e ação do profissional do lazer, suas características e possíveis locais de atuação, tendo em vista a busca de competência técnica específica e o compromisso político-pedagógico do profissional, bem como o caráter interdisciplinar do lazer.

Objetivos:

- a) Discutir as características do animador sociocultural, em diferentes ramos de atividade;
- b) Contribuir para a formação do profissional de Educação Física enquanto animador sociocultural;
- c) Realizar vivências lúdicas teórico-práticas acerca de diferentes conteúdos culturais da recreação/lazer;
- d) Analisar a atuação dos profissionais do lazer em diversos locais.

Conteúdos:

- a) Conceitos e significados de recreação/lazer e lúdico;
- b) Conteúdos culturais da recreação/lazer;
- c) As barreiras sócio-culturais e econômicas para o lazer: a criança e o idoso;
- d) A ação profissional no lazer, a ação do animador sócio-cultural;
- e) O professor de Educação Física atuando como animador sócio-cultural;
- f) Multiplicidade de profissionais e funções;
- g) Atuação do profissional no lazer: prefeituras municipais, acampamentos, clubes, escolas, empresas.

Metodologia:

A metodologia utilizada no curso será a seguinte:

- Aulas expositivas participativas;
- Leituras e discussões de textos;
- Vivências de conteúdos culturais da recreação/lazer;
- Planejamento, execução e avaliação de atividades de recreação/lazer;
- Seminários.

Avaliação:

A avaliação deverá acontecer durante todo o processo de desenvolvimento da disciplina. Serão avaliadas todas as ações desenvolvidas, através do interesse e do envolvimento dos alunos nas aulas, seminários, vivências, debates, leituras, planejamento, execução e avaliação dos eventos realizados. A distribuição dos pontos será discutida com os alunos.

Bibliografia Básica:

CALEGARI, K.C. Sobre a relação lazer e aposentadoria. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: CELAR/EEF/UFMG, 1997. P. 388-392

- CAMARGO, L.O.de L. O mercado de trabalho de lazer. In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: CELAR/EEF/UFMG, 1997. P. 675-685
- MARCELLINO, N.C. O conteúdo do lazer. In: MARCELLINO, N.C. Capacitação de animadores sócio-culturais. Campinas: DEL/FEF/Unicamp, 1996.
- MARCELLINO, N.C. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N.C. (Org.) Políticas setoriais de lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Editora de Autores Associados, 1996.
- MARCELLINO, N.C. Uma palavra e muitos significados. In: MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. 2ª. ed. Campinas: Papyrus, p.19-29, 1995.
- MELO, C.K. O direito ao lúdico no "fazer academia". In: Encontro Nacional de Recreação e Lazer, 9, 1997, Belo Horizonte. Coletânea... Belo Horizonte: CELAR/EEF/UFMG, 1997. P. 114-119
- SCHWARTZ, G.M. O processo educacional em jogo: algumas reflexões sobre a sublimação do lúdico. licere, Belo Horizonte, v. 1, n.1, p.66-76, 1998.
- STOPPA, E.A. A atuação profissional e suas possíveis implicações na programação de lazer de um acampamento de férias. In: Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte, 10, 1997, Goiânia. Anais... Goiânia: UFG, 1997. p.1114-1119
- VAGO, T.M. A essência da vivência lúdica de conteúdos culturais. In: PBH/SMES. O lúdico e as políticas públicas: realidades e perspectivas. Belo Horizonte: PBH/SMES, p.: 27-29, 1995.
- WERNECK, C.L.G. A criança e o esporte: o lúdico como proposta. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. 18 (2). jan, p.103-110, 1997.
- WERNECK, C.L.G. Lazer e formação profissional na sociedade atual: repensando os limites, os horizontes e os desafios para a área. licere. Belo Horizonte, v.1, n.1, p.47-65, 1998.

INSTITUIÇÃO 18

Instituição Pública

Curso: Educação Física

Disciplina: Recreação

Ano: 2000 – Semestral – 7º Período

Carga Horária: 60 horas/aula

Objetivos:

Conhecer e analisar alguns conceitos de lazer; Conhecer e discutir algumas das funções atribuídas ao lazer; Examinar os limites e possibilidades do lazer enquanto prática educativa; Experimentar algumas formas de atividades de lazer motor em diversas faixas etárias, analisando suas possíveis aplicações escolares e não escolares; Intercambiar experiências na utilização de materiais “alternativos” para a prática do lazer motor; Inventariar e classificar os diversos espaços específicos para o lazer no município de São Mateus; Pesquisar as principais atividades de lazer da população de São Mateus segundo suas classes sociais; Planejar, organizar e realizar uma atividades de ação comunitária “impacto”.

Conteúdos:

Unidade I – Conceitos e elementos do lazer e da recreação: Os conceitos de lazer; As ‘funções’ do lazer; Limites ao lazer; Os equipamentos específicos e não específicos para o lazer.

Unidade II – Lazer e educação: limites e possibilidades: O lazer como meio de educação fora da escola e dentro da escola; Jogos e atividades motoras de lazer; Materiais e meios alternativos para jogos e atividades motoras de lazer.

Unidade III – A ação comunitária e a pedagogia da animação: Elementos para uma pedagogia da animação; Pressupostos da ação comunitária: estruturas e canais de participação; Projeto de ação comunitária: planejamento das etapas, comissões e tarefas; Ação comunitária na prática.

Procedimentos de Ensino:

Aulas expositivas, aulas práticas, seminários, vivências, debates e pesquisas.

Avaliação:

Serão aplicados os seguintes instrumentos:

1. Planejamento, preparação e realização do evento de ação comunitária;
2. Seminários de textos durante o curso. Nestes seminários serão avaliadas a correta apresentação dos fundamentos principais do texto e dos argumentos principais do(s) autor(es), a organização do grupo e o domínio do tema por todos os componentes;
3. Pesquisa de campo sobre um dos seguintes temas: a) práticas de lazer e classe social; b) espaços específicos para o lazer.

Bibliografia:

- COELHO, T. O que é ação cultural? São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CONNOR, S. Teoria e valor cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- DUMAZEDIER, J. A revolução cultural do tempo livre. São Paulo: Studio Nobel, 1994.
- FOLHA DE SÃO PAULO. Classe D e E dão mais valor a família. Folha de São Paulo. São Paulo, 27 de novembro. 1996. Especial Emergentes, p.7.
- FRITZEN, S.J. Jogos dirigidos para grupos, recreação e aulas de Educação Física. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HUIZINGA, J. Homo ludens. São Paulo: Perspectiva, 1996.
- KISHIMOTO, T.M. Jogos infantis: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1998.
- LOVISOLO, H. Ética, estética e Educação Física. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
- MARCELLINO, N. C. Capacitação de animadores sócio-culturais. São José dos Campos. Prefeitura Municipal de São José dos Campos – Secretaria de Esporte e Lazer, 1996.
- _____. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1995.

MARINHO, I.P. Educação Física, recreação e jogos. Rio de Janeiro: Batista de Souza & Cia Editores, 1957.

MIRANDA, N. 200 jogos infantis. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1966.

MOREIRA, W.W. (Org.) Educação Física e Esporte: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1992.

REVISTA BRASILEIRA DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. Lazer como tema. Campinas: CBCE, v.12, n.1, 2 e 3, pp.245-328, 1992.

INSTITUIÇÃO 19

Instituição Pública
 Curso: Educação Física
 Disciplina: Lazer e Recreação
 Ano: 2000
 Carga horária: 102 horas/aula

Ementa:

Origem do lazer, da recreação e do tempo livre, e sua situação na atualidade. A relação do lazer, da recreação e do tempo livre com as necessidades dos indivíduos e sua aplicabilidade no campo educacional e comunitário.

Objetivos:

1. Propiciar meios de analisar a recreação e o lazer como melhoria da qualidade de vida.
2. Instrumentalizar na orientação de programas e a utilização de recursos físicos e materiais existentes, proporcionando atendimento à comunidade.
3. Oferecer oportunidade de recreação e lazer a todas as faixas etárias e classes sociais, através de programas que visem, não só a educação da criança para correta utilização do tempo livre, mas também no adulto que desconhece a importância do lazer na sua vida.
4. Democratizar a prática de atividades esportivas, recreativas, expressivas e motoras.
5. Promover estudos, debates, estágios que possam contribuir para o desenvolvimento da recreação e do lazer.

Programa:

1. Aspectos históricos do Lazer e recreação
2. Análise da importância do lazer e Recreação
3. Abordagens sobre o tempo livre
4. Lideranças
5. Tecnologia alternativa
6. A Recreação e Lazer da infância à terceira idade
7. O jogo: funções, importância e organização
8. Programas e propostas esportivas, recreativas, expressivas e motoras
9. Programas e orientações de utilização de recursos existentes para Recreação e Lazer
10. atendimentos comunitários através de programas dirigidos e orientados
11. Discussões sobre temas atuais de Recreação e Lazer
12. Estágios extra-curriculares com atividades recreativas

Bibliografia:

- RIZZI, L., HOYDT, R. C. Atividades lúdicas na educação da criança. São Paulo: Ática, 1986.
- GRANDJEAN, O. C. Jogos ao ar livre em 10 lições. Rio de Janeiro: Hachette, 1976.
- FERREIRA, I. L., CALDAS, S. P. S. Atividades na pré-escola. São Paulo: Saraiva, 1986.
- LAMPE, E. Jogos e passa tempos. Coleção Solório. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- BUTLER, G. Recreação. Porto Alegre: Lidor, 1973.
- REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para a política nacional de lazer. São Paulo: SESC, 1980.
- GUERRA, M. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- GAELZER, L. Lazer: benção ou maldição? Porto Alegre: Sulina, 1979.
- PARKER, S. A sociologia do lazer. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- MELLO, J. P. de. Recreação. Cadernos Pedagógicos- Educação Física. MEC/DEF – Curitiba-PR.
- _____. Vamos brincar na sala de aula. Curitiba-PR, s/d.
- KUSTER, Y. M. Recreação. Caderno Pedagógico. Curitiba-PR, 1981.
- _____. Recreação. Coleção de Educação Física. Curitiba-PR, 1987.
- DIECHERT, J. Esporte e lazer. Série Fundamentação.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. Perspectiva.

MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. Campinas: Papyrus, 1983.

FRITZEN, S. J. Jogos dirigidos para grupos – recreação e aulas de Educação Física. Petrópolis: Vozes, 1983.

_____. Dinâmicas de recreação e jogos. Petrópolis: Vozes, 1985.

MELLO, A. M. Psicomotricidade. Educação Física. Jogos infantis. São Paulo: Ibrasa, 1989.

Comunidade Esportiva Revista do nº 1 a 40.

Motrivivência.

Fundação de Esporte do Paraná – Revista.

Revista Brasileira de Ciências do Esporte

Revista do DEF/UEM.

INSTITUIÇÃO 20

Instituição Pública
 Curso: Educação Física – Licenciatura Plena
 Disciplina: Recreação
 Ano: 2000

Ementa:

Evolução histórica da recreação; o recreacionista (liderança); Supervisionada; Recreação ocupacional (desenho, recorte, pintura); jogos; atividades culturais; atividades de massa; aplicação dos conteúdos aprendidos através de Projetos atendendo a comunidade.

Objetivos Gerais:

1. Capacitar o acadêmico para o conhecimento teórico/prático dos aspectos pedagógicos da recreação;
2. Conscientizar o acadêmico do valor, finalidade e características da recreação;
3. Vivenciar a recreação por seus diversos níveis de interesse, avaliando o significado da experiência recreativa na promoção do professor de Educação Física;
4. Desempenhar a função de recreador na orientação e execução dos programas de recreação escolar e comunitária.

Objetivos Específicos:

Estimular o gosto pela atividade recreativa; analisar a evolução histórica da recreação; identificar diversas formas de atividades aplicadas à recreação; explorar a criatividade do aluno, oportunizando as expressões individuais e movimentos criativos; identificar a importância da história, teatro e dramatização na recreação; propor atividades ocupacionais como: desenho, recorte, pintura, etc; vivenciar noções rítmicas através de atividades recreativas.

Estruturação do Conteúdo da Disciplina:

1. Histórico – recreação através dos tempos – ontem/hoje/amanhã
 - 1.1. conceito – finalidade, objetivos e formas da recreação
 - 1.2. recreação de acordo com as faixas etárias. Pré-infância, adolescência, adulto e 3ª idade.
 - 1.3. liderança em recreação.
 - 1.4. Recreacionista – personalidade, espírito recreativo.
 - 1.5. Aplicação prática.
2. Jogos
 - 2.1. conceito, histórico, objetivos.
 - 2.2. vantagens, desvantagens, valor educativo.
 - 2.3. Classificação de jogos quanto as dificuldades, funções gerais e especiais e sua organização
 - 2.4. Diferença entre jogos e brincadeiras, jogos de salão, livre, grupo, individual.
 - 2.5. Seleção de jogos, pré-desportivos, material de sucata.
 - 2.6. Aplicação prática deste estudo.
3. Ritmo
 - 3.1. atividades rítmicas.
 - 3.2. Conceito – histórico – objetivos – classificação.
 - 3.3. Música – canto – dança – folclore – cantiga de roda.
 - 3.4. Brinquedo cantado – valor educativo – procedência, processo pedagógico – bandinha.
 - 3.5. Aplicação prática deste estudo.
4. Atividades culturais
 - 4.1. história, conceito, objetivo, finalidade da história em recreação, valor educativo da história.
 - 4.2. teatro, fantoches, marionetes, cinema, pantomimas.
 - 4.3. Aplicação prática deste estudo
5. Recreação
 - 5.1. livre, orientada, dirigida, supervisionada.

- 5.2. parques, ruas de recreio, colônia de férias, gincanas, visitas com atividades recreativas em asilos, creches, etc.
- 5.3. recreação ocupacional, pintura, recorte, colagem, desenho, dobraduras, modelagem.
- 5.4. Aplicação prática deste estudo.
6. Atividades de massa
 - 6.1. lazer – recreação – comunidade: conceitos, objetivos, diferença, importância, necessidade, situação do lazer no Brasil.
 - 6.2. Micro e macro ginástica, atividades formadas e não formadas, diferença entre esporte de alto nível e de massa.
 - 6.3. Aplicação prática deste estudo.

Métodos e Técnicas de Ensino Empregados na Disciplina:

Método sócio individualizado; Técnicas específicas de cada atividade programada; Método/ação-reflexão-ação; Dialética; Seminários – relatório diagnósticos.

Bibliografia Básica e/ou Complementar:

FREITAS, M. R. de, AMARAL, C. do N. Subsídios para Educação Física de 1ª a 4ª séries do 1º grau. Editora Vozes, 1988. p. 151.

GOULART, C. 1001 idéias para entreter as crianças. Publicações Europa América, 1985. p.202.

BASSET, M. Jogos de salão. Publicações Europa América, 1988. p.298.

INSTITUIÇÃO 21

Instituição Pública
Curso: Educação Física
Disciplina: Recreação I
Ano: 2000
Carga horária: 75 horas/aula

Ementa:

Recreação e lazer no contexto histórico, sócio-cultural e de educação nacional contemporâneo. Jogo: teoria, valores, seleção, características. Pequenos e grandes jogos. Modalidades recreativas e de lazer na escola, na comunidade e no trabalho.

Intenções do Curso:

1. Analisar os pressupostos filosóficos, antropológicos, sociológicos da recreação e do lazer no contexto histórico-cultural da sociedade.
2. Analisar a literatura publicada sob forma de artigos e/ou livros no que concerne a recreação e lazer.
3. Investigar o que se trata, como se trata e que críticas se tem das discussões sobre a recreação e lazer.

Objetivos:

1. Analisar o processo histórico da recreação e do lazer na sociedade.
2. Compreender as concepções que norteiam a recreação e o lazer contextualizando-se no processo educativo na intenção de instrumentalizar o aluno-professor para o resgate da essência lúdica.

Conteúdo Programático:

1. Caracterização do lazer
2. O tempo e as atividades humanas
3. Lazer e trabalho
4. Lazer e sociedade
5. O brinquedo
6. Recreação e lúdico
7. O lazer e a cultura – A cultura e lazer
8. Lazer e humanização
9. Teorias do jogo
10. Jogo – Arte – Educação
11. O jogo – Classificação – Tipos de jogos
12. O jogo e a cultura
13. A natureza e o significado do jogo
14. Lazer e as variáveis demográficas, sócio-culturais e econômicas
15. As regras do jogo e o jogo das regras
16. Vivências

Metodologia:

Aulas expositivas, visitas a escolas, parques, abrigos, exposição de recursos audio-visuais, seminários, reservas ecológicas, dinâmica de grupo.

Avaliação:

Análise críticas, resenhas, provas subjetivas, seminários.

Bibliografia:

ABGNANO, N. Dicionário de Filosofia. São Paulo: Ed. Mestre. J'OU-SP, 1960.
ALBORNOZ, S. O que é trabalho? São Paulo: Brasiliense, 1986.

- BRAMANTE, A. C. Esporte, tempo livre, recreação e lazer na América Latina. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. CBCE. Vol. 11, nº. 02, janeiro de 1990.
- _____. Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos. In: MOREIRA, W. W. (Org.) Educação Física e Esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- BUTLER, G. D. Recreação. Rio de Janeiro: Editora Lidador, 1973.
- BRUNHS, H. T. (Org.) Conversando com o corpo. Campinas: Papirus, 1995.
- _____. Reflexões sobre o conhecimento do lazer na perspectiva da dinâmica cultural. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 13, nº 01, set. 1991. p.61-68.
- _____. O culto do corpo-prazer, o fenômeno lazer e lúdico. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 12, nº 01,02,03, 1992. p.271-275.
- _____. O corpo parceiro e o corpo adversário. Campinas: Papirus, 1993.
- BACAL, Sarah S. Lazer: teoria e pesquisa. São Paulo: Edições Loyola, 1988.
- CAMARGO, L. O. L. O que é lazer? São Paulo: Brasiliense, 1986.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Perspectiva, 1973.
- _____. Sociologia empírica do lazer. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- FALEIROS, M. I. L. Repensando o lazer. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1970.
- HUIZINGA, J. Homo Ludens. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- LAFARGUE, P. O direito à preguiça. Lisboa: Estampa, 1977.
- MAGNANI, J.C. Festa no pedaço. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. Campinas: Papirus, 1983.
- _____. A sala de aula como espaço para o jogo do saber. In: MORAIS, R. (Org.) Sala de aula: que espaço é esse? Campinas: papirus, 1986.
- _____. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1987.
- _____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1990.
- _____. Perspectiva para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia? In: MOREIRA, W. W. (Org.) Educação Física e esportes: Perspectivas para o século XXI. Campinas: Papirus, 1992.
- MARINHO, I. P. Educação Física, recreação e jogos. São Paulo, 1971.
- PINTO, L. M. S. M. A recreação/lazer no “jogo” da Educação Física e dos Esportes. In: Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 12, nº. 01,02,03, 1992.
- REQUIXA, R. O lazer no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- ROLIM, L. C. Educação e lazer. São Paulo: Editora Ártica, 1989.
- SILVA, M. R. Redimensionando a concepção de recreação no curso de licenciatura da Universidade Federal de Sergipe: em busca de novos paradigmas científicos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Vol. 13, nº. 1, 1991.
- YURGEL, M. Urbanismo e lazer. São Paulo: Nobel, 1984.

INSTITUIÇÃO 22

Instituição Pública

Curso: Licenciatura em Educação Física

Disciplina 1: Educação Motora, Recreação e Lazer

Regime: Anual - Ano: 2000 – 3º ano

Carga horária: 132 horas/aula

Ementa:

Análise do desenvolvimento motor. Estudo crítico das taxinomias do domínio motor. Utilização do movimento no processo de aprendizagem e aplicação nas aulas de Educação Física. Considerações, desenvolvimento, aspectos sociais, culturais, morais pedagógicos e científicos, concepção e análise das atividades recreativas e de lazer, planejamento e programa.

Objetivos:

Contribuir através do lazer e recreação nos conhecimentos que interagem vivências práticas e teóricas que possibilitem e valorizem os novos valores culturais, dentro de uma abordagem científica e pedagógica.

Programa:

1. Desenvolvimento motor
2. Sistema nervoso
3. Taxinomia
4. Perturbações motoras
5. Avaliação motora
6. Refletindo a postura do professor frente às necessidades básicas da criança
7. Origem e evolução histórica
8. Repensando o jogo e recriando o novo jogo
9. Construindo o brinquedo com material alternativo
10. O jogo, a dança, a ginástica e o esporte como conteúdo necessário no desenvolvimento nas aulas de Educação Física
11. Metodologia para o ensino do conteúdo proposto, a partir dos princípios metodológicos básicos, ludicidade, autonomia, interatividade e problematização.
12. Conceitos fundamentais e importância do lazer
13. Classificação de atividades
14. Área específica de atuação

Bibliografia:

- ECKERT, H. M. Desenvolvimento motor. 3ª ed. São Paulo: Manole.
- Flinchum, B. M. Desenvolvimento motor da criança interamericana.
- Harrow, A. J. Taxinomia do domínio psicomotor.
- MEINEL, K., SCHNABEL, G. Motricidade I: teoria da motricidade esportiva sob o aspecto pedagógico. Trad. S. V. Heide. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1984.
- MEINEL, K., SCHNABEL, G. Motricidade II: o desenvolvimento motor do ser humano. Trad. S. V. Heide. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A, 1984.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e educação. 3ª ed. Campinas: Papyrus, 1995.
- GUERRA, M. Recreação e lazer. Porto Alegre: Sagra, 1985.
- MACHADO, N. V. Educação Física e recreação para Pré-escola. 3ª ed. Porto Alegre: Prodil, 1986.
- SILVA, J. B. F. (Coord.) Caderno de Educação Física: 1ª infância a criança de 0 a 6 anos. EFPI.
- CAVALLARI, V. R. Trabalhando com recreação. São Paulo, 1994.
- FARIA JUNIOR, A. G. Atividades físicas para a terceira idade. Brasília, 1997.
- LESTILO, A. Educação pelas atividades físicas esportivas e de lazer.

CAVALCANTE, F. G. Programa de integração da UEPB com o ensino fundamental, criando e recriando e recreando.

FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Scipione, 1980.

MARINHO, I. P. Educação Física, recreação e jogos. 2ª ed. São Paulo: CEN, 1971.

MIRANDA, N. 200 jogos infantis. 9ª ed. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1984.

MELO, V. de. Folclore infantil. Belo Horizonte: Itatiaia Ltda, 1985.

Disciplina 2: Organização de Atividades Física e de Lazer

Regime: Semestral - Ano: 2000 – 4º ano

Carga horária: 66 horas/aula

Ementa:

Generalidades, elaboração, execução e avaliação de planos e programas esportivos e de lazer aplicados na Educação Física Adaptada.

Objetivos:

Fornecer subsídios para atualização reflexão dos profissionais com base em vivências teóricas e práticas com a população especial da 3ª idade e obesidade, em busca de uma melhor qualidade de vida.

Conteúdo:

1. Perfil dos profissionais da 3ª idade e obesidade.
2. Planejamento e organização e desenvolvimento de atividades
3. Metodologia aplicada aos exercícios em relação as variações rítmicas.
4. A dança terapêutica e a 3ª idade.
5. Atividade turística, viajar e bem estar na 3ª idade.
6. Seleção e treinamento de equipes.
7. Turismo e hotelaria em mercado crescente e promissor.
8. Avaliação e prescrição de exercícios de programas de controle.
9. Elaboração de projetos de eventos.

Bibliografia:

ANDRADE, C. T. de S. Para entender relações públicas. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 1993.

CARAZZO, A. M. Terceira idade: atividades físicas e recreativas

TEIXEIRA, L. R. Atividades motoras na obesidade. 3ª ed. São Paulo.

TEIXEIRA, L. R. Vendo a 3ª idade. 3ª ed. São Paulo: Ed. Berilacqua.

Serviço Social da Indústria (SESI). Apostila do Curso de 3ª idade. Campina Grande

Serviço Social da Indústria (SESI). Curso de Especialização em Lazer, 1994.

CAVALLARI, V. R. Animação socio-recreativa no turismo e hotelaria para 3ª idade.

INSTITUIÇÃO 23

Instituição Pública
 Curso: Educação Física
 Disciplina: Lazer e Recreação
 Ano: 2000
 Carga horária: 04 Créditos

Ementa:

Origem da recreação e do tempo livre. Estudo da recreação e do tempo livre na conjuntura atual; sua importância para o indivíduo no contexto educacional e comunitário.

Objetivo Geral:

Estudar o fenômeno lazer/recreação/tempo livre, oportunizando conhecimentos e condições para o planejamento e execução de atividades de lazer, esportivas e recreativas em comunidades abertas e fechadas no contexto social.

Objetivos Específicos:

Estudar e difundir a importância do LAZER no desenvolvimento do ser humano; Identificar o tempo livre e sua utilização na formação do indivíduo; Estudar o fenômeno Recreação e o seu aproveitamento em todas as fases do desenvolvimento bio-psico-social do ser humano; Planejar e executar atividades esportes-recreativas com grupos, instituições, empresas e comunidades; Conhecer o valor e aplicação de atividades como o jogo, o brinquedo cantado, aula historiada, dramatização e colônia de férias no campo educacional.

Conteúdo Programático:

1. Lazer: conceito, origem e tipos, noções e concepções de tempo, relação trabalho x Lazer x delinquência.
2. Recreação: conceito, origem, características, classificação e modalidades, objetivos no campo educacional, conteúdos na Recreação e plano de aula de recreação.
3. Jogo: conceito, valor, classificação e função.
4. Brinquedos cantados: origem dos brinquedos cantados brasileiros, conceito e classificação do cancionário folclórico infantil.
5. Aula historiada: importância, classificação e técnica para inventar, escrever e contar estória.
6. Gincana: tipos, conceitos e organização.
7. Parques infantis: origem, conceito, objetivos e organização.
8. Torneios e festivais esportivos: conceituação e organização.
9. Macro e matroginástica: origem, objetivos e organização.
10. Ruas e áreas de recreio: conceito, objetivos, planejamento, organização e execução.
11. Colônia de férias: conceito, objetivos, organização, planejamento e execução.

Procedimento Didático:

Aulas teóricas: expositivas e dialogadas desenvolvidas em grande grupo;
 Aulas práticas: em pequenos e grande grupos;
 Trabalhos práticos: individuais e grupais;
 Trabalhos de estudos e pesquisas: individuais e grupais.

Método:

Misto: partindo de uma ação global e retornando ao parcial sempre que surgir dificuldade de aprendizagem em qualquer parte da unidade, retornando em seguida ao global.

Recursos:

1. Humanos: uma professor da disciplina; estudantes regularmente matriculados na disciplina e pessoas convidadas a colaborar com o desenvolvimento da disciplina.

2. Materiais: os recursos materiais serão de responsabilidade do DEF/FAEF/UERN.
3. Institucionais: salas de aulas, ginásio poli-esportivo, áreas disponíveis para atividades.

Avaliação:

As avaliações acontecerão no decorrer e final de cada unidade através de técnicas:

Testagem: provas teóricas e práticas

Observação: durante as atividades, através de fichas de acompanhamento.

Bibliografia:

- MARINHO, I P. Educação Física, recreação e jogos. 3ª ed. São Paulo: Cia Brasil Editora, 1981.
- DIECKERT, J. Esporte de lazer, tarefa e chance de todos. Rio de Janeiro: Ed. Ao Livro Técnico, 1984.
- MIRANDA, N. 200 jogos infantis. São Paulo: Livraria Martins, 1979.
- DUMAZEDIER, J. Lazer e cultura popular. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1973.
- CAMARGO, L. O. L. O que é lazer? 2ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1989.
- FREIRE, J. B. Educação de corpo inteiro: teoria e prática da Educação Física. São Paulo: Ed. Scipione, 1989.
- CUTRERA, J. C. Técnicas de recreación. Buenos Aires: Ed. Stádium, 1991.
- CAVALLARI, R. V., ZACARIAS, V. Trabalhando com recreação. 2ª ed. São Paulo: ed. Ícone, 1994.
- COSTA, L. P. Teoria e prática do esporte comunitário e de massa. Rio de Janeiro: Palestras edições, 1981.
- LORDA, C. R. Recreação na terceira idade. Rio de Janeiro: Ed. Sprint, 1995.
- ROLIM, L. C. Educação e lazer: a aprendizagem permante. São Paulo: Ed. Ática, 1989.
- MARCELLINO, N. C. Lazer e humanização. São Paulo: Ed. Papyrus, 1983.
- ANTUNES, C. Manual de técnicas de dinâmica de grupo: de sensibilização, de ludopedagogia. 12ª ed. Rio de Janeiro, 1997.
- FRANCESCHI NETO, M. Lazer: opção pessoal. Brasília: Departamento de Educação Física, Esporte e Recreação, 1993.
- FRITZEN, S. J. Dinâmica de recreação e jogos. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1986.
- KISHIMOTO, T. M. Jogos tradicionais infantis: o jogo, a criança e a educação. Rio de Janeiro: Ed. Vozes, 1993.
- STEINHILBER, J. Colônia de férias: organização e administração. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- PIMENTEL, F., RABELO, V. 268 jogos infantis. Rio de Janeiro: Ed. Villa Rica, 1991.
- ANDREOLA, B. Dinâmica de grupo: jogo da vida e didática do futuro. 8ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

INSTITUIÇÃO 24

Instituição Pública

Curso: Educação Física

Disciplina 1: Fundamentos do lazer I

Ano: 2000

Carga horária: 90 horas/aula

Ementa:

Incentivar e despertar à formação do profissional – pesquisador a cerca dos fenômenos socioculturais “Esporte e Lazer” com fundamentos históricos, filosóficos, antropológicos, psicossociais, psicopedagógicos e metodológicos das possibilidades de vivência lúdica na Educação Física brasileira, relacionados ao processo de lazer/cidadania, trabalho e educação, numa perspectiva das intervenções do profissional de Educação Física, objetivando o “lúdico” como meio e fim educacional, a partir de uma proposta de projeto através do ensino, pesquisa e extensão.

Objetivo:

Fomentar cientificamente a práxis docente do profissional de Educação Física a cerca dos fenômenos socioculturais do lazer, no âmbito curricular reconhecendo o lúdico como meio e fim educacional, contribuindo para as mudanças sócio-política-econômica-educacional e cultural.

Referências Bibliográficas:

- BACAL, S. Lazer: teoria e pesquisa. SP: Loyola, 1988.
 CAMARGO, L. L. O que é Lazer? SP: Brasiliense, 1986.
 DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. SP: SESC, 1980.
 _____. Lazer e cultura popular. SP: Perspectiva, 1973.
 MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.
 _____. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1995.
 _____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1991.
 _____. Estudos do lazer: uma introdução. Autores Associados, 1996.
 REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. SP: SESC, 1983.

Disciplina 2: Fundamentos do lazer II

Ano: 2000

Carga horária: 90 horas/aula

Ementa:

Tendo como referência o lazer como fenômeno cultural busca fomentar cientificamente a práxis docente do profissional de Educação Física a cerca dos fenômenos socioculturais no ensino informal, embasando com fundamentos históricos, filosóficos, psicossociais, pedagógicos e metodológicos das possibilidades de vivências lúdicas em espaços como hotéis, clubes, parques temáticos, e outros.

Objetivo:

Vivenciar, elaborar, organizar e construir possibilidades de vivências lúdicas, contribuindo para as discussões sobre a prática pedagógica do ensino de Educação Física extra-curricular, a qual poderá ser apreciada, refletida e questionada em parques, clubes, hotéis, parques temáticos, etc., valorizando as experiências construídas pelos educandos no decorrer da disciplinas, tendo o lazer como linguagem.

Referências Bibliográficas:

- BACAL, S. Lazer: teoria e pesquisa. SP: Loyola, 1988.
 CAMARGO, L. L. O que é Lazer? SP: Brasiliense, 1986.

- DUMAZEDIER, J. Valores e conteúdos culturais do lazer. SP: SESC, 1980.
_____. Lazer e cultura popular. SP: Perspectiva, 1973.
- MARCELLINO, N.C. Lazer e humanização. 2 ed. Campinas: Papirus, 1995.
_____. Lazer e educação. Campinas: Papirus, 1995.
_____. Pedagogia da animação. Campinas: Papirus, 1991.
_____. Estudos do lazer: uma introdução. Autores Associados, 1996.
- REQUIXA, R. Sugestões de diretrizes para uma política nacional de lazer. SP: SESC, 1983.

INSTITUIÇÃO 25

Instituição Pública

Curso:

Disciplina: Recreação

Regime: Anual – 2000

Carga horária: 72 horas/aula

Ementa:

Estuda e analisa o papel que as atividades recreativas desempenham no desenvolvimento e manutenção das condições físicas, intelectuais, sociais e emocionais do indivíduo em diferentes faixas etárias. Enfatiza a importância da recreação na prática educativa, mostrando seu valor para a vida cotidiana como preenchimento das horas de lazer, contribuindo dessa forma para o ajustamento e relacionamento social dos indivíduos.

Objetivos:

- Contextualizar o lazer e sua importância no desenvolvimento do ser humano;
- Relacionar lazer e tempo livre dentro do conceito Histórico-social;
- Contextualizar a recreação e o jogo como prática da criança;
- Conceituar a recreação e o jogo, e compreender suas importâncias para o desenvolvimento da criança;
- Conceituar a recreação e o jogo, e compreender suas importâncias para o desenvolvimento da criança;
- Compreender a recreação e o jogo enquanto práticas culturais e corporais;
- Relacionar a recreação e o jogo com a aprendizagem da criança;
- Compreender o significado do brincar e do jogo na representação da criança;
- Analisar, selecionar e organizar experiências de movimentos (individuais e coletivos), ambiente de aprendizagem e estratégias de ensino para a elaboração de programas de recreação e de jogos;
- Elaborar programas de recreação e jogos para a educação da criança e aplica-los numa situação real de ensino-aprendizagem;
- Vivenciar/discutir/superar a relação teoria-prática;
- Fazer reflexão crítica do papel da recreação e do jogo nos estabelecimentos educacionais e sistemas onde for necessário;
- Conceituar folclore, suas funções sociais;
- Aplicação de atividades recreativas na 3ª idade, compreender o processo de envelhecimento e suas implicações.

Programa:

1. – Lazer
 - 1.1. – Conceitos
 - 1.2. – Classificações
 - 1.3. – Lazer e recreação
 - 1.4. – Lazer e tempo livre
2. – Recreação
 - 2.1. – Conceito e valor
 - 2.2. – Classificação
 - 2.3. – Atividades recreativas e o desenvolvimento da personalidade
 - 2.4. – Recreação na escola, na comunidade
 - 2.5. – Importância
 - 2.6. – Objetivos
3. – Atividades recreativas/programas
 - 3.1. – Manhãs de recreio
 - 3.2. – Ruas de lazer
 - 3.3. – Caça ao tesouro

- 3.4. – Gincana
- 3.5. – Matroginástica/Macioginástica
- 3.6. – Colônia de férias
- 3.7. – Excursões
- 3.8. – Acampamento
- 4. – Recreação na 3ª Idade
 - 4.1. – O idoso
 - 4.2. – Processo de envelhecimento biopsicosocial
 - 4.3. – Atividades recreativas
- 5. – Jogos
 - 5.1. – Conceito e valor
 - 5.2. – Classificação
 - 5.3. – Lúdicos
 - 5.4. – Brinquedos, brincadeiras
 - 5.5. – Sessão de jogos
 - 5.6. – Confecção de materiais
 - 5.7. – Aulas com materiais
- 6. – Folclore
 - 6.1. – Conceito
 - 6.2. – Funções sociais
 - 6.3. – Folclore e educação
- 7. – Coletânea de atividades recreativas
 - 7.1. – Desenho e pintura
 - 7.2. – Recorte e colagem
 - 7.3. – Dobradura
 - 7.4. – Tecelagem
 - 7.5. – Música
 - 7.6. – Teatro

Procedimentos de Ensino (Técnicas, Recursos e Avaliação):

Técnicas: 1) Exposição dos conteúdos propostos por meio de fotocópias, transparências, Palestras e vídeos; 2) Aulas práticas aplicando os conteúdos teóricos abordados; 3) Discussão e debates de textos. Avaliações: 1) Avaliações teóricas: provas, resumos, dissertações, plano de aula; 2) Avaliações práticas: participação durante as aulas práticas, desempenho na regência; 3) Avaliação baseada na participação do aluno durante as aulas do curso.

Recursos (humanos, técnicos e materiais necessários para o ensino a serem viabilizados pelo Departamento):

Recursos Humanos: professor da disciplina; professores colaboradores; participação de professores especiais.

Recursos Materiais: papel para prova, fotocópias de material didático, retroprojektor, Lâminas de projeção, lousa, giz, televisão, vídeo, fitas de vídeo, aparelho de som, fitas K7, bastões, cordas, arcos e outros.

Bibliografia Básica:

BEE, Helen. A criança em desenvolvimento. 3 ed. São Paulo: Harbra, 1994.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/96. de 20/12/96.

BRASIL Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasília MEC/SFE. 1997. v.7.

BROTTO, Fábio Otuzi. Jogos Cooperativos. São Paulo: CEPEUSP, 1993.

BROUGERE, Gilles. Jogos e educação. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

DAOLIO, Bryan. A inteligência do corpo. Campinas: Papirus, 1995.

CAVALLARI, V. E ZACHARIAS, V. Trabalhando com Recreação. São Paulo: Ícone, 1994.

- COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE (org.) Educação Física Escolar frente á LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovação, modismos e interesses. Iji. Sedigraf, 1997.
- FERREIRA NETO, Carlos. Motricidade e jogo na infância. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.
- FERREIRA, Solange Lima. Atividades recreativas para dias de chuva. Rio de Janeiro: Sprint, 1999.
- FIGUEIREDO, Marcio X. B. A corporeidade na escola: uma resposta de transformação através das brincadeiras, jogos e desenhos das crianças. Porto Alegre: Realidade e Educação, 1991.
- FREIRE, João Batista Educação de corpo inteiro. 3ª ed. São Paulo: scipione, 1992.
- _____. De corpo e alma: o discurso de motricidade. São Paulo: Summus, 1991.
- _____. Métodos de confinamento e engorda: como fazer render porcos, galinhas, crinaças. In: MOREIRA, Wagner W. (Org.) Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI. Campinas: Papyrus, 1992.
- Fritzim, Silvino J. Jogos dirigidos para grupos, recreação e aulas de Educação Física. Petrópolis: Vozes, 1986.
- GALLARDO, Jorge Sergio P., et al. Didática da Educação Física: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 1998.
- KISHIMOTO, Tizuko M. Jogos infantis: jogo, criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
- _____. O jogo e a educação infantil. São Paulo: Pioneira, 1994.
- _____. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira, 1998.
- _____. (Org.) Jogo, brinquedo e a educação. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARCELLINO, Nelson C. Problemática da Educação Física Escolar: pedagogia para as série iniciais. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Campinas: 11(1), p.30-35, set, 1989.
- _____. Lazer e educação. Campinas: Papyrus, 1986.
- _____. (Org.) Políticas Públicas de Lazer. Campinas: Autores Associados, 1996.
- _____. Pedagogia da animação. Campinas: Papyrus, 1990.
- MEIRELLES, Morgana E. A. Atividade física na 3ª idade. Rio de Janeiro: Sprint, 1997.
- NETO, Paulo C. Folclore e educação.
- NEGRINE, Airton. Educação Física e desporto: uma visão pedagógica e antropológica. Porto Alegre: Prodil, 1994. V.1.
- _____. Aprendizagem & desenvolvimento infantil: simbolismo e jogo. Porto Alegre: Prodil, 1994, v.1.
- _____. Aprendizagem & desenvolvimento infantil: perspectivas pedagógicas. Porto Alegre: Prodil, 1994, v.2.
- OLIVEIRA, Vitor Marinho (Org.) Fundamentos pedagógicos: Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1987.
- PAZ, Carlos R. L. Educação Física para a 3ª idade.
- ROSAMILHA, Nelson. Psicologia do jogo e aprendizagem infantil. São Paulo: Pioneira, 1979.
- SALIM, Maria A. Sentir, pensar e agir: corporeidade e educação. Campinas: Papyrus, 1994.
- SANTIN, Silvino. Educação Física: da alegria do lúdico à opressão do rendimento. Porto Alegre: EST/ESEF, 1994.
- SANTOS, Marli P. Briquedoteca: o lúdico em diferentes contextos. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SOARES, Carmem L., et al. Metodologia do ensino da Educação Física. São Paulo: Cortez, 1993.
- TAFFAREL, Celi N. Z. Criatividade nas aulas de Educação Física. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- VAGO, Tarcísio M. Educação Física na escola: lugar de práticas corporais lúdicas. Belo Horizonte: Presença Pedagógica, 1995.
- VELASCO, Cacilda G. Brincar: o despertar psicomotor. Rio de Janeiro: Sprint, 1996.